

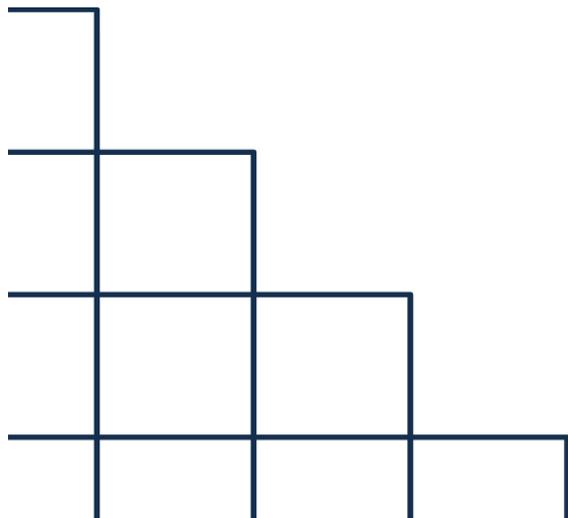
DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM

ARQUITETURA E URBANISMO

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2023.2



Ísis Amaral Méro
Marcela Dimenstein
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti
(Organizadores)



ISBN 978-65-5825-230-6

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM ARQUITETURA E URBANISMO 2023.2

Ísis Amaral Méro
Marcela Dimenstein
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti
(Organizadores)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO
2024



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editor-assistente

Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmiento – Estética
Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura
Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina
Aristides Medeiros Leite – Medicina
Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina
Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda
Érika Lira de Oliveira – Odontologia
Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia
Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem
Marcel Silva Luz – Direito
Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia
Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores
Luciano de Santana Medeiros – Administração
Marcelo Fernandes de Sousa – Computação
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis
Márcio de Lima Coutinho – Psicologia
Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária
Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia
Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física
Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia
Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2023 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

Diagramação e Design Gráfico: Silvio Custódio e Vanessa Candeia de Sousa
O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

D537 Diálogos científicos em arquitetura e urbanismo 2023.2 [recurso eletrônico] / Organizadores, Isis Amaral Méro, Marcela Dimenstein, Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti. - Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2024.

215 p.

Tipo de Suporte: E-book

ISBN: 978-65-5825-230-6 - Digital

1. Produção científica – Arquitetura, Urbanismo. 2. Arquitetura, Urbanismo - Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II. Méro, Isis Amaral III. Dimenstein, Marcela IV. Cavalcanti, Andrei de Ferrer e Arruda.

CDU : 001.891:72

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,

Bloco Central – 2 andar – COOPERE

Morada Nova – Cabedelo – Paraíba

CEP: 58109 – 303

PREFÁCIO

É com grande satisfação que apresentamos essa publicação, nascida dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIESP no período de 2023.2. Os 5 capítulos aqui apresentados são compostos de pesquisas colaborativas entre professores e alunos e refletem os caminhos recentes do campo profissional.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma oportunidade para que os estudantes contribuam com seus olhares individuais para a construção do conhecimento acerca da arquitetura, da cidade, e de suas interfaces com os mais diversos aspectos da sociedade. Ao terem a liberdade de escolher um assunto para aprofundamento, os concluintes acabam por identificar tendências nas investigações, caminhos a serem tomados ou mesmo antecipar demandas da sociedade no que compete o arquiteto e urbanista, tendo sempre o acompanhamento atento de professores com experiência nas várias áreas que passam pela tecnologia, pelos estudos sociais e pelos processos criativos.

Aqui, nessa breve amostra de alguns dos trabalhos de maior destaque do semestre letivo, podemos observar a vocação da arquitetura e urbanismo para a busca da compreensão do espaço coletivamente construído, seja ele real ou imaginário, e os efeitos que essa construção exerce nas dinâmicas da sociedade.

As pesquisas aqui presentes envolvem óticas diversificadas como as representações midiáticas do espaço na esfera simbólica do imaginário no caso do filme 'Coraline e o Mundo Secreto'. Debate-se a questão das metamorfoses urbanas, em um estudo que investiga o modo como o conjunto planejado de Mangabeira, em João Pessoa, obtém status de subcentro. Lança-se um olhar sobre a eficácia das ferramentas institucionais de planejamento urbano na questão da preservação ambiental, especificamente no caso do Plano Diretor de Macaparana, em Pernambuco. Apresentam-se propostas arquitetônicas de edificações como de um abrigo para animais em situação de rua e de um centro cultural de artesanato, que exemplificam a diversidade de usos e contribuições sociais do projeto de arquitetura.

Com esse panorama, pretendemos fornecer uma contribuição para o campo da arquitetura e urbanismo, dando a oportunidade para que os resultados dos trabalhos extrapolem o espaço acadêmico na busca de novos públicos que possam ampliar os debates aqui iniciados.

SUMÁRIO

1.ARQUITETURA FÍLMICA: ANÁLISE CINEMATOGRAFICA DA CONSTRUÇÃO DO MEDO NO FILME 'CORALINE E O MUNDO SECRETO'.....	8
2.METAMORFOSES URBANAS: MANGABEIRA, DE CONJUNTO HABITACIONAL AO SUBCENTRO.....	54
3.PLANO DIRETOR DE MACAPARANA-PE: UMA ANÁLISE DA VIABILIDADE AMBIENTAL PARA UMA GESTÃO URBANA EFICIENTE E SUSTENTÁVEL.....	91
4.ANTEPROJETO DE UM ABRIGO PARA ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB.....	120
5.ANTEPROJETO DE UM CENTRO CULTURAL DE ARTESANATO PARAIBANO PARA O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB.....	132

ARQUITETURA FÍLMICA: ANÁLISE CINEMATOGRAFICA DA CONSTRUÇÃO DO MEDO NO FILME 'CORALINE E O MUNDO SECRETO'

Rebeca Victoria Viana Fernandes Rodrigues ¹
Andrei de Ferrer e Arruda Cavalcanti ²

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre a arquitetura fílmica, a construção do medo e a representação do espaço e tempo no filme "Coraline e o Mundo Secreto". O objetivo é analisar como a arquitetura e a criação de cenários transcendem sua função estética para se tornarem elementos ativos na experiência do espectador. O enfoque central reside na compreensão do papel da arquitetura e da cenografia na transmissão de emoções e no desenvolvimento narrativo. O filme "Coraline" é o foco central deste estudo, proporcionando um ambiente propício para analisar a representação visual, a transformação dos espaços e seu impacto na compreensão da narrativa fantástica. Busca-se compreender a relevância da arquitetura na construção do medo em filmes do gênero terror, bem como o uso de elementos visuais para intensificar essas emoções. Ademais, este trabalho procura examinar as possibilidades narrativas e visuais oferecidas pela arquitetura no cinema, considerando seu impacto na experiência do espectador diante da narrativa cinematográfica.

Palavras-chaves: Arquitetura, Cinema, Animação, Espaço cênico.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between film architecture, the construction of fear, and the representation of space and time in the movie "Coraline". The aim is to analyze how architecture and set design transcend their aesthetic function to become active elements in the viewer's experience. The central focus lies in understanding the role of architecture and scenography in conveying emotions and narrative development. The film "Coraline" is at the core of this study, providing an ideal environment to analyze visual representation, space transformations, and their impact on understanding the fantasy narrative. The goal is to comprehend the relevance of architecture in constructing fear in horror films, as well as utilizing visual elements to intensify these emotions. Furthermore, this work seeks to examine the narrative and visual possibilities offered by architecture in cinema, considering its impact on the audience's experience within the cinematic narrative.

Keywords: Architecture, Cinema, Animation, Scenic space

¹ Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo E-mail: 20191069031@iesp.edu.br

² Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo E-mail: andrei@iesp.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Com a primeira exibição pública do cinema em 28 de dezembro de 1895, em Paris, a humanidade realizou o sonho de passar histórias de geração em geração. Através de uma máquina chamada “cinematógrapho”³ por meio dos irmãos Lumière, fotografando uma figura em movimento com intervalos de tempo muito curtos entre cada, capturando a visão humana que, quando projetadas sequencialmente, causam uma impressão de continuidade fluida. Segundo Ramires (1994, p. 08), a pintura figurativa e a fotografia foram tentativas significativas de nos aproximarmos da reprodução do movimento, entretanto, o cinema nos dá a impressão de que a própria vida que vemos nas telas, difundidas a ideia de realização do sonho do movimento, está à frente das outras formas das representações artísticas.

Além disso, vale destacar que os avanços neste meio artístico trouxeram grandes renovações na animação, isso fez com que se expandisse significativamente as possibilidades de usar técnicas que dão vida ao movimento de maneira ainda mais adaptável e expressiva. De acordo com Borges (2019, p. 03), “A animação provém do latim Animus/anima, que significa ar, respirar, vida, alma e mente. Animar é então dar a ilusão de vida no que está inanimado”, portanto, podemos entender a animação como um ato de dar vida a objetos inanimados, dando-lhes movimento, vitalidade e alma. Esta forma de expressão supera as limitações da realidade, permitindo que os criadores introduzam vida e vitalidade a objetos estáticos, pessoas e elementos visuais.

A revolução tecnológica deixou uma forte influência nos projetos de animação, ao ponto de diversas definições terem se ajustado aos processos de criação de desenhos animados. Esse impacto continuou a evoluir desde os primórdios do cinema e está profundamente conectado com a variedade de técnicas de animação que surgiram ao longo do tempo, “como a animação cartoon, animação stop-motion, animação 3D, animação flash, animação performativa, animação eletrônica, entre outros” (BORGES, 2019, p. 03).

A representação do espaço e tempo na arquitetura, no cinema e conseqüentemente, na animação é fundamental para a criação de ambientes

³ máquina que permite gravar e projetar imagens animadas, constituindo, portanto, a base técnica do cinema” BERNADET, Jean-Claude. O que é cinema. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 15.

cinematográficos e para a produção de sensações únicas nos telespectadores. Tanto a arquitetura quanto o cinema lidam com o espaço e tempo de diferentes maneiras, e essa diferença influencia diretamente a maneira como são construídas as atmosferas e as emoções nas obras cinematográficas. No que se refere ao espaço, o cinema pode projetar ambientes reais por meio da utilização de planos, ângulos, movimento da câmera e edições que transportam o espectador para dentro desses espaços, mas também podendo criar um ambiente inteiramente novo que cause uma impressão singular. Freitas retrata o espaço e tempo arquitetônico e cinematográfico como:

A arquitetura e o cinema podem tratar o espaço e tempo de diferentes maneiras. Relativamente ao espaço, o cinema pode imitá-lo, levando o espectador a vivenciar o espaço arquitetônico através dos movimentos da câmera ou pode criar espaço no seu todo, entendido por o espectador como único. O tempo no espaço cinematográfico, identifica em três modos. O tempo de projeção, que é a duração do filme; o tempo da ação, a duração narrativa da história e o tempo da percepção, a sensação de duração emotiva sentida pelo telespectador. (FREITAS, 2015, p. 37)

Através disso podemos perceber que a arquitetura tem seu modo de conceitualização do espaço e a manipulação do tempo, sendo assim a arquitetura mostra o espaço como forma estática para serem percorrido em movimento, caracterizado o tempo pela durabilidade e permanência dos espaços construídos ao longo do tempo. Já no meio cinematográfico o espaço apresenta-se como uma forma ativa que se movimenta dentro do espaço dinâmico, que equivale a uma espacialidade criada pelo narrador da história tanto em sua mente como na mente do seu telespectador. O tempo no espaço cinematográfico se desdobra em três modos: a duração do filme, que corresponde ao tempo de projeção; a duração narrativa da história, sendo o tempo da ação; e a sensação emocional de tempo experimentada pelo público, que é o tempo da percepção. Por conseguinte, o espaço e o tempo são elementos fundamentais que ligam as duas artes. Sendo assim, Freitas afirma “o espaço é então característica básica na arquitetura, só existem duas formas de o experienciar, ou através da vivência direta, ou através do cinema” (2015, p. 38).

A combinação do tempo e do espaço é uma das características essenciais da linguagem cinematográfica. É através da manipulação desses elementos que o

cinema consegue criar uma sensação de realidade, que é fundamental para o sucesso da narrativa cinematográfica. A dimensão temporal do cinema permite que o espectador vivencie diferentes momentos e situações, como se estivesse presente naquele momento e lugar. Portanto, é através da Arquitetura Fílmica um termo usado para se referir a uma estruturação dos espaços visuais e sonoros dentro do quadro, com o objetivo de criar significados e sensações que o cinema consegue por meio da organização espacial e temporal dos elementos narrativos dentro do filme, é possível criar diferentes atmosferas e sensações que contribuem para a construção da história de forma mais impactante. É por isso que o cinema é considerado uma arte imersiva, que tem o poder de transportar o espectador para dentro da narrativa.

O cinema, pelo acréscimo da dimensão temporal, torna a experiência espacial única, diferente de qualquer outra representação, permitindo uma apropriação mental mais interativa e “realística”. É certamente a combinação do tempo e do espaço que garante a impressão de realidade e se destaca como elemento essencial à linguagem cinematográfica. (SANTOS, 2005, p. 21)

Essa citação destaca a importância da combinação entre tempo e espaço na linguagem cinematográfica e como isso permite uma experiência única e imersiva para o espectador. No cinema, a dimensão temporal é adicionada à experiência espacial, o que torna a percepção do espaço muito mais rica e complexa do que em outras formas de representação.

O espaço projetado é um elemento fundamental na construção da narrativa fílmica, pois é capaz de criar uma atmosfera única, que permite o espectador se transportar para outro mundo e tempo. Freitas afirma que “A arquitetura é muito mais do que mera cenografia, é dever saber transitar no imaginário fílmico para construir estruturas capazes de resgatar o espírito de uma época ou lançar o de outra. É o espaço arquitetônico que permite a ligação entre tempo, espaço e homem” (20015, p. 19).

O cinema e a animação abordam o espaço e tempo de maneiras distintas, e essas abordagens têm implicações profundas na narrativa, estética e na forma como o espectador interage com as obras. No cinema tradicional, o tempo flui, em geral, de acordo com a progressão do tempo real, proporcionando ao público uma sensação de imersão na história que se assemelha à experiência da vida cotidiana.

Os cineastas frequentemente recorrem a locações físicas para representar os espaços de suas histórias, criando uma conexão entre o ambiente real e a narrativa.

De acordo com Telotte, na animação, são utilizados dois termos para descrever o espaço: o “espaço animador” engloba o ambiente físico no qual os animadores realizam seu trabalho criativo. Este espaço inclui “o espaço do papel, do celuloide, do quadro, do filme ou da tela do computador que permanece inexpressivamente diante deles, e dentro do qual eles devem criar sua arte.” (2010, p. 01) No entanto, à medida que o trabalho do animador avança, esse espaço físico se transforma em algo mais profundo: o “espaço representacional”. Trata-se de um espaço que é impregnado pelo trabalho do animador, onde tudo o que parece residir dentro dele “o espaço e tudo dentro dele são realmente da mesma matéria com vida ou espírito (a alma da animação)” (TELOTTE, 2010, p. 01).

Essa definição dupla de “espaço animador” encapsula a dualidade entre o ambiente de trabalho físico dos animadores e a transformação desse espaço em um ambiente simbólico e criativo, repleto de significado e vitalidade à medida que a animação se desenrola. No âmbito da animação, é importante destacar que “na prática, o realismo raramente foi o verdadeiro objetivo da animação” (TELOTTE, 2010, p. 14). Essa forma de arte transcende as barreiras da realidade, permitindo a exploração de estilos artísticos únicos, cores vibrantes e a criação de personagens e mundos impossíveis no contexto da vida cotidiana.

O cenário vem sendo inserido de forma ativa onde engloba dramaticamente a ação, influenciando efetivamente nos sentimentos do telespectador. Através disso precisamos compreender a causa que o cenário inserido na narrativa aflige a compreensão e a absorção do telespectador na história contada, A escolha do cenário pode ser crucial para o entendimento da trama, já que ele é responsável por transmitir informações importantes sobre o contexto histórico, social e cultural em que a história se passa. Sabemos através de Bernardet (2000, p. 10) “impressão da realidade, foi provavelmente a base do grande sucesso do cinema. Nos dá a impressão de que é a própria vida que vemos na tela.” É essa ilusão de realidade que faz do cinema uma forma de expressão artística única, capaz de nos transportar para outras dimensões e realidades, expandindo nossos horizontes e nos conectando a experiências que talvez não tivéssemos acesso de outra forma.

Conseguimos compreender que atrás de técnicas adquiridas ao longo do tempo, a cinematografia nos permitiu ir além com nossa imaginação, criando um mundo de fantasia, sabe-se que as imagens cinematográficas são representações, diferindo da “realidade concreta” na medida em que são manipuladas por seus realizadores.

Figurando num sistema de representação, o cinema se vale de diversos recursos para sublinhar a realidade representada: jogos de luz, sombra e penumbra, uso de cores ou do preto e branco, ângulos de câmera e uma série de outros artifícios que foram sendo incorporados a sua linguagem no percurso de sua história. (SANTOS, 2015, p. 55)

Dessa forma, é possível perceber que a criação de mundos fantásticos é uma das possibilidades oferecidas pela arte cinematográfica, que permite aos realizadores a criação de universos que vão além da realidade concreta através da manipulação de técnicas visuais e sonoras. Nesse sentido, a manipulação da imagem e do som é uma ferramenta poderosa que permite aos cineastas criar uma atmosfera única para cada obra.

A ambiência é um elemento fundamental para a criação de atmosfera no cinema e na animação. Ela pode ser definida como a soma de todos os elementos que constituem um ambiente, tais como luz, cor, cenário e trilha sonora. Quando se trata na criação de atmosfera, a ambiência é particularmente relevante em filmes de gêneros de terror, suspense e mistério, pois essas categorias dependem muito da capacidade de envolver e criar tensão. Por exemplo, a escolha de uma iluminação mais escura e silenciosa pode transmitir uma sensação de medo e tensão ao espectador. Por meio dessas técnicas adquiridas, o cinema é capaz de gerar uma experiência sensorial única para o espectador, transportando-o para dentro da história e fazendo com que ele se sinta parte dela. Afirma Santos (2005, p. 55) “A beleza de muitos filmes que retratam ambientes construídos está justamente em seu poder de influenciar a percepção do espectador [...]” Por isso, é fundamental que os cineastas saibam utilizar a ambiência de forma consciente e cuidadosa, a fim de transmitir as emoções e sensações desejadas ao público.

No gênero fantástico, a criação de um mundo próprio e único é fundamental para a construção da história. Nesse sentido, o espaço é um elemento essencial para transmitir sentimentos, impressões e características específicas importantes

para narrativa. A importância do espaço fantástico é ainda mais evidente quando se trata de mostrar a divergência entre o real e o sobrenatural. O espaço pode ser utilizado para estabelecer a separação entre os dois mundos, criando uma sensação de estranheza e mistério. Ao incorporar elementos do cotidiano, é possível criar um contraste com o mundo fictício, destacando que “o real é imperecível para compreensão do fantástico” (CAMARANI, 2014. p. 16). Nesse sentido, entende-se que o cinema, mesmo que retrate mundos e espaços ficcionais⁴, pode provocar reflexões profundas sobre questões relevantes para a experiência humana.

“Coraline e o mundo secreto” é um filme de animação stop-motion⁵ lançado em 2009, dirigido por Henry Selick e baseado no livro homônimo de Neil Gaiman. A história segue Coraline, uma menina curiosa e aventureira que se muda para uma nova casa com seus pais negligentes. Em sua nova casa, ela encontra uma porta secreta que leva a um mundo paralelo, onde tudo é perfeito e as pessoas são versões mais amáveis de seus amigos e familiares do mundo real. No entanto, ela descobre que esse mundo perfeito esconde um segredo sinistro e que sua outra mãe, a líder do mundo secreto, quer mantê-la lá para sempre, logo ela terá que lutar para salvar a si mesma e a sua família.

A narrativa do filme é construída em torno da dualidade entre o mundo real e o mundo secreto. Enquanto o mundo real é retratado como desagradável e pouco convidativo, o mundo secreto é apresentado como um lugar mágico e encantador, que Coraline acredita ser a solução de seus problemas. No entanto, conforme a história avança, fica claro que o mundo secreto é apenas uma ilusão e a verdadeira beleza e significado só podem ser encontrados no mundo real, com suas imperfeições e desafios.

Assim, o filme enfatiza a importância de aceitar a realidade, mesmo que ela não seja perfeita, e de valorizar o que é real em nossas vidas. A dualidade entre os mundos real e sobrenatural também cria uma tensão narrativa que sustenta a trama e ajuda a destacar a importância do mundo real na compreensão do fantástico. Durante o estudo, foram investigados os aspectos estéticos cinematográficos

⁴ O termo “espaço ficcional” se refere à invenção, composição, imaginação ou recriação do real. (SANTOS, 2005. p.28).

⁵ Stop-motion” é definido como a técnica de criar ilusões de movimento ou desempenho por meio de gravações, quadro a quadro, da manipulação de um objeto sólido, boneco ou imagem de recorte em um cenário físico espacial. Purves B. (2010, p.5) Stop-motion. São Paulo: Bookman Editora.

presentes no espaço de *Coraline* e *o Mundo Secreto* que contribuem para criar uma sensação de medo no público.

O presente estudo é impulsionado pela importância da arquitetura fílmica na criação de uma experiência de medo no cinema. A arquitetura fílmica é uma das principais formas de compreender como o espaço pode influenciar a narrativa e as emoções do espectador em um filme. Afirma Santos (2005, p. 34) "(...) é necessário que o trabalho da construção de imagem da arquitetura enquanto agente fílmico atendam aos aspectos técnicos que ressaltam a natureza, a função e a atmosfera do lugar" envolvendo a escolha da disposição dos objetos, das cores, dos materiais, das iluminações e das texturas pode criar uma atmosfera específica, construir personagens e indicar as relações de poder.

Além disso, a arquitetura fílmica pode fornecer *insights*⁶ sobre como os cineastas usam o espaço para desafiar normas sociais e culturais e para apresentar perspectivas subjetivas.

Diversas tentativas foram feitas no sentido de se criar uma rede de laços entre cinema e arquitetura. De forma geral este esforço tem-se concretizado por uma série de artigos publicados em seminários, via internet e em algumas edições especiais de revistas de arquitetura. Ainda assim, nota-se uma tendência à análise e identificação de uma arquitetura enquanto agente apenas "cênico", ou seja, enquanto representação interna e "pano de fundo" para o cinema. (SANTOS, 2005, p. 16)

O trecho em questão destaca um esforço em conectar cinema e arquitetura por meio de artigos publicados em seminários e revistas de arquitetura. No entanto, ressalta-se uma tendência de análise limitada que considera a arquitetura apenas como um elemento cênico ou um pano de fundo para o cinema, sem levar em conta a sua importância como uma narrativa visual que pode transmitir significados ao público e influenciar a experiência emocional do espectador.

Com isso, evidencia-se a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a relação entre cinema e arquitetura, visando compreender a importância da arquitetura fílmica na construção de significados e sensações no cinema. A arquitetura fílmica pode ser um reflexo das tendências e valores culturais de uma

⁶ A palavra "insights" vem do inglês e significa "percepções" ou "visões". É comumente usada para se referir a uma compreensão repentina e profunda de um determinado assunto, uma ideia ou situação.

determinada época, o que se destaca ainda mais a sua relevância como objeto de estudo.

Nesse sentido, é preciso explorar a arquitetura fílmica como uma narrativa visual que utiliza elementos projetados para transmitir significados ao público e influenciar a experiência emocional do espectador, em vez de se limitar a considerá-la apenas como um elemento cênico ou um pano de fundo para o cinema.

O presente estudo tem como motivador a escolha do filme “Coraline e o mundo secreto” para análise da arquitetura fílmica e construção do medo se justifica por sua riqueza visual e narrativa, aliando elementos de fantasia e terror de forma única e envolvente. Além disso, o filme apresenta uma construção de personagens e cenários, onde a arquitetura é usada para transmitir sentimentos e emoções, tornando-se um elemento importante na narrativa.

Através da arquitetura fílmica em “Coraline e o mundo secreto”, é possível compreender a importância da construção do espaço na elaboração do medo em filmes de terror, bem como a utilização de elementos visuais para fortalecer essa sensação. Além disso, é possível explorar as possibilidades narrativas e visuais da arquitetura no cinema, permitindo uma reflexão mais profunda sobre o impacto desses elementos na experiência do espectador. Dessa forma, uma análise de “Coraline e o mundo secreto” através da perspectiva da arquitetura fílmica e construção do medo se mostra relevante e permite a compreensão do cinema enquanto linguagem e arte, assim como para a compreensão do impacto na arquitetura.

A partir dessa discussão da percepção e manipulação do espaço e tempo representados pela arquitetura e cinema e a importância da cenografia⁷ é essencial para criar a dimensão temporal e a atmosfera do gênero fantástico no cinema, analisaremos a animação Coraline e o mundo secreto, aprofundando nosso estudo por meio de recortes de espaços específicos da casa protagonista.

Sendo assim, o objetivo principal desse estudo é discutir a composição do espaço e tempo cinematográfico e arquitetônico no filme Coraline e o mundo secreto, bem como elementos visuais capazes de transmitir o sentimento do medo.

⁷ O termo cenografia é utilizado para designar a arte e a técnica de criar, desenhar e supervisionar a construção dos cenários e a caracterização das locações internas e externas de um filme. (SANTOS, 2005. p.20)

Para realizar uma análise, foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica de cunho interpretativo, onde foram selecionadas imagens da animação e trechos do livro “Coraline” para a observação e estudo das características dos cenários, com atenção direcionada na arquitetura e no uso do espaço para construção do sentimento de medo. Além disso, utilizou-se a técnica de análise fílmica para a compreensão da composição do espaço e tempo cinematográfico.

Os objetivos específicos deste trabalho consistem em discutir o papel da arquitetura como elemento narrativo no filme “Coraline e o Mundo Secreto”, destacando-se como a construção de ambientes fantásticos contribuem para criar uma atmosfera de medo.

Além disso, pretende-se analisar a representação do espaço e tempo na arquitetura e no cinema, tendo como corpus de análise a obra cinematográfica Coraline e o Mundo Secreto. Outro objetivo é explorar a relação entre o espaço físico e o espaço psicológico na adaptação cinematográfica de Coraline e o Mundo Secreto, destacando como a arquitetura e a cenografia foram utilizadas para representar a jornada emocional do protagonista. Ismail Xavier ao se referir ao termo psicológico afirma “O mundo objetivo molda-se aos interesses da mente. Eventos muito distanciados e impossíveis de serem fisicamente presenciados a um só tempo se misturam diante dos olhos, tal como se misturam na própria consciência” (1983, p. 43).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ARQUITETURA FÍLMICA

A presença da Arquitetura no cinema é de extrema importância, uma vez que ela contribui para delinear a natureza dos filmes, as funções das ações e a atmosfera das locações. A arquitetura deve ser capaz de transitar no imaginário fílmico, que se refere ao universo de imagens, ideias e concepções criadas e evocadas pelo cinema, onde a narrativa se desenvolve e as experiências são vivenciadas pelo espectador, transcendendo a realidade concreta. Arquitetura no cinema pode ser usada como uma forma de estabelecer o tempo e o lugar em que a

história se passa, ajudando a criar conexões mais profundas entre o espectador e o filme. Levando em consideração “Nenhuma outra arte captura e envolve tão fortemente o espectador como o cinema, que dá a sensação de se estar diante de um acontecimento real, causando um processo de participação emocional e sensorial da plateia” (METZ, 1977 apud SANTOS, 2005, p. 22).

Essa afirmação destaca a singularidade do cinema como forma de arte, que é capaz de envolver o espectador de maneira profunda e intensa. Ao contrário de outras artes, o cinema apresenta ao público uma narrativa visual que se desenvolve em tempo do filme, cria uma ilusão de que o que está sendo exibido na tela é real. Essa ilusão é mantida por diversos elementos, como trilha sonora, efeitos especiais, fotografia e montagens, que trabalham juntos para criar uma experiência única cinematográfica.

O cinema e a animação têm a capacidade de provocar uma participação emocional e sensorial do público, transportando-o para dentro da história e viver as emoções e sentimentos dos personagens. Isso é especialmente verdadeiro quando se trata de filmes que lidam com temas fortes, como o medo, a ansiedade, o amor ou a perda.

Nesses casos, o cinema pode provocar uma forte resposta emocional no espectador, fazendo com que ele se sinta profundamente conectado com a história e os personagens.

No contexto cinematográfico, o termo “pano de fundo” refere-se aos elementos visuais, como cenários ou ambientes, que são usados em segundo plano para criar contexto e atmosfera nas cenas. Esses elementos podem não ter um papel central na trama, mas ajudam a definir o ambiente em que a história se desenvolve. O pano de fundo contribui para a estética e a ambientação do filme, proporcionando uma sensação de profundidade e realismo ao cenário.

No início do cinema, os cenários de estúdios eram mais como “pano de fundo” que não tinham grandes mistérios no enredo. No entanto, com o passar do tempo, percebeu-se que a arquitetura passou a cumprir esse papel mais ativo no cinema. Através dos cenários, a arquitetura pode dar vida e profundidade às cenas e personagens, influenciando diretamente a narrativa. Afirma Mallet-Stevens (1999) o cenário, para que funcione bem, precisa atuar. Que seja realista, expressionista

moderno ou histórico, precisa desempenhar o seu papel [...] o cenário deve apresentar o personagem antes que ele apareça, deve indicar sua posição social, seus hábitos, seu estilo de vida, sua personalidade. (apud SANTOS, 2005, p. 34)

Como dito na citação mencionada, o cenário deve apresentar o personagem antes mesmo de sua entrada em cena. Ele deve indicar sua posição social, seus hábitos, seu estilo de vida e sua personalidade. Isso significa que a arquitetura do cenário deve estar em sintonia com a história que está sendo contada, e deve ser capaz de transmitir informações importantes sobre o personagem e sua história.

Tendo como exemplo no filme “Coraline e o Mundo Secreto”, a arquitetura desempenha um papel fundamental na construção da narrativa e da atmosfera de medo que permeia a história. O cenário da casa onde Coraline mora com sua família é apresentado como monótono e sem vida, refletindo a insatisfação e o tédio da personagem com sua rotina. No entanto, quando a protagonista descobre uma porta secreta que leva ao mundo paralelo, ela é transportada para um ambiente fantástico e sedutor, com uma arquitetura que reflete um universo imaginário e surreal, que contrasta fortemente com a casa monótona que ela habita.

A arquitetura fílmica, diferentemente da arquitetura física, não se limita ao espaço capturado pela câmera. Ela cria uma sensação de imersão em um ambiente mais amplo, que extrapola os limites do enquadramento. Isso é possível graças às técnicas de montagem, que permitem a construção de uma narrativa que transcende o espaço físico da cena. “A arquitetura fílmica é espaço pelo qual se circula, é imersão em algo mais amplo que ela mesma, é o ambiente todo que extrapola o enquadramento” (SANTOS, 2005, p. 43).

Dessa forma, o espectador é transportado para um universo imaginário, no qual a arquitetura fílmica funciona como um espaço pelo qual ele pode circular e explorar. A experiência de imersão no ambiente fílmico pode ser ainda mais intensa quando a arquitetura é usada como elemento narrativo, como é o caso de filmes que exploram labirintos ou espaços claustrofóbicos, por exemplo. Nesse sentido, a arquitetura fílmica é muito mais do que um simples cenário, ela é um elemento central na construção da narrativa e na experiência do espectador.

A arquitetura pode ser percebida de diferentes maneiras, seja como experiência corporal no espaço físico ou como imagem em movimento no cinema.

Quando vivenciamos na experiência física, a arquitetura é sentida através do movimento do observador, permitindo uma percepção de sua materialidade e forma. No cinema, por outro lado, a arquitetura é apresentada como imagem em movimento, onde o espectador estático tem a oportunidade de ver a arquitetura sob diferentes perspectivas e ângulos. Portanto, segundo Santos “É no movimento do observador que a arquitetura revela sua materialidade e a expressão corporal de suas partes, enquanto no cinema é a arquitetura enquanto imagem que desfila aos olhos do observador estático” (2005, p. 27).

Observasse que embora a percepção da arquitetura no cinema seja diferente da experiência física, ela ainda pode ser usada para transmitir informações sobre a materialidade e a expressão da arquitetura. A imagem em movimento no cinema permite ao espectador explorar a arquitetura de diferentes ângulos e perspectivas, destacando aspectos específicos da forma, textura e materialidade, permitindo que o observador sinta a arquitetura através do movimento.

2.2 RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO E TEMPO

O cinema é uma forma de arte que possui uma relação intrínseca com o espaço e o tempo. Enquanto meio de expressão, o cinema tem a capacidade de transformar e redefinir o espaço, transportando os espectadores para diferentes ambientes de forma imersiva. Ao mesmo tempo, o cinema trabalha com elemento temporal, manipulando a duração e a sequência dos eventos para criar narrativas envolventes. Com base em Freitas:

O cinema é uma arte que lida com o espaço, tendo o poder de o transformar e uma arte do tempo, devido ao modo como trabalha as suas questões de duração. Espaço e tempo são dois princípios que estão diretamente ligados. O espaço é um elemento específico, proporciona momentos singulares ao espectador. (FREITAS, 2015, p. 37)

Tendo em vista que o espaço no cinema é mais do que um cenário simples. Ele é cuidadosamente projetado e explorado para transmitir significados, emoções e atmosferas aos espectadores. Por meio do uso de técnicas cinematográficas, como composição visual e direção de arte, o espaço é transformado em um elemento

específico, capaz de proporcionar momentos singulares. Já na animação, mesmo que ela faça uso de muitas das técnicas cinematográficas, ela se diferencia devido ao fato de que a animação possui um caráter único em relação ao espaço. Enquanto no cinema tradicional o espaço é, em grande parte, representado por cenários físicos e locações reais, na animação, esse espaço é cuidadosamente construído e manipulado quadro a quadro.

Tanto o cinema quanto a animação desafiam as restrições físicas do espaço, transportando-nos para mundos fictícios ou permitindo-nos explorar lugares reais sob uma nova perspectiva.

Além disso, o tempo desempenha um papel fundamental na experiência cinematográfica. O cinema controla a duração das cenas, a velocidade do ritmo narrativo e a ordem dos eventos, criando um fluxo temporal próprio. Através da montagem, o cinema manipula o tempo de forma a construir significados, estabelecer conexões entre os momentos e criar uma experiência temporal única. Além disso, no contexto da animação o tempo é altamente maleável e controlável, o que se destaca ainda mais com o uso do processo intermediário digital (DI). O DI envolve a conversão de imagens filmadas em elementos digitais, permitindo que sejam combinados com outros componentes criados digitalmente, como iluminação, cor e efeitos visuais. Essa flexibilidade digital oferece aos animadores a capacidade de ajustar a temporalidade de suas animações de maneira precisa e eficaz (TELOTTE, 2010, p. 270).

Ao explorar a relação entre o DI e a narrativa cinematográfica contemporânea, é evidente que essa técnica tem um impacto significativo na manipulação do tempo na animação, especialmente no espaço fictício. Com o DI, os animadores podem controlar minuciosamente a sequência de quadros, a taxa de reprodução e a duração das cenas. Isso permite a criação de efeitos temporais únicos, como transições suaves, cenas rápidas ou momentos dramáticos, que contribuem para a construção da narrativa e do ritmo da animação.

A relação entre espaço e tempo no cinema e na animação é uma combinação fundamental na construção narrativa da linguagem cinematográfica. Através da manipulação da duração das cenas, da montagem e do uso de diferentes planos, sendo capaz de transmitir uma narrativa que se desenvolve tanto no tempo quanto no espaço. A arquitetura é responsável por moldar o espaço onde a narrativa é

desenvolvida e por sua vez, a narrativa molda e dá significado ao espaço arquitetônico. Tendo em vista a relação do espaço real e ficcional, Santos afirma:

Como os elementos do espaço fílmico, em seu desvelamento, devem muito ao modo como a arquitetura fílmica é apresentada para que se sublinhe a impressão de realidade, podemos falar de uma ficção arquitetônica, de uma narratividade embutida no discurso espacial. (SANTOS, 2005, p.28)

A arquitetura fílmica é uma forma de utilizar os elementos do espaço de forma ativa na construção da narrativa. A disposição dos cenários, a escolha dos planos de filmagem e a manipulação do ambiente são elementos que contribuem para a criação de um mundo ficcional no qual a narrativa se desenrola. Dessa forma, a ficção arquitetônica pode ser entendida como a narrativa embutida no discurso espacial. “(...) são, portanto, formas do mundo exterior reconstruídas na imaginação dos espectadores; cenários e locações seriam, portanto, uma espécie de magma amorfo”⁸ (SANTOS, 2005, p. 43).

A citação mencionada sugere que os cenários e locações do cinema são formas do mundo exterior reconstruídas na imaginação dos espectadores. Isso significa que o cinema usa elementos do mundo real para criar mundos fictícios que os espectadores podem imaginar e experimentar de maneira emocional e sensorial. Além disso, a citação menciona que os cenários e locações são “uma espécie de magma amorfo”. Isso significa que eles podem ser moldados e manipulados para permitir que os cineastas criem mundos que representem sua visão artística única.

O meio audiovisual nos convida a explorar novas possibilidades de perceber e compreender o espaço e tempo, muitas vezes utilizando recursos técnicos e estéticos inovadores. Essas proposições espaciais e temporais podem desafiar nossas percepções e expectativas prévias, mas, ao mesmo tempo, nos permite uma compreensão mais ampla e complexa do mundo. “Seja qual for, é a nossa própria experiência de mundo que embasa e nos permite o entendimento das novas proposições espaço-temporais que nos são apresentadas pelo cinema.” (SANTOS, 2005, p. 166). Sendo assim, a relação entre nossa experiência de mundo e a representação espacial e temporal no cinema é uma via de mão dupla: ao mesmo

⁸ O termo “magma” refere-se a uma substância líquida e incandescente encontrada no interior da Terra, enquanto “amorfo” significa sem forma ou desprovido de estrutura definida. Portanto, a expressão ressalta a capacidade dos elementos projetados no cinema de se adaptarem e se transformarem conforme a narrativa, adicionando uma dimensão imaginativa ao ambiente visual dos filmes

tempo, em que nossa vivência cotidiana influencia a forma como interpretamos os filmes, as proposições apresentadas pelos filmes também podem nos proporcionar novas formas de compreender e interpretar o mundo à nossa volta.

Efetivamente, a sensação de movimento que experimentamos ao assistir a um filme é uma ilusão desenvolvida pelo próprio cinema. O cinema é uma forma de arte que consiste na projeção de segmentos de imagens estáticas em rápida sucessão, geralmente a uma taxa de 24 quadros por segundo. Cada imagem individual é fixa, mas quando exibidas em sequência, constroem uma ilusão de movimento.

De saída, o movimento que costumamos associar aos filmes é totalmente ilusório, pois nenhuma câmera capta realmente um movimento, um tempo contínuo. Temos, ao contrário, uma sucessão de imagens estáticas que em sua somatória recobram para nós a sensação de movimento pela reintrodução do tempo, de seu tempo. E isto não se deu de maneira fácil ou natural. (MENEZES, 1996, p. 93)

Além disso, a sensação de movimento no cinema também é moldada pela nossa percepção individual do tempo. Como mencionando, o cinema reproduz o tempo através de sucessões de imagens estáticas. No entanto, cada espectador experiencia o tempo e espaço de maneira diferente, dependendo de seus próprios estados mentais, emoções e experiências passadas. Assim, a ilusão de movimento no cinema é moldada pela percepção única de cada espectador do tempo e movimento.

Ao assistir a um filme, somos imersos em uma sucessão de imagens em movimento que criam a ilusão de um tempo contínuo. No entanto, esse tempo é construído a partir de fragmentos de imagens, que são selecionados, editados e montados para criar uma narrativa coerente. E é a nossa capacidade de recordar e reconstruir esses fragmentos que nos permite experimentar o tempo no cinema de uma forma única. Portanto, Menezes (1996, p. 97) “Para podermos experimentar o tempo não podemos nos esquecer que o tempo só pode fluir por estar indissolúvelmente ligado ao passado e, portanto, à memória.” No contexto do cinema, a relação entre tempo, memória e percepção é especialmente interessante. Como mencionado anteriormente, o cinema e a animação é uma arte que permite a criação de novas formas de percepção e compreensão do mundo. E uma das maneiras pelas quais ele faz isso é através da manipulação do tempo.

Nesse sentido, o cinema e a animação podem ser vistos como uma forma de arte que explora a relação entre memória, percepção e tempo. Ao nos permitir experimentar o tempo de maneiras diferentes, nos desafiando a repensar nossas concepções tradicionais de temporalidade e a explorar novas possibilidades de percepção e compreensão do mundo ao nosso redor.

2.3 O REAL E O IMAGINÁRIO

Tanto no mundo real como no mundo imaginário, o cinema desempenha um papel significativo na forma como enfrentamos e experimentamos o espaço, ao explorar seus aspectos tridimensionais⁹ e sua relação com o tempo. Por meio dos filmes podemos vivenciar diferentes ambientes e arquiteturas, sejam eles reais ou fictícios, e isso influencia a maneira como concebemos e projetamos nossos próprios espaços. Tendo em vista essa relação entre exploração do espaço volumétrica no tempo. “Seja real ou imaginário, há uma inextricável ligação entre a criação de filmes e desenvolvimento do nosso ambiente construído, pelo menos na exploração do espaço volumétrico no tempo” (TOY, 1994 apud SANTOS, 2005, p. 35).

O cinema e a animação desafiam as fronteiras do espaço físico, permitindo-nos viajar para lugares distantes e explorar mundos imaginários. Ao mesmo tempo, também se inspira na arquitetura e no ambiente construído para criar cenários e locações autônomas. Essa interação entre o cinema e a arquitetura alimenta um ciclo de influência mútua, em que o cinema reflete e reinterpreta os espaços construídos, enquanto a arquitetura se inspira nas narrativas e estéticas cinematográficas.

A mediação entre o espaço como vivência direta e o espaço como conceito é fundamental para entender o espaço fílmico como mais do que um mero universo paralelo de representações. O espaço fílmico transcende sua natureza fictícia e se torna um espaço-histórico material organizado, um lugar do imaginário refratado. (SANTOS, 2005, p. 188) Diante disso, o espaço fílmico é construído através da linguagem cinematográfica, utilizando elementos visuais, narrativos e sonoros para

⁹ Refere-se aos elementos de profundidade, volume e espacialidade presentes no ambiente cinematográfico. No cinema, ou o uso de técnicas como enquadramento, perspectiva, iluminação e composição visual contribuem para criar uma sensação de tridimensionalidade e experiência no espaço representado.

criar uma experiência imersiva e envolvente. Esse espaço não se limita apenas a ser um campo perceptivo ou geométrico, mas se expande como um campo de recriação e imaginação, que vai além das fronteiras entre o espaço real e o fictício.

Ao questionar as fronteiras do real e o imaginário, e expandir sua compreensão do mundo, é nesse ambiente que estimula a história, personagens e as emoções, permitindo o espectador se conectar e se identifique com a narrativa. Portanto, desafiando nossa percepção convencional do espaço, nos levando a refletir sobre as relações entre realidade e ficção, entre o físico e o simbólico. É um espaço que nos possibilita uma experiência transformadora, que vai além da representação e nos convida a explorar novas possibilidades de compreensão e imaginação.

No cinema e na animação, os espaços são criados e representados de forma para evocar o imaginário coletivo, permitindo que ele mergulhe em mundos ficcionais e simbólicos. Esses espaços cinematográficos podem ser tanto reais, como também criados de forma imaginativa e artística. Sendo assim, “o filme faz a interligação entre o imaginário e a memória através da construção de espaços e da proposição diferentes de tempos.” (MENEZES, 1996, p. 07) Além disso, possuindo a capacidade de manipular o tempo de forma criativa, utilizando recursos como cortes, flashbacks, aceleração e desaceleração para proporcionar experiências temporais singulares. Essas técnicas permitem ao público vivenciar uma narrativa não linear, expondo diferentes momentos do passado, presente e futuro, e conectando-se às suas memórias individuais e coletivas.

Dessa forma, o filme se torna uma poderosa ferramenta para a interligação entre o imaginário e a memória, permitindo que o espectador se envolva emocionalmente e intelectualmente com as histórias e os espaços representados na tela, e reavive suas próprias experiências e lembranças.

A experiência humana é permeada pela capacidade inata e lembra ou imaginar lugares. Essa habilidade envolve a interação constante entre percepção, memória e imaginação, em que a esfera do presente se funde com as imagens de memória e fantasia. Nesse sentido, a literatura e o cinema desempenham um papel fundamental, pois exploram e potencializam essa capacidade humana de entrar em um lugar que lembramos ou imaginamos. Tanto na literatura quanto no cinema, os espaços e lugares criados por meio de obras de artes adquirem uma realidade

peculiar, transcendendo sua mera existência ficcional. Esses espaços são vivenciados de forma completa e vívida pelo público, despertando suas emoções e alimentando sua imaginação. Ao imergir esses espaços, seja por meio de palavras escritas ou das imagens em movimento, somos transportados para universos paralelos, onde a realidade e a fantasia se entrelaçam.

Temos uma capacidade inata de lembrar e imaginar lugares. Percepção, memória e imaginação estão em interação constante; a esfera do presente se funde com imagens de memória e fantasia. [...] A literatura e o cinema seriam destituídos de seu poder de encanto sem nossa capacidade de entrar em um lugar que lembramos ou imaginamos. Os espaços e lugares criados por uma obra de arte são reais no sentido total da experiência. (PALLASMA, 2011, p. 64)

Sendo assim, o cinema, portanto, seria destituído de seu poder de encanto e fascínio se não fosse nossa capacidade de entrar em lugares que lembramos ou imaginamos. Essa habilidade de nos conectarmos com os espaços narrativos e cinematográficos permite uma experiência rica e significativa, em que nos envolve e nos emocionalmente om os personagens e eventos que se desenrolam nesse contexto espacial. É nesse controle entre nossa imaginação e a criação artística que o corre uma verdadeira fusão de sentimentos significativos, enriquecendo nossa compreensão do mundo e possibilitando reflexões mais profundas sobre a condição humana.

Por conseguinte, a interação entre percepção, memória, imaginação e os espaços criados pelo cinema e pela animação revela a importância dessas artes na construção de uma experiência estética e cognitiva enriquecedora onde “ao experimentarmos uma obra de arte, ocorre um intercâmbio curioso: a obra projeta sua aura e nós projetamos nossas próprias emoções e produtos mentais da percepção sobre a obra.” (PALLASMA, 2011, p. 64) Contudo ao adentrarmos nesses espaços literários e cinematográficos, somos convidados a explorar nossa própria subjetividade e a expandir os limites da realidade. Assim, a capacidade de lembrar e imaginar lugares desempenha um papel fundamental na apreciação e compreensão das obras de arte, conferindo-lhes uma dimensão de realidade que vai além da mera ficção, conectando-se intimamente com nossa existência e nossa visão de mundo.

2.4 MEDO VISUAL

A capacidade do cinema de evocar uma ampla gama de emoções humanas é uma das características mais marcantes dessa forma de arte. Quando assistimos a um filme, estamos nos entregando a uma experiência sensorial única, na qual nossas emoções são habilmente manipuladas pelos cineastas. Isso é particularmente evidente nos gêneros de suspense, terror e drama, nos quais o medo desempenha um papel central.

O medo, em sua essência, é uma emoção que todos nos sentimos desde tempos ancestrais, os seres humanos têm experimentado o medo em várias situações da vida, muitas vezes como um mecanismo de sobrevivência diante de perigos reais. No entanto, o medo também desempenha um papel fundamental na nossa relação com o desconhecido e o inexplicável, Melo ressalta que:

O medo é uma emoção que todos nós, humanos, sentimos. Independentemente da sua causa, todos nós sabemos como é sentir medo, seja na vida real ou através de obras de ficção. E tais obras de horror sempre provocaram grande interesse nas pessoas, antes mesmo do cinema ser inventado. Acredito que o que move as pessoas em direção ao horror é o desejo de explorar e compreender o desconhecido, o estranho, o diferente, o inalcançável, para, depois, compartilhar tais histórias com os outros. (MELO, 2017, p. 92)

Esse fascínio pelo horror, presente desde tempos imemoriais e muito antes da invenção do cinema, é profundamente enraizado na natureza humana. Ele reflete nossa intrínseca curiosidade e anseio por compreender o mundo que nos cerca, especialmente as áreas que permanecem misteriosas e enigmáticas. O horror nos oferece uma porta de entrada para explorar o desconhecido, o estranho e o diferente, sem nos expormos a riscos reais. É como se fosse um laboratório da mente, onde podemos desbravar os recessos mais sombrios de nossa imaginação.

Além disso, o horror desafia nossas percepções convencionais da realidade, muitas vezes nos confrontando com o sobrenatural, o inexplicável e o inquietante. Essa quebra das barreiras da realidade cotidiana estimula nosso intelecto, levando-nos a questionar nossas próprias crenças e compreensão do mundo. Em essência, a atração pelo horror é uma jornada intelectual e emocional, onde podemos confrontar

nossos medos mais profundos e, ao mesmo tempo, explorar os aspectos mais intrigantes e misteriosos da condição humana. É um convite para mergulhar no desconhecido e emergir com uma compreensão mais rica e complexa de nós mesmos e do universo que habitamos.

Com certeza, a experiência de assistir a filmes de horror é profundamente pessoal e moldada pelas experiências únicas e pelas perspectivas individuais de cada espectador. Cada pessoa traz consigo uma bagagem única de medos, traumas e experiências de vida que influenciam a forma como ela reage ao horror cinematográfico. A diversidade de respostas ao horror é realmente fascinante. Alguns espectadores podem se identificar com o antagonista, enxergando seus próprios medos e ansiedades refletidos no personagem que causa o terror. Outros podem se conectar emocionalmente com a vítima, experimentando empatia profunda e um desejo de vê-la superar as adversidades. Melo afirma ao dizer que todo “fã de horror assiste aos filmes partindo de diferentes experiências e de um conjunto exclusivo de medos que resultam em sistemas de crenças pessoais moldadas por suas memórias. O público pode se identificar com o monstro/agressor ou a vítima(...)” (MELO, 2017, p. 94).

Em resumo, a diversidade de respostas e motivações do público em relação ao horror é um testemunho da riqueza desse gênero cinematográfico. Ele oferece um espaço único onde os espectadores podem explorar seus medos, traumas e emoções de forma segura, ao mesmo tempo, em que proporciona entretenimento e reflexão sobre as complexidades da condição humana.

Um dos principais objetivos de um filme de horror é, de fato, apresentar ao público um “monstro” ou ser que está fora dos limites da normalidade e da aceitação social. “Esses monstros satisfazem desejo do público de conhecer os extremos dos seres, em particular aqueles que são muito fantásticos e perigosos para conhecer na vida real.” (MELO, 2017, p. 102) Esses seres fantásticos são uma representação simbólica dos medos e ansiedades humanas mais profundas. O desejo de explorar o inimaginável e o conforto de fazê-lo dentro de uma ficção controlada é o que torna os filmes de horror tão intrigantes. Eles não apenas nos apresentam aos limites da imaginação humana, mas também nos desafiam a questionar nossas próprias percepções de realidade.

É essencial distinguir entre gênero e estilo quando se trata do horror no cinema. O gênero é uma categorização mais ampla, que agrupa filmes com base em suas características e temas comuns. No caso do horror, o elemento central é a intenção de instilar medo e sustos no público. Isso significa que, independentemente das técnicas ou modos de contar a história, a principal finalidade do horror é gerar uma resposta emocional de medo ou susto no espectador. Por outro lado, o estilo “são as técnicas e modos através dos quais a história é contada.” Melo (2017, p. 143) Essa dramatização dos eventos horríficos também pode incluir a ênfase em elementos visuais e sonoros impactantes. Por exemplo, o uso de iluminação sombria, cenários macabros, trilhas sonoras sinistras contribuem para a criação de uma atmosfera assustadora e sobrenatural. Esses elementos visuais e sonoros são parte integrante da “máscara” que o gênero do horror usa para envolver o público em seu mundo.

A trilha sonora em um filme é uma componente essencial da experiência cinematográfica, desempenhando um papel significativo na maneira como os espectadores percebem e se envolvem com a narrativa visual. Ela é meticulosamente produzida, misturada e gravada para servir como um elemento narrativo que complementa e enriquece a história visual. De acordo com Melo (2017, p. 152), A trilha sonora tem a capacidade de influenciar dramaticamente a maneira como os elementos visuais são percebidos e interpretados, bem como de transmitir emoções e temas de forma eficaz.

Os efeitos sonoros desempenham um papel igualmente importante. Eles são responsáveis por criar os sons que acompanham as imagens perturbadoras, desde o rosnar de um monstro até o rangido de uma porta assombrada. Esses sons são escolhidos e produzidos com precisão para provocar reações emocionais específicas no público, muitas vezes causando arrepios na espinha e aumentando o medo sentido pelos espectadores. Outro aspecto relevante é a espacialização do som. Em filmes de horror, a localização dos sons é essencial para a experiência do espectador. A capacidade de direcionar sons para a esquerda, direita, frente ou retaguarda da audiência cria uma imersão única, permitindo que os sons pareçam vir de lugares específicos dentro da cena. Isso aumenta a sensação de realismo e envolvimento do público na narrativa.

A imagem cinematográfica é uma composição complexa que incorpora uma variedade de elementos visuais, cada um dos quais desempenha um papel fundamental na narrativa e na estética do filme. Esses elementos incluem a exposição, nitidez, contraste, granulação, distância focal e movimento, e todos eles podem ser utilizados de forma estratégica para sustentar, subverter ou comentar sobre a história de um filme, seus personagens e temas.

A exposição, por exemplo, é a quantidade de luz que atinge o sensor da câmera, e pode ser ajustada para criar diferentes efeitos visuais. Uma cena superexposta pode transmitir uma sensação de luminosidade e pureza, enquanto uma cena superpostada pode criar um clima de mistério e escuridão. Os cineastas usam a exposição para realçar certos elementos da cena e direcionar a atenção do espectador.

A nitidez também desempenha um papel importante na composição visual. Uma imagem nítida e detalhada pode ser usada para enfatizar a clareza e a precisão, enquanto uma imagem levemente desfocada pode criar uma sensação de suavidade ou sonho. A escolha pela nitidez ou desfoque depende do estilo visual desejado pelo diretor.

O contraste, por sua vez, refere-se à diferença entre as áreas mais claras e mais escuras da imagem. Um alto contraste pode realçar o drama e a intensidade de uma cena, enquanto um baixo contraste pode criar uma atmosfera mais suave e etérea.

A distância focal e o movimento da câmera também são aspectos fundamentais da composição visual. A escolha da distância focal pode afetar a percepção do espaço e da profundidade na cena, enquanto o movimento da câmera pode criar dinamismo e fluidez ou transmitir uma sensação de instabilidade e agitação. A imagem cinematográfica é uma combinação complexa de elementos visuais que podem ser cuidadosamente manipulados para criar a estética e a narrativa desejadas em um filme. Cada elemento, desde a exposição até o movimento da câmera, desempenha um papel vital na construção da linguagem visual do cinema e na transmissão de emoções e significados aos espectadores. A evolução da tecnologia digital também ampliou as possibilidades criativas dos cineastas, tornando a imagem cinematográfica um campo em constante evolução e exploração. Todas essas considerações sobre a imagem cinematográfica são fundamentadas em Melo (2017, p. 163).

Assim como esses elementos são fundamentais para a composição visual de um filme, a cenografia assume um papel de igual relevância. A escolha cuidadosa dos cenários, a disposição dos objetos e a ambientação das cenas são elementos de extrema importância, ela funciona como um ingrediente essencial para nos fazer sentir medo e experimentar o que os personagens estão passando. Conforme Rayan (2001),

Para que um texto seja imersivo, ele deve criar um espaço ao qual o leitor, o espectador ou o usuário possa se relacionar, e deve preencher esse espaço com objetos individuados. Ele precisa, em outras palavras, construir o cenário para uma ação narrativa potencial, embora possa não ter a extensão temporal para desenvolver essa ação em um enredo. (apud MELO, 2017, p.26)

A citação de Ryan sobre criar um espaço relacionável e preenchê-la com objetos individuais é especialmente relevante quando se trata da cenografia no contexto do medo. Para entender como isso funciona, pense em um filme de terror. O cenário desse filme não é apenas um lugar onde os personagens existem, mas também é uma ferramenta narrativa que intensifica o medo. Imagine uma casa antiga e sombria em meio a uma tempestade. As janelas rangem, as sombras dançam e os corredores parecem não ter fim. Essa descrição não apenas nos coloca no espaço, mas também nos faz sentir oprimidos e sufocados. Os objetos individualmente nesse cenário - como quadro tontos, velas tremulas e retratos misteriosos acrescentam detalhes que aumentam nossa sensação de medo. A citação sugere que o ambiente cenográfico, mesmo sem um enredo completo, nos deixa esperando algo assustador a qualquer momento, mantendo nossa atenção e tensão.

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 O QUARTO DE CORALINE JONES

No contexto do filme "Coraline e o Mundo Secreto" a arquitetura assume um papel de destaque, tornando-se um elemento ativo e impactante para os espectadores. Conforme mencionado por Santos (2005, p.23), a arquitetura neste

filme não apenas serve como um cenário passivo, mas age como uma força sensibilizadora, capaz de criar padrões de conforto estético ou desgosto visual.

No filme “Coraline e o Mundo Secreto,” a arquitetura vai além de meros cenários e se torna uma narradora silenciosa da história. Os ambientes são meticulosamente projetados para evocar emoções específicas e criar uma atmosfera que se alinha com o tom do filme sombrio e misterioso. Os padrões de conforto estético e desgosto visual são habilmente manipulados por meio da arquitetura, levando o espectador a mergulhar profundamente na experiência.

A arquitetura fictícia do filme desafia a realidade cotidiana do espectador, apresentando um mundo onde a construção de ambientes assume proporções fantásticas e muitas vezes surrealistas. Nesse contexto, a arquitetura se destaca como uma força que contribui diretamente para o desenvolvimento da trama e dos personagens, criando espaços que refletem a dualidade da protagonista, Coraline, e sua jornada entre o mundo real e o mundo secreto. Um ambiente que reflete essa dualidade é o quarto da protagonista.



FIGURA 01 – Quarto no mundo real

Fonte: captura de tela, 16 min. 36 seg. Da animação (Coraline 2009)



FIGURA 02 – Quarto no mundo paralelo
Fonte: captura de tela, 20 min. 50 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 01, vemos Coraline indo para cama em seu quarto depois de um dia tedioso. Nesse espaço, é notável a ausência de qualquer conforto estético, o quarto se apresenta desorganizado, que contribuem para seu descontentamento. A desordem do ambiente e escolha de elementos de decoração não condizem com suas preferências, reforçando a sensação de desinteresse que Coraline experimenta em sua vida cotidiana e mostrando a falta de atenção que seus pais lhe dão. Posteriormente, mostrado na figura 02, seu quarto é retratado de forma mais atraente, a arquitetura do quarto nesse mundo é elegante, com cores vibrantes, móveis luxuosos e brinquedos encantados.

Portanto, o quarto de Coraline no filme é um excelente exemplo de como a arquitetura é usada para criar um ambiente que reflete a dualidade da protagonista, sua jornada entre os dois mundos e como os padrões de conforto estético e desgosto visual são habilmente manipulados para envolver o espectador na experiência do filme.

3.2 O CORREDOR

O mundo secreto em si, é um bom exemplo de como a arquitetura pode ser usada para criar uma atmosfera de medo. Os ambientes são distorcidos, surreais e muitas vezes perturbadores. A arquitetura do mundo secreto desafia as leis da física e da lógica, criando uma sensação de desconforto e estranheza. Corredores estreitos, escadas que levam a lugar nenhum e portas que abrem para paisagens

inquietantes são características proeminentes desse mundo alternativo. A arquitetura aqui contribui diretamente para a sensação de pesadelo e medo que permeia a narrativa.

Outro aspecto importante é a capacidade da arquitetura de contar a história de forma visual e simbólica. A presença das portas secretas na casa e no mundo secreto, por exemplo, simboliza a busca de Coraline pelo desconhecido e sua curiosidade, mas também representa os perigos que ela enfrentará são simbolizados pelas escadas e corredores tortuosos, refletindo os desafios que precisa superar, inclusive os labirintos de sua própria mente. Tanto a casa quanto o mundo secreto são meticulosamente projetados para provocar desconforto e inquietação nos espectadores. A arquitetura perturbadora acentua a sensação de que algo está terrivelmente errado, acrescentando uma camada adicional de tensão à história. Um ambiente particularmente relevante para representar essas características são a transição do corredor das casas.



FIGURA 03 – Corredor mundo real

Fonte: captura de tela, 11 min. 21 seg Da animação (Coraline 2009)



FIGURA 04 – Corredor do outro mundo

Fonte: captura de tela, 1 h 17 min. 06 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 03, temos o momento em que Coraline, a pedido de seu pai, sai para explorar sua nova casa. Já na figura 04, presenciamos o instante em que Coraline retorna à casa após o mundo alternativo desaparecer. Ela se encontra no corredor, onde a cena sofre uma transformação completa e imprevista.

A transição das imagens da 03 para a 04 demonstra como a arquitetura pode enfatizar detalhes essenciais no cenário, os quais são cruciais para definir um espaço. Esses detalhes cinematográficos são retratados pela mudança de um ambiente bem cuidado e iluminado para um cenário que sofre uma distorção completa. Agora, encontramos um espaço escuro e deteriorado, com paredes descascadas. A iluminação verde na porta de entrada da sala cria uma atmosfera sinistra e sugere que algo sombrio aguarda no interior, a com a cor verde se tornou representante da má sorte, ligada a instabilidade e perigo, também sendo relacionado ao ciúme se tornando uma cor dos monstros e dos seres sobrenaturais, fazendo com que contribua para a sensação de inquietação e mistério (BRANDI, 2020, p.113).

3.3 CASAS: INSPIRANDO A ARQUITETURA DE “CORALINE”

No âmbito do gênero fantástico, o filme “Coraline e o Mundo Secreto” está intrinsecamente ligado a conceitos como mistério e inexplicabilidade. Quando

exploramos o aspecto misterioso do filme, nos deparamos com todo o mundo alternativo, os pais alternativos, os vizinhos diferentes, os botões substituindo os olhos, os ratos que dançam, os brinquedos que falam e as almas das crianças, entre outros elementos enigmáticos. Ao abordar a perspectiva do inexplicável, somos confrontados com a pergunta essencial: “Como esse universo pode existir?” Essa indagação, por sua vez, instiga sentimentos de incerteza, hesitação e, sobretudo, medo, tanto na personagem principal quanto em nós, espectadores.

As características arquitetônicas da casa no filme “Coraline e o Mundo Secreto” guardam notável semelhança com a casa real em que o escritor Neil Gaiman viveu. Segundo Gaiman (2012, p. 09) o apartamento em Littlehampton, no condado de Sussex, fazia parte do que, no passado, fora uma casa grande senhoril construída para o médico real da Inglaterra. O escritor menciona que a casa era uma mansão naquela época, mas, ao longo do tempo, foi transformada em vários apartamentos.

Essa semelhança arquitetônica entre a casa fictícia do filme e a casa real onde Gaiman morou é particularmente notável no que diz respeito ao estilo arquitetônico. O Pink Palace, a casa de Coraline no filme, apresenta elementos arquitetônicos que evocam uma sensação de grandiosidade e história, com suas torres e detalhes ornamentados. Esses elementos arquitetônicos refletem a herança histórica da casa real, que também tinha sido uma mansão no passado.

A casa real que serviu de inspiração para o filme “Coraline e o Mundo Secreto” tinha características arquitetônicas peculiares. Seu corredor era extraordinariamente grande, com uma porta de armário pendurada no final, que servia como um espelho. Neil Gaiman, ao escrever um livro para sua filha, baseou-se na atmosfera dessa casa ao criar cenários semelhantes. Ele adaptou elementos, como a posição do quarto da personagem Holly e da sala de estar. A casa possuía uma porta de carvalho que um dia foi a entrada principal da família anterior, mas agora não levava a lugar algum, simplesmente abrindo-se para uma parede de tijolos. Além disso, a casa era decorada com naturezas-mortas em pintura a óleo nas paredes, contribuindo para a atmosfera especial da sala, juntamente com sua outra casa que na época moravam nos Estados Unidos, em uma casa velha e gótica. Lá tinha um torreão e um alpendre com escadinha e tudo. A casa fora construída havia mais de cem anos por um imigrante alemão (GAIMAN, 2012, p. 10).

3.4 O PALÁCIO COR DE ROSA

No livro “Coraline” de 2002, o autor Neil Gaiman utiliza a duplicação do espaço como um recurso fundamental para desenvolver sua narrativa fantástica. Essa duplicação envolve a criação de dois espaços distintos que desempenham papéis cruciais na história. Os dois cenários fundamentais na trama, um representando a realidade e o outro o mundo sobrenatural, convergem e têm como epicentro o casarão, conhecido como o Palácio Cor de Rosa.



FIGURA 05 – O palácio cor de rosa
Fonte: captura de tela, 2 min. 32 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 05, encontramos a primeira representação da casa, sendo o centro da narrativa. No passado, foi uma única residência, mas agora é dividida em três apartamentos: um deles pertence ao Sr. Bobinsky, outro a Srta. Spink e Forcible, e o terceiro é onde Coraline e seus pais moram. Vale destacar que na obra literária, há menção a um apartamento vazio frequentemente mencionado por Coraline, mas que não aparece na adaptação cinematográfica.

O Palácio Cor de Rosa apresenta elementos arquitetônicos típicos dos estilos gótico e vitoriano, o estilo gótico é conhecido por suas altas torres, janelas em arco, rosácea e detalhes ornamentais intrincados. O estilo vitoriano é caracterizado por sua ênfase em detalhes decorativos, como frisos, molduras de janelas elaboradas e varandas decorativas. Foi profundamente influenciado pelo movimento romântico e gótico, dando origem ao que podemos chamar de revivalismo gótico. Esse movimento teve sua expressão mais proeminente na Inglaterra durante o século XIX.

No entanto, esse movimento não apenas abraçou elementos arquitetônicos como arcos ogivais, elementos rendilhados e arcobotantes, mas também representou uma busca por valores profundos, autenticidade e espiritualidade (MENGUELLO, 2000, p.16 e 135).

No entanto, algumas críticas consideraram a arquitetura e a arte vitoriana como simplistas e empobrecidas. Houve receio de que a adoção da arquitetura medieval, em todos os seus elementos góticos, fosse uma tentativa superficial de enfatizar a glória e a religiosidade. Além disso, a arte vitoriana tinha objetivos pedagógicos e era apoiada pela burguesia, sendo usada não apenas como expressão artística, mas também para manter a posição social e exercer controle.

O estilo gótico vitoriano está presente na arquitetura da Pink Palace, como mencionado anteriormente. Além disso, ele também pode ser observado na casa da família Harmon na série “*American Horror Story: Murder House*” e na residência da família Lambert do filme sobrenatural: capítulo 2. Essas instâncias servem como comprovação da semelhança da presença desse estilo.



FIGURAS 06 e 07 – Murder House e Casa da família Lambert
Fontes: captura de tela, 0 min. 25 seg. e captura de tela, 1 h 39 min. 01 seg. Da série (American Horror Story 2011) Do filme (Sobrenatural: capítulo 2 2013)

A fachada da casa é imponente, com várias janelas altas e estreitas que se estendem por vários andares. A entrada principal é destacada por uma varanda decorativa e um portal ornamentado. Além disso, a presença de uma torre, um detalhe típico desse estilo arquitetônico, contribui para a grandiosidade arquitetônica. Essa fachada impressionante cria uma primeira impressão marcante. Toda a casa é adornada com detalhes ornamentais, como arabescos, floreios e entalhes intrincados. Esses detalhes são visíveis nas molduras das janelas, nas balaustradas da varanda e em outros elementos arquitetônicos. Eles contribuem

para a estética exuberante e, ao mesmo tempo, sinistra da casa, reforçando a ideia de que há algo mais profundo e enigmático por trás de sua aparência, sendo características compartilhadas pelas três casas. 30

O nome “Cor de Rosa” sugere uma cor vibrante, mas a casa é representada em tons escuros e sombrios no filme. A paleta de cores, incluindo roxo, azul-escuro e preto, cria uma atmosfera misteriosa e sombria. Essa escolha de cores adiciona um elemento de medo à casa, à medida que a aparência inicialmente encantadora dá lugar a uma sensação de inquietude.

A casa parece inicialmente sem vida e desinteressante, refletindo o ambiente chuvoso e enevoado ao redor. Essa representação corresponde ao espaço real e entediante de Coraline. “Tratava-se de uma casa muito antiga com um sótão sob o telhado, um porão sob o chão e um jardim coberto de vegetação e de árvores grandes e velhas” (GAIMAN, 2002, p.19)



FIGURA 08 – O palácio cor de rosa no outro mundo
Fonte: captura de tela, 36 min. 58 seg. Da animação (Coraline 2009)

A figura 08 retrata o Palácio Cor de Rosa no mundo sobrenatural, onde Coraline e Wybie partem para o show dos camundongos saltadores. A casa agora parece mais convidativa, com iluminação, cores vibrantes e um jardim bem cuidado. O cenário exibe um céu estrelado e uma floresta menos sombria do que na primeira imagem. Essas mudanças refletem a ideia de que o mundo irreal é mais atraente do que o mundo real.

O mundo sobrenatural, retratado sempre à noite, é inicialmente atraente para Coraline, pois, oferece diversão e cuidado dos “outros pais.” No entanto, o cenário noturno também sugere perigo e revela a verdadeira natureza sinistra do outro mundo, onde os mortos aparecem. Apesar de Coraline se sentir mais confortável à noite com seus “outros pais”, o cenário noturno serve como aviso de que algo ruim está por vir. Essa dualidade reflete o contraste entre o aparentemente encantador e o verdadeiramente ameaçador.

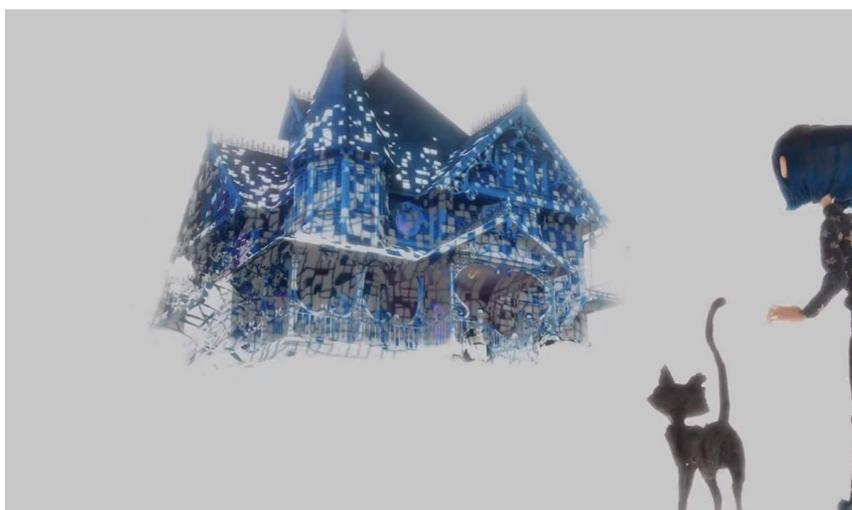


FIGURA 09 – O palácio cor de rosa distorcido
Fonte: captura de tela, 55 min. 59 seg. Da animação (Coraline 2009)

A figura 09 é o momento em que Coraline tenta fugir do outro mundo para seu mundo real, ela está conversando com o gato que avisa a ela que aquele mundo não foi criado por completo, foi criado somente as coisas que ela sabia que encantariam Coraline, a cena descrita no livro como:

“o lado de fora, o mundo havia se transformado em névoa, e a névoa remoinhava sem formas nem sombras, enquanto a casa parecia ter sido torcida e esticada. Coraline teve a impressão de que lugar tinha se agachado para olhá-la de baixo, como se não fosse propriamente uma casa, mas apenas a ideia de uma casa”. (GAIMAN, 2012, p.153)

Essa transformação reflete a crescente ameaça e a natureza surreal do “Outro Mundo”. A sensação de que a casa não é mais uma residência convencional, mas apenas a ideia de uma casa, cria uma atmosfera de inquietude e tensão. Essa

cena é crucial porque marca o ponto de virada na história, onde Coraline percebe que o “Outro Mundo” não é o paraíso que aparenta ser, mas sim um lugar perigoso e manipulador, tendo o uso dos planos, como o plano aberto, e ângulos, como o contra-plongé (que é um ângulo que apresenta o objeto ou personagem visto de baixo para cima), são recursos cinematográficos que destacam a percepção distorcida do ambiente. Quando Coraline percebe que a casa parece ter se agachado para olhá-la de baixo, isso não apenas realça a natureza surreal do lugar, mas também simboliza uma inversão de poder e uma sensação de desequilíbrio.

FIGURA 10 – O palácio cor de rosa em preto e branco



Fonte: captura de tela, 1 hora. 21 min e 16 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 10 a transformação da casa ocorre novamente enquanto Coraline está em sua busca pelo terceiro e último olho. Essa mudança reflete a crescente complexidade e perigo do enredo. No livro, Gaiman aborda essa cena com as seguintes descrições: “Coraline notou que a casa continuava a mudar, formando-se em uma forma menos clara e mais achatada. Mesmo quando ela avançava escada

abaixo. Agora a casa se assemelhava à foto de uma casa, não à construção em si.” (2012, p.172) A variação de escala e o encurtamento das linhas são elementos visuais que evidenciam o processo de transformação da casa na figura 10, mostrando como ela se torna mais achatada e menos nítida, conforme descrito no trecho do livro. Esses elementos são fundamentais para enfatizar a alteração na estrutura da casa, indicando a distorção e a diminuição da sua clareza.

Essa mudança arquitetônica acrescenta uma camada adicional de mistério e perigo à história, aumentando a tensão e a incerteza que Coraline enfrenta em sua jornada. Além disso, a descrição do livro, em que a casa se assemelha a uma imagem de uma casa em vez de uma construção real, ressalta a natureza ilusória e fantástica do mundo secreto, enfatizando ainda mais a dualidade entre o real e o irreal na trama. O uso do preto e branco na representação do irreal no processo de transformação da casa pode ser interpretado como uma forma que os produtores encontraram para fazer referência à casa como uma imagem estática, como se fosse uma foto, conforme escrito por Gaiman. Isso reforça a ideia de que a casa, nesse contexto, não é apenas uma estrutura física, mas também um símbolo da imaginação e da dualidade entre o mundo real e o mundo secreto de Coraline. A ausência de cores na representação do irreal contribui para a sensação de estranheza e ilusão que permeia a narrativa, tornando a experiência visual ainda mais envolvente e perturbadora.

A casa, figurando como o epicentro da narrativa, assume uma função de destaque ao representar o ambiente fantástico. Essa representação sutilmente faz pontes com o mundo real, o que ressalta a relevância do cenário onde os personagens desdobram suas histórias. Aqui, o espaço arquitetônico transcende sua mera existência física, tornando-se um espelho que reflete não apenas o aspecto realista, mas também o sobrenatural da trama. Dessa forma, ele se revela como um instrumento capaz de irradiar e comunicar uma rica tapeçaria de emoções e eventos ao longo da narrativa, adicionando profundidade e significado à história.

3.5 A PASSAGEM SECRETA

Da mesma forma, na animação, o espaço transcende as configurações físicas e assume um papel simbólico e criativo à medida que a narrativa animada se desenvolve. O tempo na animação também é flexível, o que possibilita aos animadores explorar estilos artísticos únicos e criar mundos e personagens que seriam impossíveis na realidade cotidiana. Assim, tanto no cinema quanto na animação, a interação do tempo e espaço desempenha um papel crucial.

Ao longo do filme “Coraline e o mundo secreto”, fica evidente que a narrativa passa por diversas transformações significativas que remetem as mudanças no tempo e no espaço, desempenhando um papel essencial na criação da atmosfera e na evolução da história. A cena que evidencia essa distorção do tempo e espaço ocorre durante a descoberta da porta para o “outro mundo”.



FIGURA 11 – Passagem secreta murada

Fonte: captura de tela, 13 min e 35 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 11 é o primeiro momento em que a porta secreta é encontrada, ocorrendo nos momentos iniciais do filme, quando Coraline está explorando a nova casa, nesse momento a porta está murada, e Coraline não tem conhecimento de sua existência real. Ela representa um espaço físico comum, que não levanta suspeitas ou sugere elementos sobrenaturais. No entanto, essa descoberta inicial instiga a curiosidade da protagonista e nossa. A presença da porta murada deixa uma impressão sutil de que algo está escondido. Esse primeiro encontro com a porta murada é essencial para a representação do espaço e do tempo no filme, pois,

estabelece a dualidade entre o mundo aparentemente normal e o mundo distorcido que Coraline está prestes a explorar.

À medida que a narrativa avança antes, o que era uma porta comum para outra parte da casa agora se tornou uma entrada para um reino paralelo, repleta de mágica e perigo.



FIGURA 12 – Passagem secreta primeiro momento
Fonte: captura de tela, 16 min e 07 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 12, Coraline é despertada pelos ratos saltadores, que a conduzem até a porta que ela havia descoberto anteriormente. Ao abri-la, ela percebe que a parede de tijolos que bloqueava seu caminho desaparece, revendo um túnel misterioso que se estende até outra porta.

Essa mudança abrupta no espaço é acompanhada pela sensação de deslocamento temporal, já que no “outro mundo” opera em seu próprio ritmo e lógica. Quando Coraline entra no túnel, ela está inicialmente em um espaço físico que consiste em uma realidade cotidiana. No entanto, à medida que ela avança, o espaço começa a se transformar. As paredes do túnel ganham cores e texturas surreais, criando uma sensação de que ela está em um domínio completamente diferente. À medida que ela avança pela passagem, percebe-se que, embora ela esteja se movimentando constantemente, não parece fazer progresso significativo. Essa sensação do túnel se estendendo cria uma distorção notável no tempo, parecendo não se comportar de maneira não convencional, esticando-se e contraindo-se de forma não correspondente à experiência temporal normal.

Ao longo da narrativa, a passagem secreta sofre uma metamorfose em relação à protagonista, transformando o que antes era encantador em algo

assombroso. O túnel, que costumava ser acolhedor e mágico, adquire uma aura sombria e perturbadora.



FIGURA 13 – Passagem secreta em sua forma sombria
Fonte: captura de tela, 1hora. 00min e 59 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 13, após Coraline ser resgatada por Wybie do espelho mágico e receber sua ajuda para abrir a passagem secreta que a permitirá voltar para casa, ela se depara com o túnel. Este túnel é escuro e empoeirado, e está repleto de objetos perdidos, que representam os brinquedos de outras crianças que também foram para o outro mundo. O túnel é descrito no livro como:

Não havia parede de tijolos, apenas escuridão. Uma escuridão subterrânea, profunda como o negrume da noite, onde as coisas podiam se mover. (...) Ela tinha certeza de que havia algo no breu atrás dela: alguma coisa muito velha e lenta (...). (GAIMAN, 2012, p.74)

O túnel sombrio e sujo reflete seus crescentes sentimentos de ansiedade e perigo, e essa alteração no estado emocional afeta diretamente sua noção de tempo. Conforme o espaço se torna mais ameaçador, a sensação de que o tempo está se esticando intensifica-se, criando uma atmosfera carregada de tensão e urgência na narrativa. O que costumava ser uma passagem rápida e alegre se transforma em um desafio que amplia a impressão de que a protagonista enfrenta uma árdua batalha para retornar à sua casa.

3.6 A SALA DE VISITAS

No contexto psicológico, refere-se à forma como a mente humana processa e interpreta o mundo objetivo ao seu redor. Nossa mente não apenas recebe informações do ambiente, mas também as molda e organiza de acordo com nossos interesses, emoções e experiências passadas. Assim, a experiência psicológica não é uma simples reprodução do mundo objetivo, mas uma construção única e subjetiva.

A mente tem a capacidade de unir eventos muito distantes e até impossíveis de serem presenciados simultaneamente e fisicamente. Essa capacidade é comparada à forma como eventos se misturam na consciência, formando uma narrativa coerente e contínua. No contexto do cinema, isso se torna particularmente relevante, pois, os filmes muitas vezes manipulam o tempo e o espaço de maneiras que desafiam a experiência linear e física da realidade. Com isso, o cinema como uma forma artística, aproveita essa característica psicológica para criar histórias envolventes e experiências sensoriais que transcendem a simples reprodução da realidade.

Diante dessa representação, o ambiente que evidencia essa distorção é a sala de visitas do palácio cor de rosa, que surge como um elemento fundamental, transformando-se ao longo do filme para refletir não apenas mudanças físicas, mas também o desenvolvimento complexo da protagonista.



FIGURA 14 – A sala de visitas no mundo real
Fonte: captura de tela, 11min e 48 seg. Da animação (Coraline 2009)

Na figura 14, observamos o instante em que Coraline explora a nova casa, entrando na sala de visitas e registrando minuciosamente tudo o que ela considera tedioso ou desinteressante. Essa cena é retratada no livro da seguinte maneira:

Era na sala de visitas que os pais guardavam a caríssima (e desconfortável) mobília que a avó de Coraline deixara de herança quando morreu. Coraline não podia ir lá. Ninguém ia lá. O cômodo só era usado em ocasiões especiais. (GAIMAN, 2012, p.23)

No primeiro momento em que Coraline explora a sala no mundo real, ela se depara com uma representação da vida familiar que, embora não seja idealizada, revela-se tediosa e desinteressante para ela. Ao registrar minuciosamente tudo o que considera chato, Coraline expressa sua insatisfação e desconforto com o ambiente.

Posteriormente, ao passar pela passagem secreta e ir para o outro mundo, ela se depara com um ambiente que à primeira vista, parece ser sua casa, a não ser por um quadro em específico no livro essa passagem é descrita como:

Algo havia familiar ali. O tapete sob seus pés era o mesmo que tinha em seu apartamento. O papel de parede também. O quadro na parede era idêntico ao que estava pendurado no corredor de sua casa. Ela sabia que estava em sua própria casa. (...) depois fitou o quadro na parede. Não era igual. (GAIMAN, 2012, p.50)

No filme, esse quadro é uma representação vívida de um acontecimento no mundo real. No início, no mundo real, Coraline observa um garoto triste que derrubou seu sorvete no chão, refletindo uma situação comum e compreensível da vida cotidiana. No entanto, quando Coraline chega à sua “outra casa” no “Outro Mundo”, ela se depara com o mesmo quadro, mas com uma diferença notável: o garoto agora está retratado de forma feliz e contente, saboreando seu sorvete sem nenhum problema. Essa mudança radical na cena, que ocorre de um mundo para o outro, enfatiza vividamente a distorção do espaço e do tempo na narrativa do filme, se referindo também ao estado emocional da protagonista nesses dois mundos.



FIGURAS 15 e 16 – menino triste e menino feliz

Fonte: captura de tela, 12 min e 12 seg. e captura de tela, 12 min e 12 seg. Da animação (Coraline 2009) Da animação (Coraline 2009)

Enquanto tudo parece igual à primeira vista, a presença desse quadro destaca que, dentro daquelas paredes, as leis normais do espaço e do tempo não se aplicam. É uma forma brilhante de mostrar a distorção do espaço e do tempo, pois, o espaço é o mesmo, mas o tempo é claramente diferente, com eventos que ocorrem de maneira não convencional.

Posteriormente, esse espaço passa por múltiplas transformações no Outro Mundo, evidenciando que o ambiente fantasioso é uma extensão da outra mãe. Esse mundo se revela como uma projeção da própria essência dela, sendo moldado para encantar e, ao mesmo tempo, amedrontar a protagonista. As alterações na arquitetura da sala não apenas refletem as intenções manipuladoras da outra mãe, mas também contribuem para a atmosfera de encanto ilusório e perigo latente.



FIGURA 17– A sala de visitas modificada

Fonte: captura de tela, 57 min e 17 seg. Da animação (Coraline 2009)



FIGURA 18– A sala de visitas deteriorada
Fonte: captura de tela, 1 hora. 21 min e 45 seg. Da animação (Coraline 2009)



FIGURA 19 – A sala de visitas desmoronando
Fonte: captura de tela, 1 hora. 24 min e 34 seg. Da animação (Coraline 2009) aumentando a intensidade emocional da cena. 40

Na imagem retratada na figura 17, quando Coraline tenta fugir da casa e se depara com a sala modificada, a utilização das cores, especialmente o roxo e o vermelho, vai além de criar uma atmosfera sedutora. O roxo é associado à luxúria e à morte, representando a atração perigosa e sedutora do outro mundo. Essa cor evoca uma sensação de mistério e encantamento, muitas vezes relacionada a elementos místicos e perigos ocultos. Por outro lado, o vermelho, simbolizando força e perigo, é usado subjetivamente para representar a intensidade e o risco que a outra mãe representa, tendo também a presença do verde em poucas quantidades ainda para representar o azar. Essa mudança visual busca atrair Coraline para a ilusão encantadora do outro mundo, revelando a capacidade da outra mãe de adaptar o espaço de acordo com suas intenções.

A segunda transformação ocorre na figura 18, quando Coraline retorna após recuperar os objetos perdidos das crianças. A sala verde, antes vibrante, deteriora-se e torna-se mais sombria, com teias de aranha nas paredes. Essa modificação

reflete não apenas o desgaste do encanto inicial, mas também simboliza a deterioração da falsa maternidade da outra mãe. A mudança na aparência da outra mãe indica a volatilidade dessa figura materna idealizada. A transformação da sala para um tom mais sombrio e a presença predominante do verde destacam a intensificação do engano e da crueldade da outra mãe.

No terceiro momento na imagem 19, a outra mãe, enfurecida após o confronto com Coraline, transforma completamente o piso da sala em uma teia de aranha. Essa metamorfose não apenas expressa a fúria da outra mãe, mas também simboliza uma ameaça iminente, capturando Coraline como uma presa na trama mortal. Essa mudança no espaço vai além do encanto ilusório, agora representando uma armadilha mortal.

A teia de aranha, além de seu simbolismo literal, representa a complexidade da trama e a rede de enganos tecida pela outra mãe. Isso adiciona uma camada de suspense e tensão à narrativa, pois, Coraline se vê enredada em um jogo perigoso. A mudança na atmosfera da sala, agora sombria e ameaçadora, contribui para a atmosfera de suspense e desconforto, aumentando a intensidade emocional da cena.

Essa transformação do espaço revela a habilidade da outra mãe de controlar não apenas a aparência física do mundo, mas também a experiência emocional de Coraline. A sala, antes vista como uma passagem para uma vida melhor, agora se transforma em um ambiente hostil, refletindo o poder psicológico da outra mãe sobre a protagonista. A mudança na atmosfera da sala, agora sombria e ameaçadora, contribui para a atmosfera de suspense e desconforto, aumentando a intensidade da cena.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, uma imersão no universo da arquitetura fílmica e sua influência na construção do medo, a compreensão sobre a interseção entre cinema e arquitetura alcançou novos patamares. A análise profunda do filme “Coraline e o Mundo Secreto” revelou a importância da arquitetura como elemento narrativo ativo na cinematografia.

Tendo os objetivos delineados, focalizados na exploração da composição do espaço e tempo cinematográfico e arquitetônico, bem como na análise da representação do espaço na adaptação cinematográfica, foram plenamente atingidos. Sublinhamos a significativa contribuição da arquitetura na construção de ambientes fantásticos, desempenhando um papel crucial na criação da atmosfera de medo proposta.

Esta pesquisa, ao desvelar a importância da arquitetura como elemento narrativo ativo na cinematografia, contribui para a compreensão mais profunda de como os cineastas utilizam o espaço arquitetônico como uma ferramenta expressiva. A arquitetura, longe de ser uma mera moldura, revela-se como uma protagonista poderosa, na construção de significados e na transmissão do medo no universo cinematográfico.

Adicionalmente, vale ressaltar que os métodos e categorias de análise escolhidos para este estudo mostraram-se eficazes e podem servir como guias em investigações futuras. Essa abordagem metodológica oferece uma base sólida para explorar padrões e relações em outras produções cinematográficas, contribuindo para a compreensão de como esses elementos afetam a percepção do espectador.

Dessa forma, os resultados não apenas consolidam a importância da arquitetura como elemento ativo na narrativa cinematográfica, mas também estabelecem um ponto de partida para pesquisas subsequentes que visem aprofundar-se nas interações complexas entre arquitetura e o meio cinematográfico.

REFERÊNCIAS

1. BERNARDET, J.-C. **O que é cinema?** 11. ed ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1991.
2. BRANDI, M. C. T. (2020). **A cor verde:** representações e simbologias na história, na arte, na literatura e na música. *Revista Alere*, 19(1), 107–124. Recuperado de <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/4634>
3. BORGES, Luiz Antonio de Oliveira Duarte. **História da animação:** uso da técnica e estética. *Revista Livre de Cinema*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 63-82, mai./ago. 2019. ISSN: 2357-8807. CAMARANI, LUIZA. *A literatura Fantástica: caminhos teóricos.* São Paulo: cultura acadêmica, 2014
4. GAIMAN, Neil. **Coraline.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2002.
5. DICIO, **Dicionário Online de Português.** Cenografia. In: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 22. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cenografia/>.
6. FREITAS, A. C. B. **de uma relação entre arquitetura e cinema.** Orientado por Fernando Manuel Domingues Hipólito. - Lisboa: [s.n.], 2015. - Dissertação de Mestrado
7. MELO, Petra Pastl Montarroyos de. **Cinema do medo:** um estudo sobre as motivações esportivas diante dos filmes de horror. 2017. 215 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2017.
8. MENEGUELLO, Cristina. **Da Ruína ao Edifício:** Neogótico, Reinterpretação e Preservação do Passado na Inglaterra Vitoriana. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
9. MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. **Cinema:** imagem e interpretação. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(2):83-104, outubro de 1996.
10. PALLASMAA, J. **Os olhos da pele:** A arquitetura e os sentidos. Porto Alegre, Bookman, 2011

11.RAMIRES, Júlio. **O cinema e a cidade:** algumas reflexões. Minas Gerais, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/23642>. Acesso em: 02 de março de 2022.

12.SANTOS, Fábio. **Arquiteturas fílmicas.** Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6141>. Acesso em: 14 de março de 2022.

13.TELOTTE, J. P. **Animando o espaço:** de Mickey a Wall-e. Lexington, Kentucky: University Press of Kentucky, 2010.

14.XAVIER, Ismail. **A Experiência do Cinema.** Antologia. 1ª edição. Edições Graal Ltda., Rio de Janeiro, 1983.

METAMORFOSES URBANAS: MANGABEIRA, DE CONJUNTO HABITACIONAL AO SUBCENTRO

Ana Flávia Ribeiro da Costa¹⁰
Priscila Pereira de Souza de Lima¹¹

RESUMO

Este estudo aborda as transformações urbanas em Mangabeira, bairro de João Pessoa, Paraíba, evidenciando sua subcentralidade. Concebido como conjunto habitacional na década de 1970 pela CEHAP PB, Mangabeira evoluiu para o bairro de maior população e como um relevante subcentro urbano. Inicialmente, para fundamentação teórica e metodológica foi feita uma revisão na literatura quanto ao tema centralidade e subcentralidade, bem como acerca do processo de expansão urbana de João Pessoa e do bairro em estudo. Como metodologia foram utilizadas imagens de satélite disponíveis no *Google Earth* pra analisar as transformações ocorridas no bairro e análise espacial por meio de mapas temáticos quanto à expansão urbana do bairro, o uso e ocupação das principais vias do bairro e dos grandes equipamentos urbanos no bairro, os quais desempenham um papel importante nesse contexto, oferecendo uma ampla variedade de comércios, serviços e equipamentos urbanos tanto para a população local como para os residentes de bairros vizinhos. Esse cenário contribui para a redução dos deslocamentos da população da zona sul em direção ao centro de João Pessoa, bem como atrai dinâmicas urbanas significativas que explicam o caráter de centralidade que o bairro vem consolidando ao longo dos anos no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Assim, a expectativa é de que o estudo contribua para o aprofundamento das informações e pesquisas acerca das metamorfoses urbanas, salutar não apenas para o curso de Arquitetura e Urbanismo, mas também para outras áreas afins.

Palavras-chaves: Transformações urbanas, Mangabeira, subcentro, uso e ocupação.

ABSTRACT

This study addresses the urban transformations in Mangabeira, a neighborhood in João Pessoa, Paraíba, highlighting its subcentrality. Conceived as a housing complex in the 1970s by CEHAP PB, Mangabeira has evolved into the most populous neighborhood and a significant urban subcenter. Initially, for theoretical and methodological foundation, a literature review was conducted on the central and subcentral themes, as well as the urban expansion process in João Pessoa and the studied neighborhood. The methodology involved the use of satellite images available on Google Earth to analyze the changes in the neighborhood and spatial analysis through thematic maps regarding the urban expansion of the neighborhood, the use and occupation of its main roads, and major urban facilities that play a crucial

¹⁰ Graduanda do Curso de Arquitetura e urbanismo, E-mail: rflavia331@gmail.com.

¹¹ Professor Orientador, Graduada em Geoprocessamento pelo IFPB, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPB, Doutoranda em Geografia pela UFPB. E-mail: prof2222@iesp.edu.com.br.

role in this context, providing a wide range of businesses, services, and urban facilities for both the local population and residents of neighboring districts. This scenario contributes to reducing the population's movements from the south zone towards the center of João Pessoa, as well as attracting significant urban dynamics that explain the centrality that the neighborhood has been consolidating over the years in the production and reproduction of urban space. Thus, the expectation is that the study will contribute to deepening information and research on urban metamorphoses, benefiting not only the field of Architecture and Urbanism but also other related areas.

Keywords: Urban transformations, Mangabeira, subcenter, use and occupation

1 INTRODUÇÃO

O estudo aborda as transformações no espaço urbano com foco no Bairro de Mangabeira, em João Pessoa, Paraíba, destacando seu papel como subcentro da cidade. A pesquisa contextualiza as mudanças que ocorreram na centralidade de João Pessoa ao longo do século XX. Mangabeira, inicialmente um conjunto habitacional, cresceu para se tornar um importante polo econômico e populacional na capital paraibana.

O estudo baseia-se em autores renomados para entender a dinâmica espacial e a expansão urbana de João Pessoa. Os objetivos incluem explorar conceitos de subcentros, analisar a origem e desenvolvimento de Mangabeira, examinar a expansão comercial de vias específicas e identificar potenciais áreas para o desenvolvimento de atividades terciárias. A pesquisa busca contribuir para o entendimento das dinâmicas urbanas e auxiliar em futuros estudos sobre a subcentralidade urbana de Mangabeira, bem como em outras espacialidades, dentro das suas especificidades.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O ESPAÇO URBANO

O espaço urbano e suas dinâmicas territoriais como um objeto de pesquisa está inteiramente relacionada ao planejamento urbano, visto que a mesma desempenha um papel fundamental para a configuração espacial, pois ela busca organizar e gerenciar o espaço urbano de maneira eficaz, atendendo as necessidades da população e promovendo a qualidade de vida.

De acordo com Santos (1985), o espaço impõe sua própria realidade, portanto, para estudá-lo torna-se necessário compreender a sua relação com a sociedade, pois essa relação concebe os efeitos de dos processos de tempo e mudança, especificando as noções de forma, função e estrutura, elementos que são de extrema importância para a produção do espaço. Nesse sentido, as estruturas sociais e econômicas demandam processos que produzem formas, com funções específicas.

Ainda conforme o autor, as categorias de análise, processo, estrutura, forma e função, apesar de serem termos disjuntivos, estão relacionadas entre si, pois elas constroem uma base teórica e metodológica, na qual podemos discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade. Dessa forma é possível destacar o caráter heterogêneo das cidades, observando os diversos processos e formas espaciais e suas respectivas funções, originados de uma determinada estrutura socioeconômica, que são atribuídos pela ação de diversos agentes sociais, a qual também é abordado por Corrêa (1985), ao explicar que a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social econômico de determinadas áreas da cidade.

Assim, é importante considerar que a cada transformação do espaço urbano ele permanece fragmentado e articulado, bem como uma reflexão e condição social, ainda que as formas e funções espaciais tenham mudado. Nesse sentido, as ações desses agentes fazem parte de um quadro jurídico, o Estado que rege suas ações, condição que não a torna neutra, refletindo muitas vezes o interesse dos grupos dominantes, seja como agente regulador como indutor de produção e reprodução do espaço.

2.2 PROCESSOS ESPACIAIS: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

O processo de urbanização está associado ao crescimento demográfico e tecnológico das cidades. Monte-Mór (1994), permite compreender a urbanização como uma transformação da sociedade e seus valores, resultante, também, da emergência de novas ruralidades e/ou urbanidades.

Diante disso, a urbanização no Brasil teve início no século XX, com a industrialização, processo pelo qual levou a população rural se deslocar em direção à zona urbana, em busca de novas oportunidades e melhores qualidades de vida, fenômeno conhecido como "Êxodo Rural", no qual proporcionou um crescimento populacional intenso e desordenado. Essa desordem social nas grandes cidades em virtude das atividades econômicas industriais, contribuiu para a formação das grandes metrópoles, como também de cidades intermediárias, implicando em uma

reorganização espacial do território brasileiro. Santos (1993, p. 83) menciona que paralelamente ao crescimento das grandes e muito grandes aglomerações, há lugar, também para o aumento do número de cidades intermediárias e das respectivas populações.

Em consonância ao disposto pelo autor, Corrêa (1989), classifica o espaço urbano como, conjunto de distintos usos de terra justapostos entre si. Esses usos definem áreas como centro da cidade onde nela se concentram as atividades de serviços e comércios, áreas residenciais, industriais e áreas de lazer. A complexidade desses usos organiza a cidade, tornando o espaço simultaneamente fragmentado e articulado.

Desse modo, como visto nas citações acima, as zonas urbanas são locais em que ocorrem diversos processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social são um dos fatores mais importantes em uma sociedade, assim como, a centralização e área central e a descentralização e os núcleos secundários. Esses processos podem ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro.

Essa fragmentação constitui em reflexo e condições de uma determinada sociedade, tornando a cidade um produto histórico e social, é organizada em um padrão espacial, onde cada padrão está associado a uma função. Essas funções, ou seja, atividades urbanas, são manifestações dos processos sociais. (Corrêa, 1989).

Segundo a autor, os processos espaciais são originados tanto de uma estrutura social quanto econômica, e podem ocorrer simultaneamente na mesma cidade ou no mesmo bairro. Os seis processos e formas espaciais são: centralização espacial e a Área Central, descentralização espacial e os núcleos secundários, coesão espacial e as áreas especializadas, segregação e áreas sociais, dinâmica social de segregação e inércia e áreas cristalizadas.

Devido as particularidades do objeto de estudo dessa pesquisa, tornou-se relevante abordar apenas os processos espaciais de Centralização e descentralização, e suas respectivas formas, visto que ambos os processos ocorrem na cidade de João Pessoa- PB, e são os mais importantes para compreendermos a problemática em questão.

O processo de centralização espacial está relacionado diretamente à economia de mercado na indústria capitalista, ela se caracteriza como área central ou centro principal da cidade, devido a concentração de suas atividades comerciais e de serviços. O surgimento dessa área central constitui em um momento de intensa relação entre a cidade e mundo, principalmente após a revolução industrial.

Com a expansão do tecido urbano e a periferização, novas áreas centrais foram surgindo, originados de um processo de descentralização espacial, no qual proporcionou a formação de núcleos secundários, ou seja, os subcentros. Logo, os subcentros foram criados com o intuito de aumentar os comércios e serviços os quais, não conseguem atender a todos os grupos sociais existentes nas cidades grandes. Para tanto, o surgimento dos subcentros foram de extrema importância porque, conforme argumenta que a saturação das áreas centrais por bens de consumo impulsiona a descentralização, proporcionando um alívio para essas regiões urbanas, mantendo uma taxa de lucro que a exclusividade da localização central já não pode mais garantir

Diante disso, a autor argumenta que a descentralização surge como solução para aliviar a pressão nas áreas centrais, expandindo a economia para várias partes da cidade, mantendo a lucratividade. Dessa forma, a presente pesquisa se justifica com base no atual cenário do bairro de Mangabeira, onde ele se apresenta como um dos principais subcentros da cidade de João Pessoa, Paraíba,

Contudo podemos compreender que esse processo de descentralização é complexo e que a origem desses núcleos secundários está associada a ação dos agentes sociais e dos diversos fatores de produção, como acessibilidade e infraestrutura urbana.

2.2.1 Conceitos de Subcentro

Segundo Villaça (2001), o termo "subcentro" refere-se a aglomerações de atividades comerciais e de serviços que são bem equilibradas e diversificadas. Essas concentrações estão localizadas fora o centro da cidade, geralmente em bairros predominantemente residencial. Tais características apontadas pelo autor estabelecem uma distinção do subcentro em relação centro da cidade, que exhibe

características em maior número e complexidade. Apesar de semelhantes, não atinge o mesmo nível de igualdade, pois o subcentro atende uma parte da cidade, já o centro atende a cidade como um todo (Villaça, 2001).

Dessa forma, a autor sugere que a cidade pode ser compreendida como estrutura de localidades centrais, organizadas de forma hierárquica e funcional, dentro do contexto apresentado, identificando os subcentros como ambientes funcionais de fundamental importância, representando novas aglomerações de atividades que atende não apenas as necessidades cotidianas dos moradores, mas também abrangem comércios e serviços menos frequentes, mais variados e especializados, que são considerados atividades de natureza central, como por exemplo, serviços culturais e financeiros, além dos serviços prestados por profissionais que operam em consultórios médicos, escritórios de contabilidade e advocacia. (Duarte, 1974)

De acordo com Spocito (1991), esses subcentros emergem em regiões caracterizadas por alta densidade populacional onde a convergência do sistema de transporte coletivo e a renda da população local desempenham um papel fundamental, podendo ser formados por subcentros de bairro ou regionais, como também podem ser construídos a partir da especialização de uma área voltada a uma determinada função, que originam os chamados distritos.

Os subcentros regionais apresentam maior extensão espacial urbana, pois oferecem uma maior variedade tanto de produtos quanto de serviços, aumentando o lucro e o fluxo de pessoas nessas áreas, conseqüentemente refletindo na intensidade de transportes no espaço intraurbano. Já com relação aos subcentros de eixos, esses são representados por ruas comerciais podem ser identificadas como réplicas menores dos regionais tanto no que se refere à oferta de bens e serviços como à dimensão da área de influência (Corrêa, 1989, p. 51).

Logo, as análises fornecidas por pelos autores citados acima, enriquecem a compreensão dos subcentros como regiões caracterizadas pelas variadas atividades, em uma concentração espacial mais limitada e uma posição secundária em relação ao centro principal da cidade. Dessa forma, essa perspectiva facilita a diferenciação dos subcentros em relação ao centro, como também compreende a suas evoluções ao longo do tempo.

2.3 NOTAS SOBRE A EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

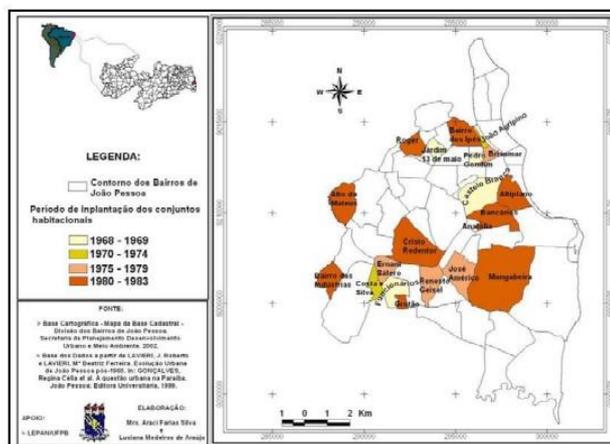
A cidade de João Pessoa, localizada no Estado da Paraíba, foi fundada em 05 de agosto de 1585, a margem direita do rio Sanhauá, onde já nasceu cidade (Maia, 1994). A mesma foi construída com a objetivo de exercer funções administrativas e comerciais, da coroa portuguesa. Inicialmente a cidade representava uma área reduzida, constituída apenas por um núcleo principal, onde abrigava áreas residenciais, comerciais e administrativo, permanendo restrita ao seu núcleo de origem por mais de três séculos (Araújo,2019).

Destaca-se que seu processo de expansão ocorreu na segunda metade do século XX, devido ao período marcado por processos de melhorias urbanas em larga escala nas capitais brasileiras, e na paraíba em específico a produção de algodão favoreceu a expansão urbana da cidade de João Pessoa. Esse desenvolvimento ocorreu em direção leste, principalmente após a abertura da Avenida Epitácio Pessoa, seguida de uma expansão na região sudoeste e mais recentemente, após década de 1970 em direção a porção sul, ainda em consolidação.

A partir de 1963, a cidade de passou por um processo de reestruturação urbana, operada por intervenções públicas de órgãos federais, período que foi criado o campus universitário UFPB, localizada na região sudeste (Gonçalves, 1999). De acordo com Almeida *et al* (2016), o BNH (Banco Nacional de Habitação) foi fundado com o intuito de articular a política nacional de habitação, e incentivar a construção de habitações populares e o financiamento da compra da casa própria. Esta política tornou-se elemento chave, modelador e vetor da reordenação de sua estrutura urbana.

Foi na década de 1970, que os órgãos governamentais impulsionaram a construção dos conjuntos habitacionais, visando atender a população que migrava do campo para a cidade, em busca de melhores condições de vida, o que proporcionou a expansão das cidades em várias direções, sobretudo em direção a região sul, onde foram construídos os conjuntos habitacionais Costa e Silva, Ernani Sátiro, Ernesto Geisel e José Américo, abrindo espaço também para o surgimento das favelas (ver mapa 01). No mapa podemos observas no final da década de 70 e

início da década de 80 a concentração da implantação dos conjuntos habitacionais na zona Sul da cidade.



Mapa 01: evolução dos conjuntos habitacionais de João Pessoa-PB.

Fonte: Araújo 2006.

Após a construção do bairro dos Bancários, dando continuidade a territorialização e forma a grande João Pessoa, houve também a criação do bairro de Mangabeira. Sendo construído inicialmente em 1983, como Mangabeira I, contemplando 3.328 unidades, e em seguida Mangabeira II com 6.344 unidades, até atingir a sua oitava versão de Mangabeira.

O bairro é um dos mais jovens da capital com apenas 39 anos de história, no entanto, apresenta uma evolução econômica e comercial que chama bastante atenção dos estudiosos, como afirma Lacerda (2022) “esse é um conjunto habitacional, que tinha por finalidade, em parte, solucionar a questão da habitação popular e que foi entregue aos mutuários, inacabado, conseguiu se tornar um importante centro comercial de João Pessoa na atualidade”.

Esse processo de ocupação e expansão, trouxe uma completa reestruturação urbana da cidade, resultando em um solo estratificado devido a formação das novas centralidades (Andrade *et.al*, 2009).

Faz importante destacar, que o território do bairro Mangabeira oferece diversas opções de comércio, restaurantes, bares, centros culturais e um shopping center moderno, comportando também, a segunda maior avenida comercial de João Pessoa, Josefa Taveira, além de uma feira livre e do maior mercado público da cidade. Com isso, a região torna-se um dos bairros mais povoados e completos em

termos de diversidade de comércio e serviços, bem como de equipamentos urbanos na capital Paraibana.

3 METODOLOGIA

Para elaboração desse trabalho, foi essencial realizar uma revisão na literatura como aporte teórico, partindo do princípio que para compreender a dinâmica de transformações do bairro de Mangabeira, é fundamental primeiro entender o espaço urbano em geral e seus respectivos processos e agentes espaciais, além de compreender o processo de expansão da cidade de João Pessoa - PB. Dessa forma, para alcançar os objetivos estabelecidos, foram abordados inicialmente os conceitos acerca dos subcentros e do processo de expansão urbana da cidade de João Pessoa.

Por conseguinte, foi empregado métodos de pesquisa relacionado à análise e observação da dinâmica espacial no cenário de expansão urbana e comercial a partir de análise espacial e pesquisa de campo.

No primeiro momento foi abordado a origem do bairro de mangabeira, que iniciou como conjunto habitacional, apresentando de forma breve as concepções iniciais do projeto e seu programa de necessidades, utilizando mapas temáticos e imagens para ilustrar o início da construção e suas transformações espaciais por meio de mapas temáticos e imagens aéreas de satélite extraídas do Google Earth. Os mapas foram elaborados com auxílio do software de Qgis e a base de dados disponibilizada no portal digital Filipeia mapas da Prefeitura de João Pessoa. Posteriormente foi realizado uma análise da morfologia urbana em relação ao processo de expansão comercial nas principais avenidas, nomeadamente Avenida Josefa Taveira e Rua comerciantes Alfredo Ferreira da Rocha. Para tanto, foram elaborados mapas do uso e ocupação do solo, além de mapas do sistema viário e seus acessos das avenidas principais citadas, bem como dos grandes equipamentos urbanos existentes no bairro, de modo a representar espacialmente a diversidades de serviços encontrados.

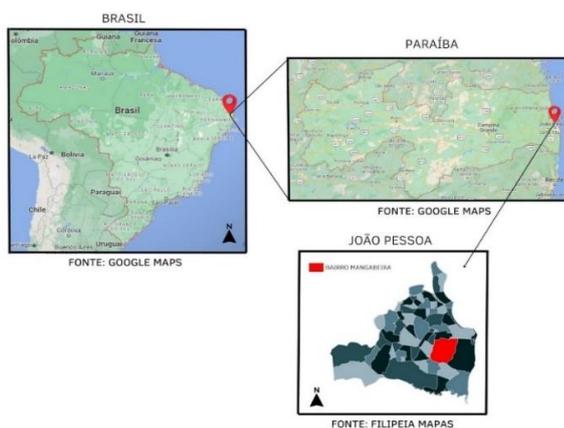
Por fim, do mesmo modo analisamos as tendências de crescimento por meio das vias que já apresentam um crescimento significativo em um período recente,

bem como os possíveis novos eixos de desenvolvimento do bairro, que podem englobar desde áreas comerciais até investimentos em infraestrutura. Durante toda a pesquisa também se fez necessário registro fotográfico para reconhecimento e representação da realidade *in loco*

4 RESULTADO E DISCUSSÃO: A TRAJETÓRIA DO BAIRRO QUE ABRAÇOU A CIDADE DE JOÃO PESSOA.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO

O projeto habitacional de Mangabeira, originalmente nomeado Parque Residencial Tarcísio de Miranda Burity, teve sua concepção na década de 1970, desenvolvido pela equipe técnica da Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba - CEHAP, coordenada pelo arquiteto Hugo José de Freitas Peregrino. O objetivo primordial deste projeto era resolver o problema da carência de habitação na região, proporcionando residências acessíveis para a população de baixa renda. O bairro que teve origem a partir de um conjunto habitacional situado na cidade de João Pessoa – PB é agora amplamente reconhecido como um dos maiores bairros da cidade. (Ver mapa 02).



Mapa 02: localização bairro de Mangabeira.

Fonte: Google Maps e Filipeia Mapas Prefeitura Municipal de João Pessoa.
Adaptado pela autora (2023).

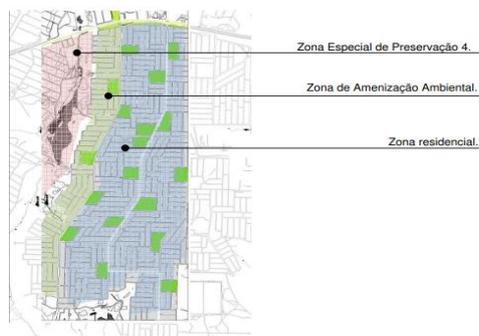
De acordo com a equipe técnica da CEHAP, uma extensão de aproximadamente 421,25 hectares de terreno foi destinada à construção do conjunto

habitacional. Esse terreno resultou da combinação das terras da Fazenda Mangabeira, que pertencia ao governo do estado da Paraíba, e da Fazenda Cuiá, adquirida pelo estado em 1979 e posteriormente transferida para a responsabilidade da CEHAP (Silva, 2007). À época, o terreno constava como Zona Especial de Preservação (ZEP), onde qualquer forma de uso era estritamente proibida, sendo então feita e aprovada uma proposta contemplando o uso diversificado no local, que incluía finalidades residenciais e institucionais para o local.

Na proposta aprovada o novo zoneamento onde o Conjunto Mangabeira seria edificado introduziu três zonas distintas: uma de preservação especial, outra de amenização ambiental e uma terceira destinada a uso residencial. A Zona Especial de Preservação 4 (ZEP4) englobava as áreas situadas nas proximidades do rio Cuiá. (Ver Mapa 03).

Partindo para as diretrizes projetais a CEHAP, em colaboração com a consultoria do arquiteto e professor Aristóteles, estabeleceu os princípios fundamentais para a concepção do projeto, que incluíam alcançar uma densidade bruta de 300 habitantes por hectare, a previsão de implementação dos bens e serviços essenciais para o funcionamento, bem como a diversificação da paisagem urbana através da incorporação de uma variedade de tipos habitacionais (PEREGRINO 2011).

Após a definição das diretrizes e a consideração da elevada densidade populacional, a equipe, em colaboração com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMPJ), determinou os tipos de serviços a serem oferecidos na região: equipamentos coletivos de uso diário, equipamentos de uso periódico e equipamentos de uso ocasional.



Mapa 03: Zoneamento do conjunto Mangabeira.
Fonte: Elaborado por Anny Karinny Lima Leal (2011), O projeto de Mangabeira.

O planejamento do sistema viário do conjunto habitacional envolveu a criação de duas vias coletoras paralelas, destinadas à circulação de transporte público em massa. Estas vias foram projetadas com uma largura de 18 metros e ambas foram conectadas à Avenida Hilton Souto Maior, como podemos observar na figura 01.

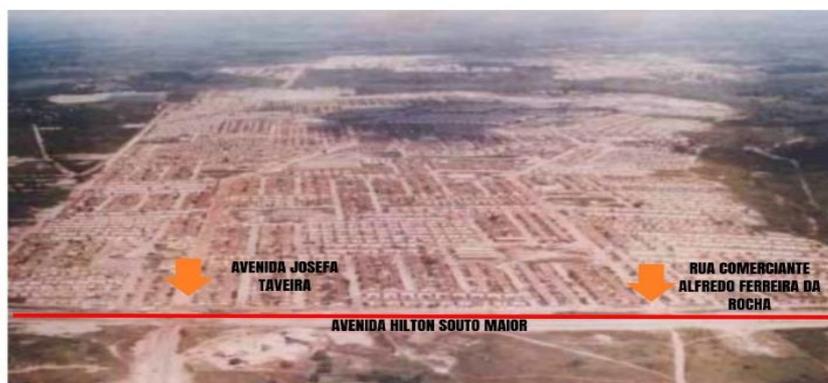
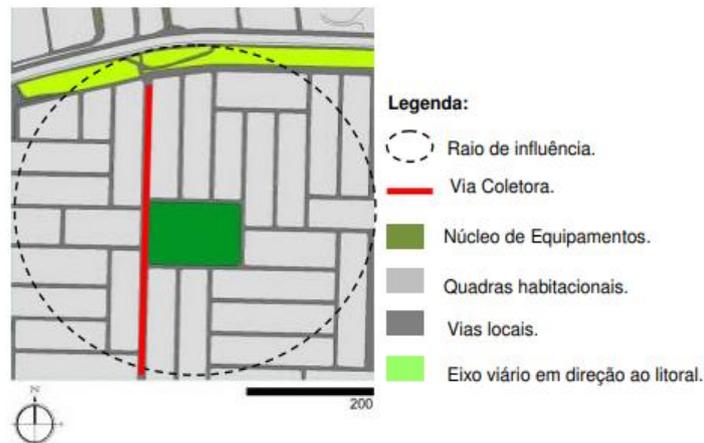


Figura 01: acesso ao conjunto Mangabeira. (1984)
Fonte: Silva (2005). Adaptado pela autora, 2023.

Para a implementação dos serviços, foram estabelecidos três alcances distintos: 350 metros para os equipamentos de uso diário, que incluem abrigos para ônibus, escolas primárias, instalações de saúde, áreas de lazer e comércio de alimentos. 700 metros para os equipamentos de uso periódico e a instalação de equipamentos de saúde a cada 700 metros. Os equipamentos de uso ocasional foram centralizados em um único setor, atendendo a toda a comunidade do conjunto habitacional. Já os equipamentos coletivos de atendimento diário, que deveriam ter um raio máximo de influência de 350m, definiu-se a unidade de vizinhança, composta de 500 unidades habitacionais que estariam dispostas em um núcleo contendo os equipamentos (CEHAP, 1979).

Esses equipamentos coletivos foram considerados como um dos fatores cruciais, devido à distância considerável do bairro em relação ao centro principal e sua ampla extensão territorial. Assim, a concepção da unidade de vizinhança abrangia os moradores em um raio de 400 metros, podemos observar no Mapa 04, representando a distância máxima que os cidadãos deveriam percorrer para ter acesso ao transporte público e aos serviços essenciais do dia a dia. Essa abordagem foi, em certa medida, adotada em todas as etapas do conjunto habitacional, uma vez que o planejamento global da ocupação da área incluiu a

definição do sistema viário principal, das vias coletoras e das áreas verdes, bem como das áreas comerciais (Cordeiro, 2001).



Mapa 04: desenho esquemático das unidades de vizinhança

Fonte: elaborado por Anny Karinny Lima Leal (2011).

Para a construção das unidades habitacionais, a CEHAP desenvolveu 10 distintos projetos arquitetônicos agrupados em quatro categorias: unidades unifamiliares térreas, que podiam estar geminadas ou isoladas em lotes (ver figura 03); unidades de uso misto; duplex geminados (ver figura 02), que podiam estar agrupadas duas a duas ou em fileiras; e unidades chamadas "embriões," que consistiam na estrutura básica com marcações de piso, pilares e áreas molhadas. A responsabilidade pela conclusão da construção destas últimas ficava a cargo da população.



Figura 02: Edificações Duplex /. Figura 03:Edificações Geminadas.

Fonte: Leal (2011).

O conjunto foi construído por etapas, A primeira fase da construção ocorreu na área atualmente ocupada pela Josefa Taveira, sendo denominada de Mangabeira 1 e contando com um total de 3.238 unidades habitacionais, concluídas em 1982,

ver figura 06. Ao longo dos anos subsequentes, as construções das outras etapas foram sendo gradualmente realizadas, conforme pode ser visto na tabela 02.

Conjunto/ Comunidade	Nº de unidades	Ano de Construção
Mangabeira I	3.238	1982
Mangabeira II	3.020	1983
Mangabeira III	500	1983
Mangabeira IV	1500	1983
Mangabeira V	240	1984
Mangabeira PROCIND	1.000	1983

Tabela 02: etapas da construção conjunto Mangabeira

Fonte: elaborado por Anny Karinny Lima Leal (2011). Permanências e Inovações: O projeto Mangabeira.



Figura 04: imagem fotográfica do Conjunto Habitacional Mangabeira, 1982, destacando a avenida Josefa Taveira.

Fonte: arquivo do Setor de Patrimônio da CEHAP *apud* Araújo, 2019.

A diversidade das residências, juntamente com o acesso e a mobilidade facilitados pelas principais vias que conectavam diferentes áreas do conjunto habitacional, foram fatores fundamentais que possibilitaram a expansão da avenida e, conseqüentemente, do bairro como um todo. Isso ocorreu pela concepção projetual do bairro, que já dispunha de equipamentos urbanos diversificados e vias axiais, que ao longo dos anos foram acomodando a instalação de comércios e serviços, juntamente com toda infraestrutura existente e que foi sendo implantada.

4.2 A EXPANSÃO: DE CONJUNTO HABITACIONAL AO MAIOR BAIRRO DA CIDADE.

Conforme mencionado anteriormente, o bairro de Mangabeira foi construído em meados 1980 como parte do programa habitacional do governo estadual, liderado pelo CEAHP. O projeto foi concebido com a finalidade de acomodar a população de baixa renda que estava deixando as áreas rurais. Com o crescimento da cidade de João Pessoa, o governo precisava encontrar novas áreas para abrigar essa população em busca de uma melhor qualidade de vida e moradia digna. Como resultado, optou-se por estabelecer essas comunidades na periferia, dando origem aos conjuntos habitacionais em substituição as aglomerações em condições sub-humanas de habitação.

No decorrer da construção das habitações para suprir as demandas da população, há um crescimento específico das disparidades e divisões socioespaciais na cidade, como aponta Côrrea (1995), ao sublinhar que os loteamentos estabelecidos nas áreas periféricas apresentam problemas e impedimentos, tais como a ausência de saneamento, um sistema de transporte público deficiente e um aumento na taxa de criminalidade.

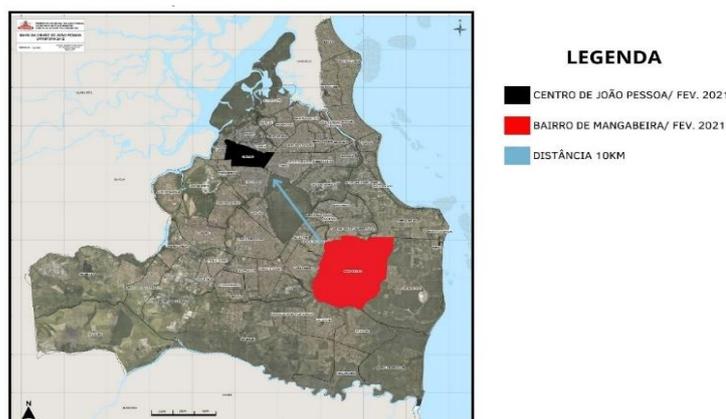
No caso do empreendimento habitacional em Mangabeira, a situação não foi distinta; os habitantes do bairro enfrentaram desafios, como por exemplo, à falta de pavimentação e, principalmente, à distância considerável do bairro para o centro da cidade, onde se concentravam também atividades comerciais e de serviços específicos. Dessa forma, é possível observar a segregação espacial, conseqüentemente a separação das classes.

Nessa conjuntura, o bairro foi crescendo de forma progressiva, e os estabelecimentos comerciais foram gradualmente estabelecidos ao longo de sua via principal, a Avenida Josefa Taveira, que se destacava como o principal centro de movimentação de pessoas e transportes na região. Esses comércios desempenharam um papel fundamental, uma vez que atendiam às necessidades de toda a população residente. A figura 05 representa os bancos comerciais que foram estabelecidos na Avenida Josefa Taveira na década de 1980. Na imagem, também é possível observar a feira ao ar livre, a qual continua em existência e é conhecida como a Feirinha de Mangabeira.



Figura 05: vista da Rua Josefa Taveira na década de 1980
Fonte: Silva, (2005).

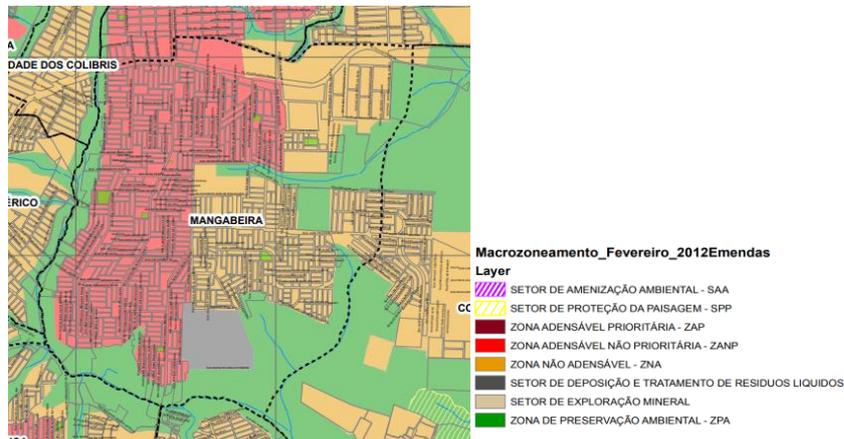
Mangabeira está situada na zona sul da cidade de João Pessoa, no litoral nordestino. Faz divisa com os seguintes bairros: ao norte, com Jardim Cidade Universitária e Portal do Sol; ao sul, com Cuiá, Valentina e Paratibe; a leste, com o bairro Costa do Sol; e a oeste, com José Américo. Em relação à sua extensão territorial, o bairro se destaca, cobrindo uma área de cerca de 10 km², o que equivale a aproximadamente 1.044,26 hectares, de acordo com a Atlas Municipal da cidade de João Pessoa. Em relação à distância ao núcleo central da cidade, nas proximidades do Parque Sólon de Lucena, popularmente conhecido como Lagoa. O bairro está situado a cerca de aproximadamente 10 km a sudeste, conforme ilustrado no mapa 05 a seguir:



Mapa 05: localização e distância do bairro para o Centro.
Fonte: Filipeia mapas, Prefeitura de João Pessoa.

De acordo com o macrozoneamento da cidade de João Pessoa, o bairro de Mangabeira é dividido em três zonas distintas, conforme o mapa 06: a Zona Adensável não Prioritária (ZANP), a Zona não Adensável (ZNA) e a Zona de Preservação Ambiental (ZPA). De acordo com o disposto no Artigo 12 do Plano

Diretor da cidade, a Zona Adensável não Prioritária é aquela em que a presença ou ausência de um dos sistemas de infraestrutura básica possibilita uma intensificação moderada do uso e ocupação do solo. Nessa área, o índice de aproveitamento único pode ser excedido, desde que não ultrapasse o limite de 1,5.



Mapa 06: macrozoneamento da cidade de João Pessoa.

Fonte: Filipeia mapas, Prefeitura de João Pessoa.

Adaptado pela autora, 2023.

Em relação à Zona Não Adensável, o artigo 13 do Plano Diretor define essa zona como aquela em que a falta de infraestrutura básica, uma rede viária precária e problemas ambientais limitam a intensificação do uso e ocupação do solo. Essas limitações impõem restrições ao limite máximo de construção e ao índice de aproveitamento único nessa área.

Atualmente o bairro completa 40 anos de sua existência, ao longo desses anos o bairro passou por uma notável evolução, que abrangeu desde o aumento de sua área territorial, como evidenciado na Figura 06, até o crescimento de sua população. Conforme afirmado por Peregrino (2011), arquiteto e coordenador da equipe técnica designada pela CEHAP, a estimativa inicial para a população total do conjunto era de aproximadamente 50.000 habitantes.



Figura 06: imagens aéreas da evolução territorial do bairro.

Fonte: Google Earth Pro. Adaptado pela autora, 2023.

À medida que o bairro ampliou sua extensão territorial, houve um aumento considerável na população residente. Segundo os dados do último censo do IBGE em 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o bairro registrava 75.988 habitantes, consolidando-se como uma das áreas mais populosas da cidade de João Pessoa. De 2010 a 2023, o bairro experimentou uma expansão significativa, especialmente devido ao crescimento de suas atividades comerciais e de serviços, consolidando-se como um influente centro comercial da cidade. Portanto, é razoável inferir que a população do bairro aumentou consideravelmente nesse período.

4.3 PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA MORFOLOGIA E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Ao longo do seu desenvolvimento territorial, Mangabeira passou por notáveis mudanças na estrutura urbana, acompanhadas por transformações significativas no seu uso e ocupação. Conforme o bairro expandia, surgia a necessidade de estabelecer comércios e serviços locais, fundamentais para o sustento e conveniência dos seus residentes. Segundo a perspectiva de Carlos (1992, p. 42) a ocupação de um lugar específico não ocorre de forma inata, mas sim, é resultado da escolha deliberada dos seus habitantes em designar essa área como o seu ponto de sobrevivência.

No projeto inicial da Avenida Josefa Taveira, a maior parte de sua extensão era ocupada por residências, com algumas áreas reservadas para praças e lazer, e poucos espaços designados para atividades comerciais. Quando a primeira fase do Mangabeira 1 foi concluída e os moradores adquiriram as casas, iniciaram-se as

relações sociais que deram vida ao ambiente. Estas relações estavam intrinsecamente ligadas ao processo de habitação e comércio, resultando na construção social do espaço. Esse fenômeno se resume na adaptação ou modificação do ambiente físico para atender às necessidades dos residentes.

A transformação na configuração do conjunto habitacional se desdobrou de norte a sul ao longo da Avenida Josefa Taveira, a via central do bairro. Esse processo incluiu a instalação de comércios e serviços básicos pelos próprios residentes, juntamente com a criação da feirinha e do mercado público. Dessa forma, a avenida foi perdendo sua característica residencial.

A feirinha de Mangabeira, como ilustrado na figura 07, inicialmente consistia em barracas simples ao ar livre, oferecendo uma variedade de pequenos produtos, como frutas, verduras e serviços básicos, como chaveiro. Originalmente a área foi planejada para ser uma unidade de vizinhança, ou seja, já era um equipamento urbano previsto, porém devido ao ser processo lento de construção, a área acabou sendo ocupada irregularmente. Atualmente, tornou-se um espaço onde se encontram moradias improvisadas, com falta de investimento e infraestrutura, além de uma diversidade de comércios, como lojas, mercadinhos e frigoríficos, adaptados ao longo dos anos pelos próprios moradores.



Figura 07: Feirinha de Mangabeira
Fonte: registrado pela Autora (2023).

O Mercado Público de Mangabeira foi inaugurado em 1989, tendo um impacto significativo no impulso da economia do bairro. Com o passar do tempo, o comércio floresceu a tal ponto que grandes lojas da região passaram a se estabelecer na área. Essa expansão transformou o bairro em um polo atrativo, atraindo moradores de outras localidades devido à diversidade de ofertas disponíveis no local.

O crescimento dessa região foi impulsionado pelo surgimento de outros

conjuntos habitacionais nas proximidades, como o Conjunto do Valentina de Figueiredo, juntamente com a instalação desses comércios locais. Essa conjunção de fatores resultou em um aumento significativo no fluxo de pessoas ao longo dessa via central.

Significativas transformações residenciais e funcionais foram executadas em comparação com o plano original; as residências foram reformuladas e adaptadas de acordo com as necessidades e preferências dos proprietários. Atualmente, evidencia-se um desenvolvimento notável, com consideráveis mudanças no uso do solo, especialmente para finalidades comerciais e de prestação de serviços, nas principais avenidas do bairro.

Com o decorrer dos anos, Mangabeira testemunhou um notável avanço em seu desenvolvimento, marcado por um crescimento econômico acelerado e aprimorado. Sua infraestrutura foi transformada devido à mudança no uso do solo, o que, por sua vez, alterou significativamente a paisagem urbana do bairro. Foram instalados serviços básicos como atualmente, há uma expansão expressiva do setor comercial e de serviços em Mangabeira, evidenciada pela presença de uma ampla variedade de estabelecimentos, atraindo moradores de outras localidades devido à diversidade de ofertas disponíveis no local.

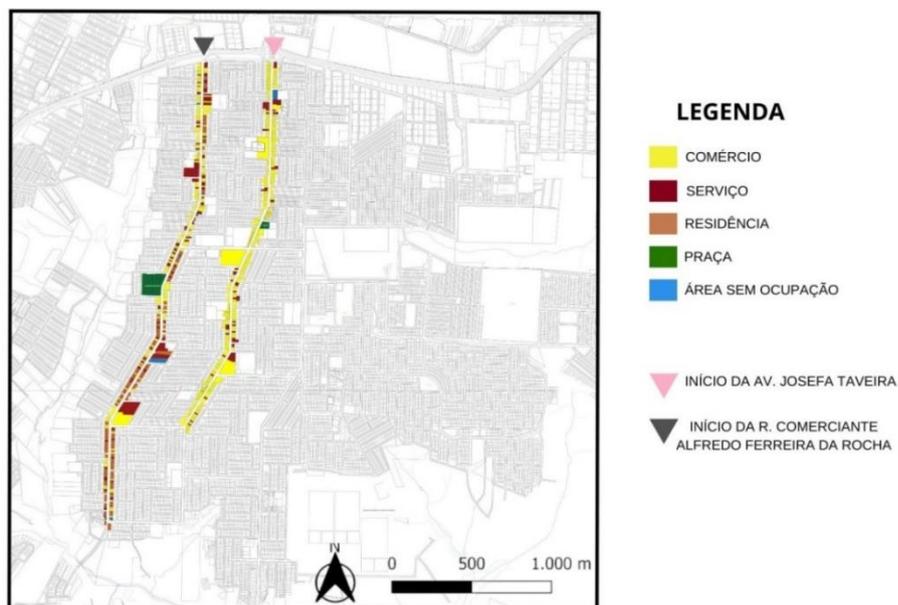


Figura 08: espaço Geográfico do bairro de Mangabeira
Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora (2023).

A transição de área residencial para comercial na Avenida Josefa Taveira foi mais ágil do que na Rua Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha. Apesar de ambas serem consideradas vias arteriais de grande tráfego de veículos e pessoas, ainda é evidente que a Rua Comerciante mantém lotes residenciais distintos daqueles ao longo da Avenida Josefa Taveira, como podemos observar no mapa 07.

Analisando o mapa abaixo, observa-se a fachada da quadra na Avenida Josefa Taveira, em que foram identificados 396 lotes com distintas dimensões e usos variados, classificados para comércio, serviços, áreas sem uso e espaços verdes. Dos 41 lotes destinados a serviços, encontramos consultórios, laboratórios, igrejas, oficinas, academias, agências bancárias, entre outros estabelecimentos.

Há um total de 5 lotes sem destinação específica, enquanto a área verde é ocupada pela Praça Cristo Rei. No que diz respeito ao comércio, a avenida abriga 349 lotes, evidenciando uma diversidade de dimensões, com alguns notavelmente maiores que outros como ilustrado no mapa 07. Segundo as informações apresentadas no gráfico 01, destaca-se a predominância de estabelecimentos comerciais em sua fachada de quadra, totalizando 88,1%.



Mapa 07: uso e ocupação do solo: Av. Josefa Taveira e Rua comerciante Alfredo Ferreira da Rocha

Fonte: Elaboração própria (2023).

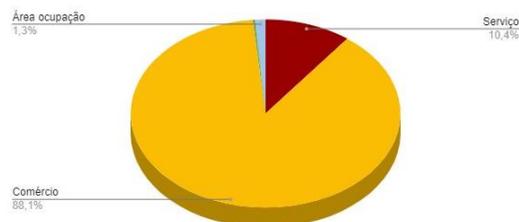


Gráfico 01: classificação dos usos: Fachada de quadra da Av. Josefa Taveira.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Os tipos de estabelecimentos comerciais disponíveis ao longo da Avenida Josefa Taveira (figura 9) abrangem uma ampla variedade, incluindo supermercados, mercadinhos, bombonieres, padarias, hortifrúti, frigoríficos, papelarias, lojas de roupas e cosméticos, farmácias, depósitos de bebidas, lojas de artigos para festas, móveis, eletrodomésticos, restaurantes, lanchonetes, lojas de informática e eletrônicos, além de postos de combustíveis, entre outros. Essa diversidade reflete a vasta gama de estabelecimentos disponíveis no bairro, destacando a importância econômica que o bairro tem para a cidade de João Pessoa.



Figura 09: Avenida Josefa Taveira.
Fonte: elaboração própria, 2023.

É possível notar através do gráfico 02, que a Rua Comerciante possui uma concentração considerável de serviços, em comparação com a Avenida Josefa Taveira, onde predomina a presença de estabelecimentos comerciais. Na Rua Comerciante Alfredo, muitos dos serviços oferecidos estão direcionados para oficinas de carros e motos. Além disso, nota-se uma aglomeração mais densa de lotes residenciais ao sul da avenida, enquanto a porção norte concentra predominantemente comércio e serviços, como vimos no mapa 07.

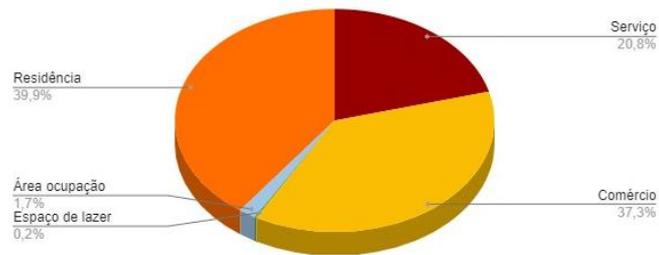


Gráfico 02: classificação dos usos: Fachada de quadra da Rua Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha.

Fonte: elaboração própria, 2023.

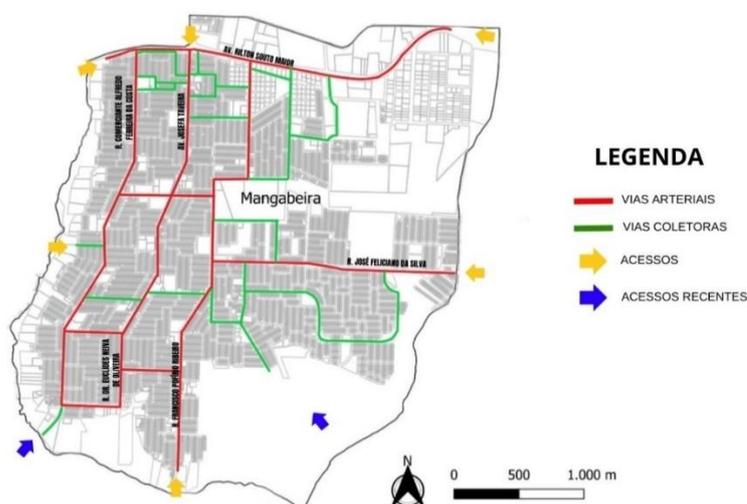
Ao todo, a rua possui 461 lotes, dos quais 96 são designados para serviços, 8 permanecem sem uso específico, 172 são destinados ao comércio, exibindo uma notável diversidade de estabelecimentos. Além disso, há um total de 184 lotes residenciais ao longo dessa via e um importante espaço de lazer que é a Praça Professora Elen Lucy Mendes, conhecida como Praça do Coqueiral.

Com o desenvolvimento do bairro, faz-se importante pontuar que, o sistema viário também foi modificado em relação ao projeto inicial, que originalmente consistia em apenas duas vias, sendo a Josefa Taveira a principal rota de acesso e trânsito, havendo uma crescente necessidade de novas vias principais e vias secundárias para distribuir o tráfego, aprimorando a acessibilidade e conexão entre diferentes zonas do bairro. Isso também levou à criação de novos acessos à área. Em dezembro de 2019, foi inaugurado o Trevo de Mangabeira, localizado em João Pessoa, Paraíba. Seu propósito principal era otimizar o tráfego local (ver figura 10).



Figura 10: Trevo de Mangabeira
Fonte: Google imagens

Entre as vias arteriais do bairro, reconhecidas pelo intenso fluxo de veículos, podemos mencionar: A Avenida Josefa Taveira, Rua Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha, Rua Elias Pereira de Araújo, Rua Anízio de Azevedo Lima, Rua Doutor Euclides Neiva de Oliveira, Rua Creusa Campos de Vasconcelos, Rua Francisco Porfírio Ribeiro, Rua Cel. Benevenuto Gonçalves da Costa, Rua Severino Macena Dantas, Rua Prefeito Luís Alberto Moreira Coutinho, além da Avenida Hilton Souto Maior. Diante disso, no momento, o bairro conta com um total de 8 acessos, incluindo 2 relativamente novos: os acessos do Bairro Cuiá a sudoeste e Jacarapá a sudeste, como destacado no mapa 08 a seguir:



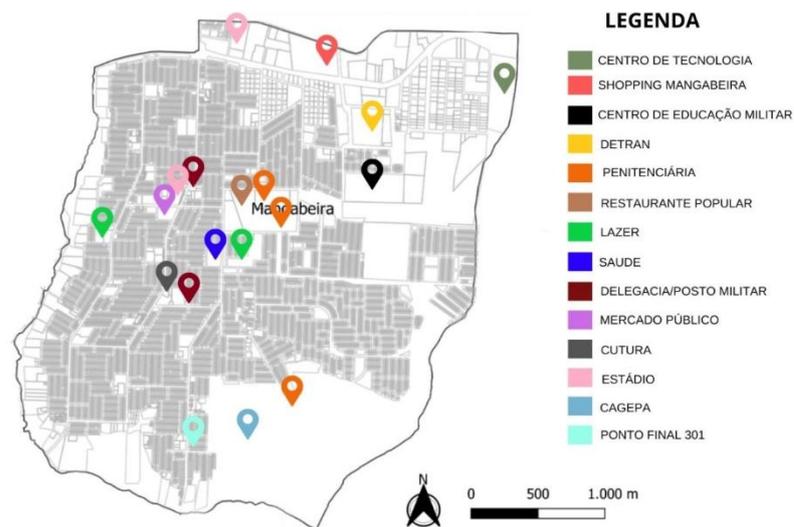
Mapa 08: vias e acessos: Mangabeira
Fonte: elaboração própria (2023).

Essas vias desempenham um papel crucial no tráfego e na interconexão de Mangabeira, proporcionando acesso e mobilidade tanto para residentes quanto para visitantes na região. Desse modo, no que diz respeito ao transporte coletivo, o bairro é servido por 5 terminais de ônibus e diversas linhas de ônibus. A variedade de linhas que cruzam o bairro facilita a locomoção dos residentes para diversas atividades, como trabalho, escolas e áreas comerciais. No entanto, a melhoria das frotas de ônibus ainda é uma necessidade crucial, pois a demanda da população é significativa, resultando em lotação nos horários de pico, especialmente pela manhã entre as 6:30 às 8:00, rumo ao trabalho, e à noite das 17:00 as 19:00h. Para tanto, as linhas circulares que percorrem o bairro incluem a 1500, 5100, 2300 e 3200. Além disso, vale destacar que a linha 303 Cidade Verde no sentido Pedro II também faz

parte da rede de transporte público e passa pela Rua Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha.

Salienta-se também, que esse bairro abriga uma infinidade de equipamentos urbanos, tanto públicos quanto privados. No mapa 09, identifica-se os principais equipamentos urbanos do bairro, representando estruturas de maior porte e influência. Esses locais atendem às necessidades da comunidade do bairro e do entorno.

Diante disso, conforme evidenciado no mapa 09, o bairro de Mangabeira viabiliza diversos serviços e áreas de convivência indispensáveis para a garantia da qualidade de vida dos moradores. O mercado público de Mangabeira, estabelecido na Avenida Josefa Taveira, exerce uma centralidade importante dentro do bairro, impulsionando o comércio local e disponibilizando uma ampla gama de produtos e serviços. Ele abriga uma variedade de estabelecimentos comerciais, como lojas de roupas, calçados, cosméticos, restaurantes, mercadinhos, lanchonetes, casas lotéricas, serviços de atendimento ao cidadão (AETC), bancas de frutas e verduras, além de serviços como conserto de celulares. Além de atender à comunidade local, o mercado também acolhe moradores de outros bairros (ver figura 12).



Mapa 09: grandes equipamentos urbanos: Mangabeira

Fonte: elaboração própria (2023)



Figura 12: Mercado Público de Mangabeira
Fonte: registrado pela Autora (2023).

Destacando-se também, serviços destinados a saúde, água e transporte, como: o Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, popularmente conhecido como Trauminha de Mangabeira, que oferece serviços especializados em trauma, emergência e urgência, o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, fornecendo também, uma variedade de serviços relacionados às regulamentações de trânsito, bem como, o Centro de Educação Militar, ofertando uma educação com ênfase em disciplina, valores cívicos e treinamento militar para os alunos e a Cagepa, que garante o abastecimento adequado de água e um eficiente sistema de saneamento básico para os moradores da região.

Em se tratando de localizações urbanas de lazer, o bairro dispõe do Shopping Mangabeira, instalado na Av. Hilton Souto Maior, inaugurado em 2014, abrange uma área construída de 112 mil metros quadrados, dos quais 53 mil são dedicados às lojas em três pavimentos, além de um estacionamento com mais de três mil vagas. O shopping possui 212 lojas, incluindo 17 lojas âncoras, de acordo com o gerente geral Antônio Ferreira. Sua chegada teve um impacto bastante positivo na dinâmica do bairro, impulsionando o comércio local, ofertando diversos serviços, como: lojas, cinema, praça de alimentação e atividades variadas, atendendo às necessidades de compras, lazer e entretenimento dos moradores e visitantes de Mangabeira e regiões próximas, resultando no aumento do fluxo de pessoas e comodidades na região, figura 13.



Figura 13: Shopping Mangabeira
Fonte: registrado pela Autora (2023).

Além disso, ainda há, a praça Ellen Lucy, popularmente conhecida como Praça do Coqueiral, situada na Rua Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha, desempenha um papel vital como infraestrutura urbana no bairro de Mangabeira. Este espaço de convívio e lazer tornou-se um local frequente para os moradores realizarem atividades físicas diárias. Equipada com diversos recursos, como playgrounds, pista de skate, quadras poliesportivas, áreas de paisagismo e passarelas, a praça se destaca como um ambiente atrativo e amplamente utilizado pela comunidade local (ver figura 14).



Figura 14: Praça Ellen Lucy tarde e noite
Fonte: registrado pela autora (2023).

O Parque Bosque das Águas como um espaço dedicado ao lazer e convívio situado na Rua Cel. Benevenuto Gonçalves da Costa foi inaugurado em agosto de 2022. Abrange uma área de 40 mil metros quadrados e oferece uma variedade de instalações, incluindo equipamentos de academia para idosos, campo de futebol, playground para crianças, quiosques e banheiros acessíveis. Além disso, conta com dois estacionamentos totalizando 38 vagas, áreas de convivência com bancos e pergolados, tornando-se uma excelente opção para atividades de convívio e lazer. O que antes era um local desocupado agora se transformou em um espaço

verdadeiramente atrativo, figura 15.



Figura 15: Parque Bosque das Águas
Fonte: Prefeitura de João Pessoa (2023).

Assim, é importante mencionar que a presença desses equipamentos se torna indispensável para a garantia da qualidade e a boa vivência no bairro, visto que, cada uma dessas transformações urbanas, impulsionam ainda mais o crescimento populacional e o desenvolvimento cultural e econômico do local.

4.4 TENDÊNCIAS FUTURAS

Com o crescimento do bairro em proporções elevadas, é evidente o aumento do desenvolvimento econômico e da valorização do solo. À medida que Mangabeira se expandia, surgiram novas vias arteriais, notáveis pelo intenso fluxo de tráfego, destinadas a atender à crescente demanda da população. Essas vias, ao longo do tempo, foram impostas como estratégias locais para a instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços. Atualmente, destacam-se como vias de relevância para o desenvolvimento comercial, enquanto outras apresentam potencial para crescimento futuro nesse aspecto.

Nesse contexto, a Rua Francisco Porfírio Ribeiro é exemplo de desenvolvimento bastante expressivo. Essa via fornece acesso ao bairro do Valentina e, anteriormente, caracterizou-se principalmente como uma área residencial. No entanto, ao observarmos o mapa 10, é notável a predominância de estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo dela. O setor terciário estabelecido nessas ruas concentra-se principalmente no comércio de nível bairro.

É possível encontrar também, diversos estabelecimentos comerciais, tais como: farmácias, supermercados, panificadoras, bares, depósitos, bancos de frutas

e verduras, lanchonetes, ótica entre outros. Além disso, oferece uma variedade de serviços, incluindo barbearias, academias, salões de beleza, escolas, oficinas de motos, chaveiros e o ponto final 301.



Mapa 10: uso e ocupação do solo: Rua Francisco Porfírio Ribeiro, Mangabeira.
Fonte: elaboração própria (2023).

Essas vias, de grande movimento, oferecem uma diversidade de pontos comerciais, proporcionando com isso conveniência, comodidade, e acesso a produtos e serviços essenciais do cotidiano, como padarias, mercadinhos, farmácias, sorveterias, depósitos, restaurantes, academias, salões de beleza, entre outros.



Mapa 11: uso e ocupação do solo: Rua Doutor Euclides Neiva de Oliveira e Ana Cavalcanti Albuquerque de Lima, Mangabeira.
Fonte: elaboração própria, 2023

A Rua Doutor Euclides Neiva de Oliveira surge como uma via de desenvolvimento comercial recente. Esta rua estabelece uma ligação ao norte com a Avenida Josefa Taveira, e está conectada ao sul com a Rua Ana Cavalcanti Albuquerque de Lima, que, por sua vez, se conecta ao acesso recente do bairro, conhecido como Acesso do Cuiá, fornecendo uma conexão direta com o Bairro do Valentina. Essa interligação consolida a importância dessa via no contexto do crescimento e expansão urbana na região, facilitando a acessibilidade e promovendo o desenvolvimento comercial em áreas específicas.

Com a abertura do novo acesso e a chegada da Clínica Amor Saúde, um importante estabelecimento privado, o qual oferece uma variedade de serviços de saúde, como ginecologia, odontologia, neurologia, nutrição, entre outros, houve um aumento significativo no fluxo de pessoas e veículos. Isso, por sua vez, tornou a área mais atraente para o estabelecimento de comércios locais.

As ruas Doutor Euclides Neiva e Ana Cavalcanti, que anteriormente possuíam predominantemente um caráter residencial, estão passando por transformações ao longo do tempo. Atualmente, ambas apresentam instalações comerciais e serviços, indicando uma evolução no perfil urbano dessas vias, agora mais dinâmico e comercial.

Atualmente, a Rua Doutor Euclides Neiva, ao norte, apresenta predominantemente um caráter comercial, como podemos observar no mapa 11, abrigando mercadinhos, salões de beleza, uma igreja, *petshop*, barbearias, lojas de bolos, entre outros estabelecimentos. Ao Sul, mantém uma concentração mais residencial. No entanto, recentemente, a via tem passado por um processo de mudança, com a instalação de farmácia, loja de materiais de PVC, loja comercial de ferragens, mercadinho e até mesmo academia. Acredita-se que, ao longo dos anos, essa transformação possa se tornar mais expressiva, tornando a rua quase que inteiramente comercial.

De maneira similar, a Rua Ana Cavalcanti, que possui uma característica residencial, apresenta lotes de usos mistos, ou seja, destinados tanto a atividades comerciais quanto residenciais, como podemos observar no mapa 11. Nessa dinâmica, encontramos mercadinhos, igrejas, academia e outros estabelecimentos. Essa evolução é resultado da instalação desses equipamentos e de novos acessos, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Um novo empreendimento de grande porte está em fase de construção no bairro do Valentina, próximo ao acesso a Mangabeira. Antevê-se que a introdução desse empreendimento terá um impacto significativo na dinâmica urbana do bairro. A sua construção prevê um considerável aumento na oferta de empregos, conseqüentemente incrementando o fluxo de veículos e promovendo melhorias na infraestrutura local.

Antecipa-se que a presença desse novo empreendimento resultará em um aumento expressivo no fluxo de veículos e pessoas no bairro, contribuindo para dinamizar ainda mais a economia local e, por conseguinte, alterar a dinâmica urbana da região de Mangabeira. Essa mudança na dinâmica urbana pode se refletir em uma maior diversidade de serviços, oportunidades de emprego e na vitalidade econômica do bairro.

Além disso, Mangabeira tem experimentado recentemente um notável processo de verticalização em sua malha urbana (ver figura 16). Esse fenômeno refere-se à construção de edifícios que possibilitam a acomodação de um maior número de pessoas em uma área restrita, representando uma expansão vertical das estruturas urbanas. Este processo está intrinsecamente ligado tanto ao crescimento populacional quanto ao crescimento econômico, indicando uma crescente atratividade da área, e também à valorização imobiliária, exercendo impacto no mercado local.



Figura 16: processo de verticalização de Mangabeira
Fonte: registrado pela autora (2023)

Desse modo, a verticalização, ao aumentar a densidade populacional, proporciona impactos significativos na infraestrutura local, incluindo sistemas de transporte público, saneamento básico e a prestação de serviços públicos. Essas

transformações refletem não apenas mudanças físicas na paisagem urbana, mas também têm implicações profundas na dinâmica social, econômica e ambiental da região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de informações e dados na busca pela compreensão do processo de transformações do bairro de Mangabeira, é evidente que o seu espaço passou por uma expressiva evolução desde o seu surgimento até os dias atuais. Os dados obtidos indicam que essa transformação está associada à expansão urbana da cidade de João Pessoa, conduzindo ao processo de descentralização e ao surgimento de subcentros urbanos.

Para análise dessa evolução, foi necessário a apresentação de imagens que mostraram as condições anteriores e fotografias tiradas no local para documentar essa evolução ao longo do tempo. Além disso, foram utilizados mapas de uso e ocupação do solo nas principais avenidas, permitindo compreensão e a distribuição de atividades comerciais e de serviços, como também, identificar as vias principais e os diferentes meios de acesso ao bairro.

Além disso, foram apresentadas informações espaciais da infraestrutura, destacando os aspectos da mobilidade e distribuição dos grandes equipamentos urbanos, o que proporcionou uma reflexão sobre a conectividade e acessibilidade do bairro, elementos essenciais para o planejamento urbano e a qualidade de vida da comunidade local.

A subcentralidade de Mangabeira encontra sua motivação principal na demografia populacional, originada pela intervenção do Estado na implantação do bairro, juntamente com a instalação de relevantes equipamentos públicos. Outro fator determinante para o caráter de subcentralidade foi a distância do bairro até o centro da cidade, o que dificultou a locomoção da população para atender às suas necessidades básicas.

Esse cenário impulsionou os residentes a promoverem a expansão comercial, estabelecendo seus próprios negócios comerciais e de serviços. Dessa maneira, esses foram os principais motivos pelos quais o bairro se tornou uma referência no

setor terciário na economia urbana da cidade.

No que diz respeito à subcentralidade comercial do bairro, é notável a intensa presença de estabelecimentos comerciais e serviços ao longo das principais vias, destacando-se a Avenida Josefa Taveira como um polo de intenso fluxo comercial, sendo uma das principais referências nesse aspecto em Mangabeira. Ao percorrer essa avenida, é evidente a diversidade de comércios, incluindo lojas, restaurantes, mercados, farmácias e grandes filiais.

O movimento intenso de pessoas e veículos ressalta o papel central desempenhado por essa avenida na dinâmica comercial do bairro. Essa configuração do solo, aliada à concentração dessas atividades ao longo de suas avenidas, contribui para destacar o caráter de subcentralidade de Mangabeira, onde verifica-se tendência atual de crescimento para além das vias axiais projetadas, contígua à Av. Josefa Taveira em direção ao bairro do Valentina, bem como na paralelamente na Rua Francisco Porfírio Ribeiro.

Destaca-se, portanto, que a concentração dessas atividades terciárias não apenas atende à população residente, mas também atrai promotores imobiliários e moradores de outros bairros, ampliando a abrangência desse polo comercial e de serviços. Além disso, observa-se que o comércio é dinâmico, passando por constantes modificações para se adaptar às demandas e tendências locais e regionais.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Paulo Augusto Falconi de; LEITE RIBEIRO, Edson; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. **Centralidade urbana na cidade de João Pessoa – PB**. Uma análise dos usos comerciais e de serviços entre o centro tradicional e o centro seletivo – 1970/ 2006. *Arquitextos*, São Paulo, 09.106. **Vitruvius**. 2023. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/reads/arquitextos/09.106/69>. Acesso: 26. Set. 2023.
2. ARAÚJO, M. L. **O processo de transformação da avenida Josefa Taveira, no bairro de Mangabeira, em um subcentro da cidade de João Pessoa - PB**. 2019. 57f. Monografia (Bacharel em geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2019.
3. AUGUSTO, Thiago Nogueira Queiroz. **O Processo de Descentralização e as Novas Centralidades em Natal – RN**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, dez. 2011.
4. Secretaria de Mobilidade Urbana de João Pessoa (SEMOB JP). **Linhas de Ônibus João Pessoa**. Disponível em: <https://servicos.semobjp.pb.gov.br/linhas-de-onibus/> Acesso em: 05. Dez. 2023.
5. CARMO, Katia Cilene. **A formação de um novo subcentro: a rua Josefa Tavares, mangabeira: João Pessoa PB**. Monografia. Campina Grande, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/TERESA/Downloads/PDFC-PDF%20-%20KATIA%20CILENE%20DO%20CARMO%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/TERESA/Downloads/PDFC-PDF%20-%20KATIA%20CILENE%20DO%20CARMO%20(6).pdf) Acesso: 04. Dez. 2023.
5. CEHAP – **Companhia Estadual de habitação Popular**. João Pessoa, 2023.
6. CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: ÁTICA, 3. Ed. n. 174, 1995.
7. _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática S.A, 1989.
8. DUARTE, H. S. B. **A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais**. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 36, n. 1, p. 53-98, 1974.

- 9.FALCONI DE ANDRADE, Paulo Augusto; LEITE RIBEIRO, Edson; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. **Centralidade urbana na cidade de João Pessoa-PB**. arqtextos Ano 09, n. 106.06, Vitruvius. 2009.
- 10.FERREIRA, H.M. **A gestão da política habitacional e a produção do espaço urbano**: uma análise das práticas espaciais e a formação de novas áreas centrais na cidade de Marília-SP. 2013. 170 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013.
- 11.FILIPEIA, MAPAS DA CIDADE. **A nossa cidade em suas mãos: navegue pelos mapas interativos para visualizar e explorar seus dados**. João Pessoa, Paraíba. 2023. Disponível em: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/> Acesso em: 01. Dez.2023.
- 12.QGIS Development Team, <YEAR>. **QGIS Geographic Information System**. Open Source Geospatial Foundation Project. <http://qgis.osgeo.org>
- 13.GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João; Rabay, Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed.Universitária, 1999.
- 14.GOOGLE. Google **Earth website**. <http://earth.google.com/>, 2023.
- 15.IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Unidade Estadual da Paraíba, João Pessoa-PB.
- 16.LEAL. Anny Karinny Lima. **Permanências e inovações**: o projeto de mangabeira. Dissertação de Mestrado. João Pessoa – PB, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/300?locale=pt_BR. Acesso em: 22. Set. 2023.
- 17.MAIA, D.S. **O campo na cidade**: necessidade e desejo (Um estudo sobre os subspaços rurais em João Pessoa- PB). Dissertação. Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1994, Universidade Federal de Santa Catarina.
- 18.MONTE-MÓR, R. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento**: um olhar ambiental. In: SANTOS, M., SOUZA, M.; SILVEIRA, M. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p.169-181.
- 19.Prefeitura Municipal de João Pessoa. **(PMJP)**, Parque Bosque das águas João Pessoa. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/secretarias-e>

orgaos/seinfra-noticias/bosque-parque-das-aguas-em-mangabeira-oferece-
inumeras-opcoes-de-lazer-para-a-populacao/ Acesso em: 05/12/2023.

20.RODRIGUES, Jean Marrie de Oliveira. **Mangabeira: do comercio de bairro a um subcentro da cidade de João Pessoa – PB.** Monografia. Paraíba. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1068?locale=pt_BR Acesso: 04. Dez. 2023.

21.SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira. 2. ed.** São Paulo: Hucitec, 1993.

22._____. **Manual de geografia urbana.** 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

23._____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

24._____. **Manual de geografia urbana.** 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989

25._____. **Segregação socioespacial e centralidade urbana.** In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M (Org.). A cidade contemporânea. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-94.

26.SILVA, Antônio Willamys F. da. **Transformações urbanísticas em um bairro Planejado: O Caso do projeto Habitacional Mangabeira-PB.** João Pessoa, 2005.

27.SPOSITO, M. E. B. **O centro e as formas de centralidade urbana.** Revista de Geografia, n. 10, 1991.

28.Secretaria de Mobilidade Urbana de João Pessoa (**SEMOB JP**). Linhas de Ônibus João Pessoa. Disponível em: <https://servicos.semobjp.pb.gov.br/linhas-de-onibus/> Acesso em: 05/12/2023.

29.VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1998.

PLANO DIRETOR DE MACAPARANA-PE: UMA ANÁLISE DA VIABILIDADE AMBIENTAL PARA UMA GESTÃO URBANA EFICIENTE E SUSTENTÁVEL.

Renata Santos Tavares Maciel
Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá

RESUMO

Este trabalho analisa o Plano Diretor de Macaparana-PE em busca de uma gestão urbana eficiente e sustentável. Foi investigada a viabilidade ambiental do Plano, explorando sua relação com a sustentabilidade e alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase no ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Utilizando uma abordagem metodológica abrangente, avaliamos as políticas e diretrizes do Plano Diretor, identificando áreas de sucesso e desafios. Os resultados destacam a necessidade de aprimoramentos na Gestão Urbana para atender às demandas sustentáveis. O trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro capítulo estabelece as bases legais para a subsequente discussão sobre o Plano Diretor e sua relação com a sustentabilidade. O segundo capítulo explora as interações entre o Plano Diretor e a sustentabilidade específicas para o município de Macaparana. No terceiro capítulo, abordamos a perspectiva de como uma abordagem de âmbito nacional e regional, por meio do Plano Diretor, pode ser instrumental na preservação do meio ambiente.

Palavras-chaves: Plano Diretor, Sustentabilidade, ODS 11, Macaparana, Gestão Urbana.

ABSTRACT

This paper analyzes the Macaparana-PE Master Plan in search of efficient and sustainable urban management. The environmental viability of the Plan was investigated, exploring its relationship with sustainability and alignment with the Sustainable Development Goals (SDGs), with an emphasis on SDG 11 - Sustainable Cities and Communities. Using a comprehensive methodological approach, we evaluated the Master Plan's policies and guidelines, identifying areas of success and challenges. The results highlight the need for improvements in Urban Management to meet sustainable demands. The work is structured in three chapters. The first chapter establishes the legal basis for the subsequent discussion on the Master Plan and its relationship with sustainability. The second chapter explores the interactions between the Master Plan and sustainability specific to the municipality of Macaparana. In the third chapter, we address the perspective of how a national and regional approach, through the Master Plan, can be instrumental in preserving the environment.

Keywords: Master Plan, Sustainability, SDG 11, Macaparana, Urban Management.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração de um Plano Diretor eficiente e sustentável é fundamental para a gestão urbana de um município, especialmente no que se refere às Zonas de Preservação Ambiental (ZPAs). Que são áreas consideradas essenciais para a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e manutenção dos recursos hídricos, dentre outros aspectos ambientais relevantes. Porém, conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento urbano é um desafio, que exige análises cuidadosas e propostas de gestão adequadas.

A degradação ambiental é uma das maiores ameaças ao bem-estar da humanidade, com impactos negativos na saúde, economia, sociedade e meio ambiente. Apesar de o Poder Público e a coletividade terem o dever constitucional de defender e preservar o meio ambiente, muitas vezes há falta de investimentos e políticas públicas efetivas para a proteção ambiental, bem como falta de conscientização e comprometimento por parte da população em relação ao uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, o presente trabalho busca contribuir para a discussão sobre a gestão adequada das Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPAs) de Macaparana-PE, que segundo o Plano Diretor da cidade (2006), essas zonas, tem como objetivo a proteção e a conservação da qualidade ambiental. “Identificando suas características, potencialidades e limitações, propondo diretrizes, conciliando a preservação ambiental com o desenvolvimento urbano, considerando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais do território.” Além disso, o estudo também levará em consideração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, com ênfase na ODS número 11, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, garantindo uma abordagem holística e integrada para o planejamento urbano e a gestão das ZEPAs.

No Brasil, é notável que o desenvolvimento das cidades ocorre em muitas, de forma caótica e expansiva, inclusive nas cidades pequenas e interioranas. É evidente que essas condições têm um impacto direto na ocorrência de desastres

naturais em ambientes urbanos, como é o caso das inundações, que muitas vezes são causadas pela construção de cidades nas margens dos rios.

É necessário que as áreas urbanas disponham de locais para troca de informações referentes ao planejamento e o enfrentamento às mudanças climáticas. Segundo Lemos (2010), em um contexto de transformações climáticas, a criação de cidades adaptáveis e resilientes¹² deve ser considerada como uma prioridade na administração e na organização das áreas urbanas. Adotar estratégias que estejam alinhadas com o princípio da sustentabilidade requer uma mudança de mentalidade em relação à forma como se pensa, planeja e constrói as cidades.

A cidade de Macaparana, como outras cidades do Brasil, enfrenta diversos desafios em relação à gestão urbana, incluindo a preservação do meio ambiente e a busca por um desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o Plano Diretor se apresenta como uma importante ferramenta de gestão urbana, que pretende orientar a utilização do solo urbano e o desenvolvimento da cidade de modo a garantir a preservação do meio ambiente e o aprimoramento da qualidade de vida dos habitantes.

Acredita-se que a pesquisa aqui apresentada pode trazer um impacto nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, sendo capaz de auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis para a cidade de Macaparana.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS MUNICIPAIS

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. (Brasil, 2002, p. 40).

¹² Segundo o IBGE, o termo “cidade resiliente” refere-se a uma cidade que possui a capacidade de se adaptar e se recuperar de choques e estresses ambientais, sociais, econômicos ou políticos. Essa resiliência envolve a capacidade de uma cidade de resistir a desastres naturais, crises econômicas, conflitos sociais, mudanças climáticas e outros desafios, bem como de se adaptar e se recuperar rapidamente quando esses eventos ocorrem.

Sendo assim, ele é um recurso crucial para promover um desenvolvimento urbano sustentável em cidades, estabelecendo políticas, diretrizes e normas para orientar a organização do espaço urbano, com o objetivo de assegurar uma utilização apropriada do solo e aprimorar o bem-estar da população. Segundo o Estatuto das Cidades (2002):

Art. 42. O Plano Diretor deverá conter no mínimo: I - a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5o desta Lei; II - disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei; III - sistema de acompanhamento e controle.

Apesar dessas exigências, é muito comum encontrar municípios que não tenham efetividade na sua fiscalização, essa falta pode gerar consequências sérias tais como a ocupação irregular do solo, o desrespeito à legislação ambiental, a falta de infraestrutura adequada, entre outros. O que pode levar a desvios de finalidade e comprometer o alcance dos objetivos estabelecidos pelo plano, afetando negativamente a qualidade de vida dos cidadãos. O propósito é garantir que o planejamento urbano seja realizado de forma adequada, considerando aspectos como a disponibilidade de infraestrutura e a demanda para uso do solo. Ressaltando a importância de abordar temas relevantes para a gestão urbana, como a regularização fundiária, a política habitacional e a gestão democrática da cidade, por exemplo.

De acordo com a Constituição Federal (Brasil, 1988), o Plano Diretor é o principal instrumento para gerenciar o desenvolvimento e a expansão urbana, e deve ser aprovado pela Câmara Municipal. O objetivo do Plano Diretor é definir as regras fundamentais para ordenar a cidade e garantir que a propriedade urbana cumpra sua função social.

Segundo Villaça (1999), um plano consiste em um documento resultante de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa de um município e sua região. Esse plano apresenta propostas para o desenvolvimento socioeconômico, organização espacial e uso do solo urbano,

infraestrutura e elementos da estrutura urbana. Tais propostas são definidas para curto, médio e longo prazos.

Segundo as definições adotadas, o Plano Diretor deve ser um instrumento que orienta todas as ações concretas de intervenção sobre o território, independentemente do fato dessas ações serem levadas a cabo pelos indivíduos, pelas empresas, pelo setor público ou por qualquer outro tipo de agente.

Ainda como aponta Villaça (1999), tem ocorrido, em vários municípios ao longo das décadas, um certo esforço em aplicar as leis de zoneamento e loteamentos – dentro dos limites do que pode se considerar empenho, no Brasil. No entanto, embora o Plano Diretor seja muitas vezes lei municipal, tem se limitado, em sua grande parte, ao âmbito teórico e discursivo. O autor apresenta uma visão desfavorável em relação aos planos diretores, descrevendo-os como ferramentas ineficientes e inadequadas de lidar com os desafios complexos das cidades contemporâneas.

Na sua maioria não contemplam a realidade social, pois não apresentam os mecanismos para enfrentar de fato os problemas que afetam grande parte da população, aquela enorme parcela que é forçada a viver à margem das leis urbanísticas. Por isso, os planos abrangentes muito contribuíram para a inoperância e o descrédito do planejamento urbano no País.

No entanto, acreditamos que embora seja verdade que os planos diretores possam enfrentar desafios e limitações, é importante reconhecer que eles também têm um papel fundamental na orientação do desenvolvimento urbano e na promoção da qualidade de vida nas cidades. Ignorar esses aspectos positivos pode levar a uma visão distorcida e pessimista da realidade.

2.3 A SUSTENTABILIDADE E SUA RELAÇÃO COM O PLANO DIRETOR

Segundo Claro *et al* (2008), a partir de 1987, com a divulgação do Relatório Brundtlandt¹³, também conhecido como “Nosso Futuro Comum” o conceito de

¹³ Segundo o Jornal Metrópole, o Relatório Brundtland tem esse nome em homenagem a Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega na época em que o relatório foi publicado, uma importante mulher. Ela chefiava a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na ocasião e sua luta em defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável já eram conhecidas na Noruega.

sustentabilidade foi oficialmente apresentado, o objetivo da Comissão Brundtland, ao apresentar este conceito, foi de sugerir uma agenda global, com intenção de reforçar a necessidade de uma nova postura ética da humanidade em relação aos principais problemas ambientais do planeta e ao progresso, sem comprometer os recursos para as futuras gerações.

O conceito só ganhou força a partir da Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. (Nascimento, 2012). O autor também ressalta que a Rio 92 trouxe o conceito de desenvolvimento em três pilares, econômico, social e ambiental, a fim de **atender** a produção de bens e serviços, **atendendo** às necessidades básicas do humano e, ao mesmo tempo preservando o meio ambiente.

A Declaração da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002, afirma que um desenvolvimento pautado na sustentabilidade deve ser construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores que são o econômico, social e ambiental nos âmbitos locais, nacionais e internacionais.

Esses três pilares são interdependentes e devem ser abordados de forma integrada para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. É fundamental que ações e políticas considerem simultaneamente os aspectos econômicos, ambientais e sociais, garantindo um equilíbrio entre eles. Somente assim será possível construir um futuro mais sustentável e resiliente, que atenda às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

Segundo Kerkhoff (2013), o conceito de desenvolvimento sustentável para as cidades enfatiza a necessidade de políticas municipais que harmonizem o crescimento urbano com a proteção do meio ambiente. Isso envolve a implementação de medidas preventivas para evitar danos e riscos ambientais, ao mesmo tempo em que estabelece uma conexão entre o direito de propriedade e sua responsabilidade social.

É importante destacar que deve ser considerado não apenas o desenvolvimento físico da cidade, mas também o bem-estar e a qualidade de vida de seus habitantes. Portanto, a gestão urbana deve ser um processo contínuo de avaliação e adaptação, levando em consideração as mudanças culturais e sociais,

para garantir que as cidades sejam lugares inclusivos, sustentáveis e que atendam às necessidades de todos os seus habitantes, incluindo principalmente o direito fundamental à moradia adequada.

2.3.1 Desenvolvimento Sustentável nas cidades segundo os ODS

Segundo a ONU¹⁴, A Agenda 2030 foi estabelecida durante uma reunião de cúpula realizada em 2015 na sua própria sede em Nova York, onde representantes de mais de 150 países estiveram presentes. Esse encontro resultou na adoção formal da Agenda do Desenvolvimento Sustentável, que consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), detalhados na Figura 1. A criação dessa agenda foi o resultado de um processo que durou mais de dois anos, iniciado em 2012 durante a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Ao longo desse processo, foram realizadas consultas públicas envolvendo a sociedade civil e outras partes interessadas de todo o mundo.



Figura 1: objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Fonte: ONU 20

Segundo Cerqueira (2015), esses objetivos e as metas expressam uma perspectiva inspiradora, vislumbrando um futuro sem pobreza, fome ou doenças, onde a vida humana possa florescer plenamente. É um mundo que almeja ser livre de medo e violência, proporcionando acesso universal a uma educação de

¹⁴ Organização das Nações Unidas.

qualidade em todos os níveis, cuidados de saúde abrangentes e bem-estar físico, mental e social.

Porém, é evidente que a Agenda 2030¹⁵ enfrenta um desafio importante: alcançar todas as metas estabelecidas. Seu foco principal é garantir a inclusão social, tornando-a viável e acessível para todos. Essa abordagem visa incluir todas as comunidades, proporcionando acesso igualitário a oportunidades econômicas. Além disso, é essencial proteger os recursos naturais, equilibrando seu uso sustentável com a preservação do meio ambiente.

Um dos lemas da Organização das Nações Unidas (ONU) destaca a necessidade de "Pensar globalmente e agir localmente". Este estudo teve como objetivo investigar como podemos adotar a Agenda 2030, examinando estratégias locais que promovam a concretização da cidadania global. Isso visa garantir o Direito à Cidade por meio da promoção de ações acadêmicas inovadoras (ONU, 2016).

Garantir o Direito à Cidade é um aspecto crucial desse esforço, pois envolve proporcionar condições adequadas de moradia, transporte, trabalho, educação e lazer para os habitantes urbanos. A promoção de ações é uma abordagem valiosa, pois a educação desempenha um papel fundamental na capacitação das comunidades locais para entenderem e participarem ativamente na busca por soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável global.



Figura 2: objetivos de Desenvolvimento Sustentável número 11
Fonte: ONU 20

¹⁵ Plano global para atingirmos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 11 tem como meta criar cidades e assentamentos humanos seguros, inclusivos, resilientes e sustentáveis. Em resumo, almeja garantir habitação, serviços essenciais, transporte público e espaços públicos verdes, inclusivos e seguros, acessíveis a todos. Além disso, promove o crescimento urbano sustentável, incluindo o desenvolvimento de áreas informais, com foco na inclusão, uso eficiente de recursos, adaptação às mudanças climáticas e resiliência a desastres. Da mesma forma, o objetivo 11 aborda a importância de reduzir os danos causados por desastres e mitigar o impacto ambiental negativo gerado pelas áreas urbanas.

2.4 ZONAS ESPECIAIS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Parfitt (2002), a Lei 6902/81¹⁶ foi a primeira legislação a estabelecer as Áreas de Proteção Ambiental. Atualmente, é concedido ao Poder Executivo a possibilidade de designar certas regiões do território nacional como áreas de interesse para a preservação ambiental, com o objetivo de garantir o bem-estar das comunidades humanas e a conservação ou melhoria das condições ecológicas locais.

Além do macrozoneamento que estabelece as áreas rurais, urbanas e de expansão urbana do município, e do ordenamento urbano, que governa a utilização e ocupação do solo nas cidades, o Estatuto da Cidade (2002) incorporou o conceito de zoneamento ambiental em nível municipal, uma abordagem que já havia sido contemplada pela Lei 6.938/81 em escala federal.

Conforme mencionado por Milaré (2005, p. 663, *apud* Torres, 2006), o macrozoneamento ambiental dos municípios é um mecanismo que permite aos municípios regular a ocupação e destinação de áreas geográficas, de forma a garantir a sua adequação à vocação geoeconômica e ecológica. Esse processo abrange não apenas as áreas de interesse ambiental estabelecidas pelo Poder Público local, mas também as unidades de conservação em âmbito estadual, metropolitano e federal, reconhecendo a abrangência do meio ambiente.

¹⁶ Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), estabelece a preservação ambiental como um pilar fundamental para promover a qualidade de vida da população e proteger ecossistemas frágeis. Ele também reconhece a importância das áreas de preservação para atividades recreativas da população, garantindo o acesso a espaços naturais para o lazer e o bem-estar das comunidades locais. Além disso, a legislação incentiva a realização de reflorestamentos e a implementação de projetos paisagísticos, com o objetivo de promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais.

Dito isso, a criação de uma ZEPA (Zona Especial de Preservação Ambiental), com base na proteção e conservação da qualidade ambiental e dos sistemas naturais existentes, está alinhada com os princípios estabelecidos pelo Código Florestal brasileiro, buscando conciliar a proteção ambiental com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação dos sistemas naturais e a qualidade de vida das populações locais.

No caso do município de Macaparana, a análise das ZPAs¹⁷ e a proposição de diretrizes para o Plano Diretor é especialmente relevante, considerando-se as especificidades ambientais, sociais, econômicas e culturais do território. A cidade contém, segundo o último Censo do IBGE¹⁸ realizado em 2022, 23.879 mil habitantes, e ainda de acordo com o Estatuto das Cidades, municípios com mais de vinte mil habitantes devem ter Plano Diretor.

De acordo com o Artigo 225 da Constituição Federal:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

É importante destacar a relevância desse artigo, visto que o meio ambiente saudável é um fator determinante para a existência humana, além de ser indispensável para a preservação da biodiversidade e manutenção do equilíbrio

¹⁷ Zonas de Preservação Ambiental

¹⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ecológico do planeta. No entanto, a realidade mostra que nem sempre esse direito é efetivamente garantido, como veremos no estudo de caso específico.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAPARANA

3.1 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Macaparana está localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana e Microrregião da Mata Setentrional, também conhecida como Zona da Mata Norte, no estado de Pernambuco. Suas fronteiras incluem limites ao norte com o Estado da Paraíba, ao sul com os municípios de São Vicente Ferrer e Vicência, ao leste com Timbaúba, e ao oeste com a Paraíba e São Vicente Ferrer. A Figura 3 ilustra a localização precisa da cidade.

Conforme estabelecido pelo Plano Diretor do município, Macaparana está inserido no Planalto da Borborema, apresentando variações de altitude entre 650 a 1000 metros. A topografia da região é caracterizada por um relevo acidentado, enquanto os solos predominam como sendo predominantemente férteis. O clima é classificado como tropical chuvoso, com a peculiaridade de um verão seco.

Segundo o Censo do IBGE realizado em 2022, a área total do município abrange 108,049 km², e a população estimada é de 23.879 habitantes, com a maioria residindo na zona urbana. O IBGE classifica Macaparana como um município de pequeno porte, devido a sua população inferior a 50.000 habitantes, conforme categorização desse órgão.

LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO DE MACAPARANA

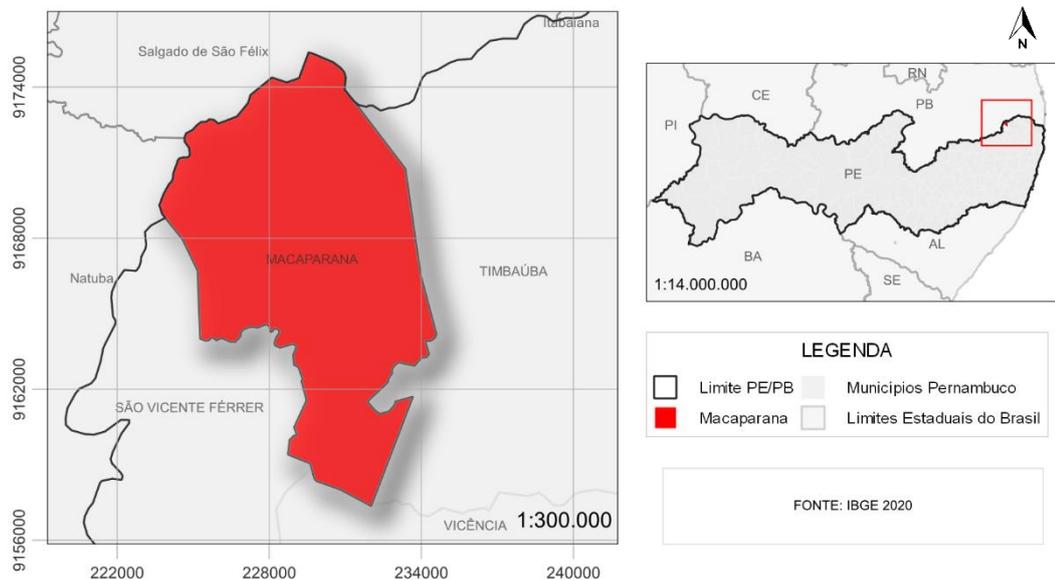


Figura 3: mapa de localização da Cidade de Macaparana-PE
Fonte: Maciel, 2023

3.2 Vegetação e Hidrografia

A paisagem de Macaparana, contém potenciais naturais fortes a serem explorados, esses potenciais aliados a um planejamento cuidadoso, acredita-se que o desenvolvimento da região por meio do turismo pode ser significativo. A diversidade da vegetação, aliada às práticas agrícolas e à presença de atividades sazonais, cria uma paisagem rica e multifacetada.

MAPA HIDROGRÁFICO

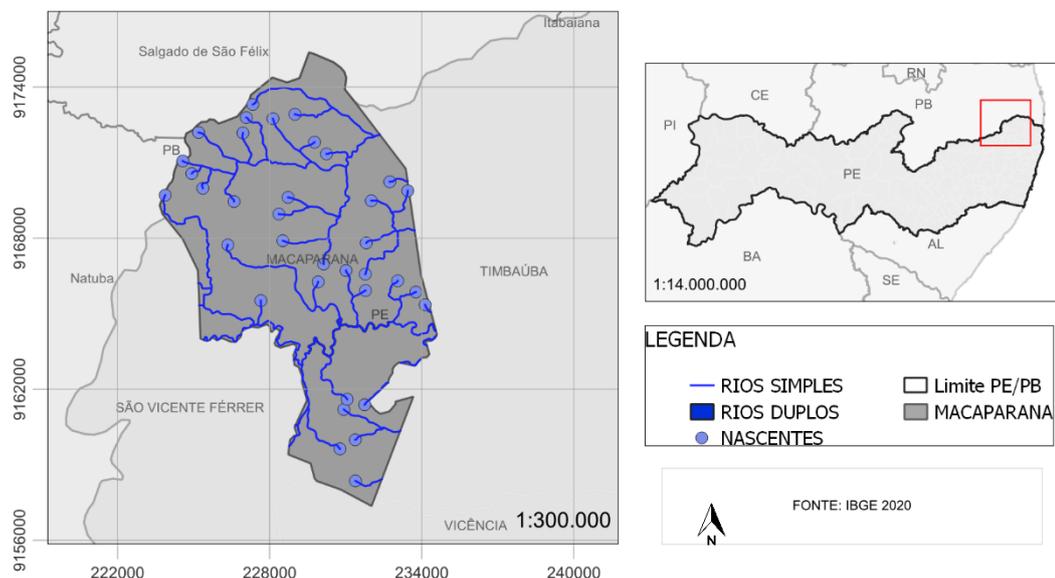


Figura 4: mapa Hidrográfico da Cidade de Macaparana-PE
Fonte: Maciel, 2023

Conforme podemos observar no mapa, a rede hidrográfica de Macaparana está integrada à Bacia do Rio Goiana, com uma malha hídrica que compõe a sub-bacia do Rio Capibaribe Mirim. Anteriormente, a região era caracterizada por uma vegetação original de floresta do tipo Subcaducifólia. No entanto, o processo de urbanização impactou significativamente o ambiente, resultando na substituição da vegetação nativa por práticas agrícolas, notadamente o cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce, uva, milho, feijão e outras monoculturas de menor expressão. Essa transformação na paisagem natural reflete a influência das atividades humanas, especialmente a expansão agrícola, na região.

O plantio extensivo de culturas como cana-de-açúcar e outras monoculturas pode ter implicações ambientais, incluindo alterações nos ecossistemas locais, impactos na biodiversidade e possíveis mudanças nos recursos hídricos devido ao uso de agroquímicos. A substituição da vegetação original por práticas agrícolas pode afetar a qualidade do solo, a retenção de água e a saúde dos ecossistemas aquáticos na área. Isso destaca a importância de práticas agrícolas sustentáveis e estratégias de manejo que busquem equilibrar as necessidades agrícolas com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

MAPA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

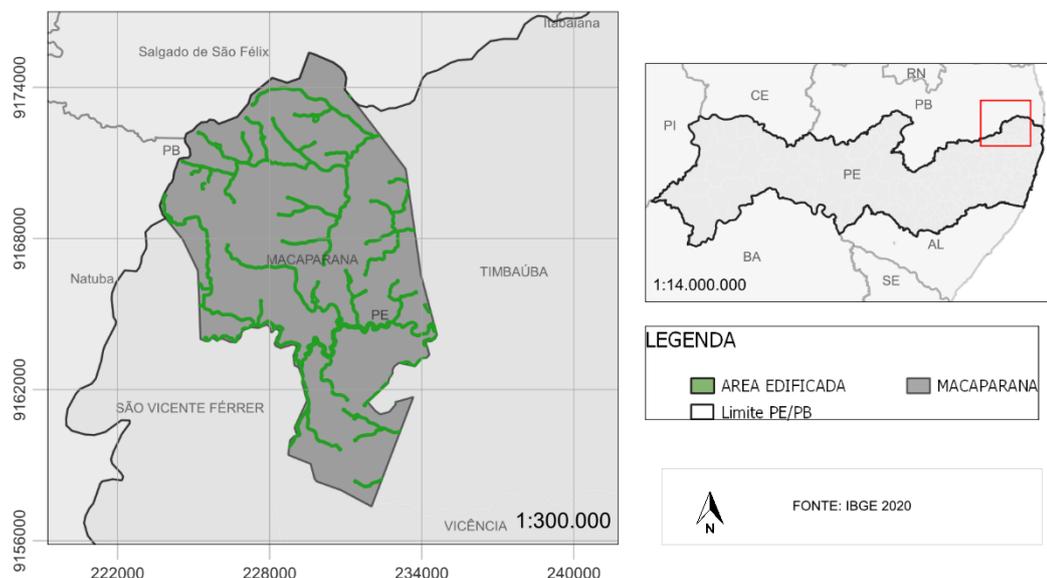


Figura 5: mapa das Áreas de Preservação Permanente da Cidade de Macaparana-PE
Fonte: Maciel, 2023

Como pode-se perceber no mapa de levantamento de áreas de preservação ambiental acima, nota-se que o que se intitula como área de preservação permanente estão no mesmo lugar em que as áreas de preservação permanente, sendo apenas os 5 metros do rio a área de preservação.

3.3 O PLANO DIRETOR DE MACAPARANA

O Plano Diretor da cidade de Macaparana, surgiu em 2006, na gestão do então Prefeito Mavial Francisco de Moraes Cavalcanti Filho (2005-2012), e deste então não foi reformulado, estando com 17 anos em curso, com vencimento de 7 anos, já que de acordo com o Estatuto das Cidades, o Plano Diretor deve ser revisado a cada dez anos. O município, de acordo com os dados do Censo do IBGE de 2000, tinha 22474 habitantes, o que torna obrigatório o Plano Diretor. Segundo os dados coletados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) por meio do Portal da Transparência apontam que no período de 2009-2023 apenas 14 prefeituras foram contempladas com recursos federais para apoiar a elaboração de planos diretores no âmbito dos programas Fortalecimento da Gestão Urbana e Planejamento Urbano, o que representa menos de 1% das prefeituras. Diante disso,

a CNM entende que é fundamental uma priorização dos governos estaduais e federal em estruturar novos programas de fortalecimento da gestão urbana, uma vez que o instrumento Plano Diretor é o principal que viabiliza a criação de mecanismos para a integração entre o ordenamento territorial e as políticas setoriais e a qualidade de vida da população.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

O Artigo 34 da Lei nº 861/2006, referente ao Plano Diretor da cidade de Macaparana, destaca a importância das Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPA) como elementos cruciais na proteção de ecossistemas delicados e na promoção de áreas recreativas para os residentes locais. Nele, as ZEPAs em Macaparana são subdivididas em três categorias distintas:

ZEPA 1: Abrange todas as praças e refúgios no distrito sede, bem como espaços propostos em áreas mais afastadas. O principal objetivo é criar "pulmões verdes" dentro da área urbana, proporcionando à população locais de conexão com a natureza, áreas verdes e espaços para recreação ao ar livre. A preservação dessas áreas desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida dos residentes da região central, oferecendo um ambiente natural em meio ao cenário urbano. ZEPA 2: Inclui áreas "non aedificandi" destinadas à preservação e conservação do meio ambiente, tanto públicas quanto privadas. Isso envolve matas, açudes e cursos d'água, como as margens do Rio Capibaribe Mirim, que corta a cidade, e a Lagoa de Moraes. O Poder Executivo é encarregado de desenvolver um plano para a recuperação da vegetação ciliar e a criação de espaços urbanos que visam à amenização ambiental e ao lazer para que a população possa desfrutar dessas áreas. ZEPA 3: Localizada nas áreas periféricas do perímetro urbano, ao sul e oeste do distrito central. Caracteriza-se por uma baixa densidade populacional e é ocupada principalmente por lotes maiores destinados a fazendas, chácaras e granjas. Essa configuração cria um "cinturão verde" ao redor da área urbana, limitando a expansão da cidade nessas direções. Notavelmente, áreas ocupadas por sítios, granjas e fazendas devem destinar pelo menos 50% de sua área para a

recomposição da cobertura vegetal, com destaque para a região do engenho Macapá Velho.

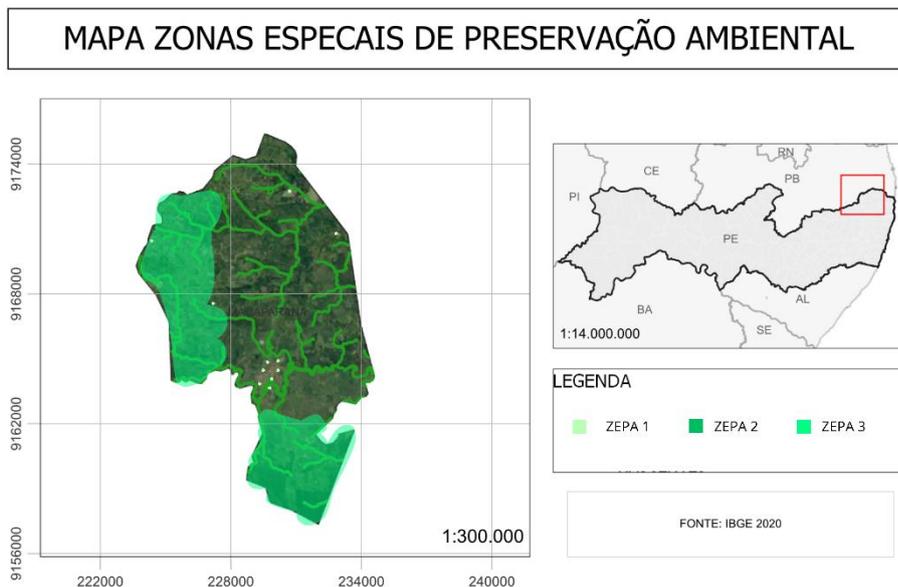


Figura 6: mapa das Zonas Especiais de Preservação Ambiental de Macaparana-PE
Fonte: Maciel, 2023

A Figura 6 ilustra as Zonas Especiais de Preservação Ambiental da cidade de Macaparana-PE, segundo o Plano Diretor do município. Não foi encontrado o mapa oficial, porém para uma melhor visualização, foi executado o mapa acima como uma possível realidade.

4.1 OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 11 E MACAPARANA

4.1.1 ODS 11

A consideração e implementação de medidas para a produção e consumo sustentáveis são fundamentais para a organização e desenvolvimento eficazes de uma cidade. A adoção dessas medidas não apenas promove a responsabilidade ambiental, mas também contribui para a criação de comunidades mais resilientes e equitativas.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado às cidades, também conhecido como ODS 11, abrange metas ambiciosas para promover cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres ou eventos

incomuns. Algumas das metas específicas incluem: Urbanização de Favelas; Mobilidade Urbana Inclusiva; Participação Comunitária; Preservação da Cultura; Redução de Mortes e Impactos por Catástrofes; Redução de Impactos Ambientais.

Essas metas visam transformar as cidades em espaços mais inclusivos, seguros, culturalmente ricos e ambientalmente sustentáveis. Ao abordar questões, o ODS 11 busca garantir que o crescimento urbano ocorra de maneira equitativa, promovendo o bem-estar de todos os habitantes das cidades.

Para Castells (2000), a definição para uma cidade ser considerada sustentável está na sua condição de produção com o tempo que não pode destruir a sua condição de reprodução. A implementação de tais projetos de acordo com os planos baseados ou ligados aos ODS devem promover o pleno envolvimento e participação das partes interessadas e/ou impactadas locais, como ONGs, setor privado, indivíduos. Devendo todos, atuar de forma universal e conjunta, inclusive quanto a arrecadação de recursos para atingir estas finalidades.

Segundo Mariano (2020), o desenvolvimento urbano responsável e sustentável é uma responsabilidade crucial dos governos municipais, para abordar questões relacionadas à habitação, saneamento, mobilidade urbana e proteção e defesa civil, é essencial que esses governos formulam políticas específicas. E para conseguir atravessar os desafios, é necessário contar com uma equipe qualificada, coletividade e uma boa estrutura para haver uma melhor execução.

O Estatuto da Cidade, instituído no Brasil em 2001, estabelece diretrizes fundamentais para a política urbana nos municípios, destacando a importância de alinhar as práticas urbanas com os princípios de sustentabilidade, e enfatizando que a promoção do desenvolvimento local sustentável requer ações integradas que vão além do âmbito individual, envolvendo toda a sociedade na busca por uma melhor qualidade de vida e equilíbrio ambiental, econômico e social.

4.1.2 A relação do ODS 11 com Macaparana

Para que haja uma conclusão efetiva do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número 11, segundo a ONU, é necessária a realização de metas

específicas que abordam questões cruciais relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável. O que a gestão urbana faz com algumas metas, como: Acesso à Moradia Adequada; Resiliência a Desastres; Urbanização Inclusiva e Desenvolvimento de Espaços Verdes.

4.1.2.1 Acesso à Moradia Adequada

Em 2006, a Prefeitura de Macaparana realizou um feito significativo ao proporcionar mais de 300 famílias a realização do sonho da casa própria, o local transformou-se em um bairro chamado Terra Prometida (Figura 7).



Figura 7: bairro Terra Prometida, Macaparana-PE
Fonte: Viajando Todo o Brasil, 2022.

No ano de 2018, a administração municipal de Macaparana demonstrou novamente seu compromisso com o bem-estar da população ao adquirir um terreno com o intuito de destiná-lo a mais de 300 famílias. O projeto visava oferecer a cada uma delas a oportunidade de construir sua residência em lotes próprios, promovendo assim o desenvolvimento habitacional na região.

Porém, é fundamental compreender que uma moradia não é apenas uma estrutura física, mas um ambiente que deve oferecer condições dignas e saudáveis para seus habitantes. Por mais bonita e bem construída que seja uma casa, sua habitabilidade é comprometida se não estiver ligada a sistemas adequados de esgoto, abastecimento de água e coleta de resíduos. Estes serviços básicos formam a espinha dorsal de qualquer comunidade, influenciando diretamente na saúde, no bem-estar e na qualidade de vida dos moradores.

4.1.2.2 Resiliência a Desastres

Recentemente, no ano de 2022, Macaparana foi cenário de fortes chuvas, provocando estrago no município. Foram dias intensos, causando deslizamentos, alagamento e destruição de residências que estavam localizadas as margens do rio Capibaribe Mirim.



Figura 8: alerta da Prefeitura de Macaparana no dia 28 de maio de 2022.
Fonte: Prefeitura Municipal de Macaparana, 2022.

Com a chuva forte do dia 28 de maio de 2022, a Prefeitura Municipal (2022) emitiu uma nota (Figura 8), onde pedia que todos os habitantes em áreas de risco saíssem de casa, porém as tragédias já haviam acontecido, como mostram as Figuras 09 e 10.



Figura 09: desmoronamento de residência na cidade de Macaparana-PE
Fonte: Prefeitura Municipal de Macaparana, 2022



Figura 10: desmoronamento de residência na cidade de Macaparana-PE
Fonte: Prefeitura Municipal de Macaparana, 2022

Porém, para que a mesma situação aconteça novamente, por isso a cidade precisa ser resiliente. Reparos superficiais não acabam com o problema, apenas os mascaram, é necessário que haja uma infraestrutura adequada para lidar com grandes volumes de água, como sistemas de drenagem, desobstrução de canais de escoamento, assim como também uma alteração no uso do solo.



Figura 11: local do desmoronamento 1 ano depois
Fonte: Maciel, 2023



Figura 12: local do desmoronamento 1 ano depois
Fonte: Maciel, 2023.



Figura 13: local do desmoronamento 1 ano depois
Fonte: Maciel, 2023.

A Figura 11 mostra que a residência que desmoronou parcialmente está em uso novamente, como depósito, nota-se cocos e frutas na região circulada em vermelho. Nas Figuras 12 e 13, mostra uma residência, que está sem escora na parte de trás, porém ainda é utilizada como garagem. Implicando dizer que a gestão urbana não está fiscalizando e nem utilizando uma abordagem holística, considerando a gestão sustentável do ambiente, o planejamento urbano, a infraestrutura resiliente e a preparação para emergências.

4.1.2.3 Urbanização Inclusiva e Desenvolvimento de Espaços Verdes

Verificando no site da Câmara Municipal de Macaparana, foi visto que em fevereiro de 2017 foi feita uma indicação de número 14/2017, que pedia que fosse elaborado e executado um projeto de reflorestamento das áreas de proteção permanente - APP, com a finalidade de promover a restauração da mata ciliar dos rios Capibaribe Mirim e Bananas, contemplando os trechos percorridos pelos mesmos dentro do território do município. Mais à frente, em abril de 2018, uma outra indicação, nº 39/2018, onde o pedido foi o mesmo. Deste modo, nota-se um esquecimento ao meio ambiente e ao reflorestamento da gestão da época.

Já em abril de 2022 foi feita uma outra indicação nº 40/2022, onde foi pedido o reflorestamento de Macapazinho, no qual é uma área de ZPA 3, segundo o Plano Diretor do município. Porém de acordo com a própria indicação, percebe-se que este último pedido foi feito a fim de trazer beleza a cidade, visto que Macapazinho é porta de entrada da cidade para os habitantes da zona rural e é também passagem obrigatória para turistas e visitantes.

Segundo a Prefeitura Municipal de Macaparana (2022), foi iniciado em setembro de 2022, o projeto “Sementes, a marca do Renascimento de uma Nova História”, na qual foram semeadas 18 mudas de palmeira no distrito de Lagoa Grande, ao término de todo o processo, serão disponibilizadas 50 árvores em diferentes pontos do distrito. Porém, para otimizar os benefícios ambientais e promover um impacto mais significativo, seria vantajoso expandir o reflorestamento para mais pontos da cidade, e não apenas no distrito de Lagoa Grande.

4.2 CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO URBANA PARA A SUSTENTABILIDADE

A Prefeitura Municipal necessita de um processo de modernização, focando em práticas sustentáveis para reduzir os impactos ambientais. Este esforço inclui a eliminação de copos descartáveis, a otimização do uso de papel, água e energia, investimentos em reciclagem, e a preferência por equipamentos energeticamente eficientes. Essas medidas, sendo aplicadas a nível municipal, tendem a se tornarem uma referência na colaboração com os mecanismos de governança e na viabilização de projetos sustentáveis.

Além disso, a Prefeitura pode promover compras públicas sustentáveis, dando prioridade à aquisição de produtos e serviços ambientalmente responsáveis, ser implantado um conjunto de projetos voltados para a educação sustentável, com a intenção de estimular práticas ambientalmente conscientes entre os jovens cidadãos. Essas iniciativas visam não apenas melhorar a eficiência e responsabilidade ambiental da administração municipal, mas também inspirar a comunidade a adotar hábitos sustentáveis no cotidiano.

Diante da necessidade de estabelecer um protocolo abrangente para a redução e reavaliação de iniciativas ambientais, é crucial adotar uma abordagem que contemple ações a curto, médio e longo prazo. O foco central é criar uma conscientização ambiental que esteja tanto o ambiente de trabalho quanto as práticas diárias nas residências. A destinação apropriada de resíduos é um elemento essencial desse protocolo, incentivando práticas sustentáveis em todas as esferas da vida cotidiana. Isso inclui repensar a gestão de resíduos gerados durante eventos

festivos, promovendo uma mudança fundamental na visão e comportamento das ações humanas.

Entretanto, é crucial reconhecer que a eficácia dessas ações não pode ser plenamente alcançada por meio de esforços individuais isolados. A força transformadora está na união de esforços, mobilizando toda a sociedade em um trabalho coletivo. A colaboração entre a sociedade civil, empresários e a escola é fundamental para investir de maneira significativa no apoio e execução de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade. Ao criar um protocolo abrangente e envolver diversos setores da sociedade, será possível desenvolver um trabalho eficaz e mais eficiente na promoção de práticas ambientais responsáveis. Essa abordagem holística visa não apenas gerar mudanças momentâneas, mas estabelecer bases sólidas para um futuro sustentável, alinhando os interesses de todos os envolvidos na construção de uma comunidade mais consciente e ecologicamente equilibrada.

O papel exemplar do Poder Público Municipal na promoção da sustentabilidade requer uma abordagem integrada e colaborativa. O comprometimento com a responsabilidade socioambiental deve ser o alicerce para a construção de um município que não apenas atenda às necessidades presentes, mas que também preserve o ambiente para as gerações futuras. A elaboração de leis que respaldem iniciativas voltadas ao meio ambiente e à sustentabilidade é um passo crucial nessa jornada. Os gestores públicos desempenham um papel de liderança, agindo como catalisadores para a implementação de ideias sustentáveis. Isso inclui não apenas a introdução dessas práticas nos currículos escolares, mas também o apoio ativo aos pequenos empresários na adoção de medidas ecoeficientes. Além disso, a integração de políticas públicas em projetos de obras públicas é essencial, garantindo que cada empreendimento contribua para um futuro mais sustentável.

Na esfera urbana, a reorganização dos sistemas de gestão deve ser uma prioridade, estabelecendo novos marcos que promovam estratégias ecológicas e sociais. A implementação de projetos com menor custo e menor impacto ambiental deve ser uma diretriz, favorecendo ações locais que se alinhem com as necessidades específicas de cada comunidade. A disseminação da inovação deve ser abrangente, incentivando práticas sustentáveis em todas as camadas da

sociedade. Isso envolve não apenas a promoção de transportes não poluentes e a criação de hortas e jardins comunitários, mas também o envolvimento ativo de lideranças locais no processo.

Atualmente, observa-se uma lacuna significativa em estratégias tangíveis para melhorar a sustentabilidade por parte da Prefeitura. É fundamental preencher essa lacuna com um planejamento abrangente que equilibre as demandas urgentes nas áreas de saúde e educação com a necessidade de preservar o meio ambiente, somente assim será possível construir um futuro mais resiliente e equilibrado para toda a comunidade.

A busca por um futuro mais sustentável, sem comprometer a natureza peculiar de uma cidade do interior e a qualidade de vida de seus habitantes, é um desafio da cidade de Macaparana. Diante desse cenário, é essencial aprofundar o debate sobre sustentabilidade, considerando as realidades locais. Propõe-se, a partir desse reconhecimento, a formulação de políticas públicas que se alinhem e integrem efetivamente às iniciativas privadas, maximizando oportunidades e, ao mesmo tempo, mitigando problemas, criando um caminho integrado e harmonioso para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Ao discutir o desenvolvimento, é fundamental reconhecer que não se trata de um processo natural, evoluindo de forma espontânea. Pelo contrário, requer uma análise criteriosa, considerando a integração holística e evitando rupturas abruptas nas medidas econômicas e sociais.

A criação de uma agenda de desenvolvimento focada em cidades sustentáveis e o consumo consciente deve priorizar a construção de estruturas que promovam inclusão social e respeito à diversidade. Nessa perspectiva, é crucial envolver de forma mais ativa a sociedade civil, indo além das tradicionais audiências públicas e engajando-a no planejamento e na implementação de políticas públicas. Uma colaboração efetiva entre a sociedade e o Estado é indispensável para orientar decisões que visem um desenvolvimento equitativo e sustentável. No âmbito municipal, a prefeitura desempenha um papel central ao conciliar os interesses entre os agentes econômicos e sociais com a gestão ambiental. Isso engloba o desenvolvimento de estratégias sustentáveis, a promoção da reutilização de resíduos sólidos e o estímulo ao uso de insumos menos prejudiciais ao meio ambiente e mais sustentáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que o Plano Diretor é uma ferramenta essencial para promover a sustentabilidade em áreas urbanas e rurais, pois orienta o desenvolvimento de regiões de forma equilibrada, levando em consideração aspectos ambientais, sociais e econômicos. Também pode promover o desenvolvimento econômico sustentável, incentivando práticas comerciais responsáveis e a criação de empregos verdes.

Assim, considerando as informações apresentadas e a importância, as oportunidades e metas do Plano Diretor, pode-se afirmar que ele se faz essencial em todas as cidades, pois ele cria um legado positivo para as gerações futuras, estabelecendo bases para o desenvolvimento equitativo, ambientalmente responsável e economicamente viável das cidades e regiões, contribuindo para um futuro mais sustentável e resiliente.

Considera-se a partir deste trabalho que atender aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis é uma questão de sobrevivência e que é necessário possibilitar a formação de cidadãos globais. Também, descobriu-se a necessidade da promoção de debates constantes deste tema para fazer valer a função do Direito à cidade e da vida urbana sustentável. Percebeu-se ainda, a importância de uma maior promoção dos ODS para a população da cidade de Macaparana, em razão de ser uma cidade pequena e com grande potencial para ser referência de sustentabilidade no âmbito de proteção à vida terrestre e urbana.

Assim, entende-se também, que o estudo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é fundamental para a integração do poder de formulação de políticas públicas para alcançarmos os objetivos e metas da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

1. BELTRÃO, B. A. et al. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado de Pernambuco**: relatório diagnóstico do município de Macaparana. 2005. Disponível em: <<https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/16487>>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.
2. BRASIL. **Constituição Federal, 1988** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 de março de 2023 às 15:43.
3. BRASIL. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/estatutocidade2002.pdf>. Acesso: 06 de março de 2023 às 16:07.
4. CERQUEIRA, Wanilza Marques De Almeida. **Patentes Farmacêuticas no Período Pós-Trips**: Uma análise do Tratado Transpacífico no contexto da mudança na governança em relação ao Comércio Internacional e da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2017. 142 f. Tese de doutorado (Programa de pós-graduação em Direito). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25397?locale=pt_BR. Acesso em: 02 de junho de 2023 às 20:15.
5. CLARO, P. B. de O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações**. Revista de Administração, [S. l.], v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008. DOI: 10.1590/S0080-21072008000400001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44483>. Acesso em: 30 maio de 2023 às 08:32.
6. CNM - Confederação Nacional de Municípios, Planej. Territorial e Habitação. **Menos de 1% dos Municípios recebeu apoio financeiro da União para elaborar ou revisar o Plano Diretor nos últimos 14 anos**. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/menos-de-1-dos-municipios-recebeu->

apoio-financeiro-da-uniao-para-elaborar-ou-revisar-o-plano-diretor-nos-ultimos-14-anos. Acesso em: 29 de novembro de 2023.

7.CÓDIGO FLORESTAL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 05 de junho de 2023 às 22:20.

8.**Declaração sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, 2002.** Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/decpol.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2023 às 21:59.

9.INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Macaparana.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/macaparana>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

10.KERKHOFF, J. A. **O Plano Diretor Participativo como Instrumento de Sustentabilidade Urbana.** Ciências Sociais Aplicadas em Revista, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 171 a 184, 2013. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/8854>. Acesso em: 23 set. 2023.

11.LEMOS, M. F. R. C. (2010). **Adaptação de cidades para mudança climática: uma metodologia de análise para os planos diretores municipais.** Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: objdig.ufrj.br/21/teses/774046.pdf. Acesso em: 20 de março de 2023 às 20:50.

12.MACAPARANA. CÂMARA MUNICIPAL MACAPARANA. **Indicação nº 14/2017.** Disponível em: <https://transparencia.macaparana.pe.leg.br/uploads/5261/2/atos-oficiais/2017/requerimento/14-2017.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

13.MACAPARANA. CÂMARA MUNICIPAL MACAPARANA. **Indicação nº 39/2018.** Disponível em: <https://transparencia.macaparana.pe.leg.br/uploads/5261/2/atos-oficiais/2018/indicacao/39-2018.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

14.MACAPARANA. CÂMARA MUNICIPAL MACAPARANA. **Indicação nº 40/2022.** Disponível em: <https://transparencia.macaparana.pe.leg.br/uploads/5261/2/atos->

oficiais/2022/indicacoes/1649420189_ind402022.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

15.MARIANO, Erika Liria Matsugano. **O papel da prefeitura municipal na implantação das ODS 11 e 12 no âmbito do município da Lapa/PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/24397>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

16.NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade/Luis Felipe Nascimento.** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15365410042013Gestao_Ambiental_Sustentabilidade_Aula_1. Acesso em: 30 de maio de 2023 às 08:50.

17.ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU – Brasil. **ONU Brasil.** Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-02/Brasil_Relatorio_Progresso_2019.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2023 às 22:22.

18.PARFITT, C. M. **Impacto urbano em áreas de interesse e proteção ambiental.** Dissertação de Mestrado, Rio Grande do Sul: UFRS, 2002. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000414202&loc=2005&l=430433dc38500106>. Acesso em 04 de junho de 2023 às 22:18.

19.Prefeitura Municipal de Macaparana. **Plano Diretor do Município de Macaparana.** Lei nº 023/2006. Macaparana, 2006. Disponível em: <https://macaparana.pe.transparenciamunicipal.online/uploads/5261/1/atos-oficiais/2006/leis/LEI8612006.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2023 às 14:57.

20.REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. **Plano Diretor e Planejamento Estratégico Municipal.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, p. 255-271, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/5ttcZM34mg6YZpLsmmFH6Hh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de março de 2023 às 21:17.

21.TORRES, Marcos Abreu. **Estatuto da Cidade: sua interface no meio ambiente.** Revista de Direito Ambiental, v. 45, p. 196-212, 2006. Disponível em:

http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/9/docs/doutrina_estatuto_de_cidade. Acesso em: 04 de junho de 2023 às 21:32.

22.VARGAS, C. B. **Sustentabilidade e consumo consciente**: a percepção da evolução do modo de consumir e como isso pode afetar a gestão nos próximos anos. In: AMOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, POS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO, 15., 2015, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2015. p. 1-16. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/view/4187>. Acesso em: 28 de maio de 2023 às 19:56.

23.VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Dilemas do plano diretor**. Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: https://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Dilemas_PD_Villa%C3%A7a.pdf Acesso em: 22 de maio de 2023 às 22:21.

ANTEPROJETO DE UM ABRIGO PARA ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB.

Letícia Rodrigues Venâncio
Ana Luzia Pita

RESUMO

Este trabalho explora um tema bastante conhecido no cotidiano atual, o do abandono de animais, que além de ser uma infração penal, também é um problema de saúde pública no município pela Lei Federal nº 9.605 de 1998 (Lei de Delitos Ambientais). Devido à falta de centros especializados para resgate e de tratamento de animais domésticos abandonados, aliada à inadequação das ONGs existentes em promover espaços para o bem-estar dos animais recrutados, é relevante o estudo desse tema. Assim, após algumas pesquisas iniciais sobre o assunto, e percebendo que havia ações que poderiam ser feitas para ajudar e auxiliar no combate ao abandono e à crueldade contra os animais, surgiu a ideia de desenvolver um anteprojeto de um abrigo para cães e gatos em situação de rua na cidade de João Pessoa -PB. A metodologia envolveu cinco etapas. Iniciou-se com uma revisão bibliográfica abrangente. Em seguida, foram analisados projetos similares usando o método de Geoffrey H. Baker. A terceira etapa focou na análise de legislação e condicionantes, considerando normativas e características do terreno. A quarta etapa definiu conceito, partido e apresentou um estudo preliminar do anteprojeto. Finalmente, a quinta etapa concentrou-se no desenvolvimento técnico do anteprojeto, incluindo desenhos para uma compreensão clara do projeto. Para implementar esta proposta foi selecionado um terreno de 11.500 m² no bairro de Mangabeira. O terreno atendeu satisfatoriamente às necessidades do abrigo, pois possuía amplo espaço e estava próximo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), no qual facilmente pode servir de apoio para tal equipamento. O projeto inclui edificações como canis e gatis, áreas de lazer, locais de adoção e uma clínica veterinária destinada a prestar assistência médica aos animais resgatados. O conceito central da proposta reside na harmoniosa integração com a natureza, proporcionando não apenas proteção, mas também um ambiente acolhedor. São delineadas áreas que buscam criar uma sensação de pertencimento tanto para os animais quanto para os visitantes e potenciais adotantes, promovendo uma conexão com o entorno natural.

Palavras-chaves: animais, abandono, abrigo.

2

ABSTRACT

This work explores a well-known issue in today's daily life, that of animal abandonment, which in addition to being a criminal offense, is also a public health problem in the municipality under Federal Law No. 9.605 of 1998 (the Environmental Offenses Law). Due to the lack of specialized centers for the rescue and treatment of abandoned domestic animals, coupled with the inadequacy of existing NGOs in

promoting spaces for the welfare of recruited animals, it is relevant to study this topic. Thus, after some initial research into the subject, and realizing that there were actions that could be taken to help and assist in the fight against abandonment and cruelty to animals, the idea arose to develop a preliminary design for a shelter for homeless dogs and cats in the city of João Pessoa -PB. The methodology involved five stages. It began with a comprehensive literature review. Next, similar projects were analyzed using Geoffrey H. Baker's method. The third stage focused on analyzing legislation and constraints, considering regulations and terrain characteristics. The fourth stage defined the concept and design and presented a preliminary study of the project. Finally, the fifth stage focused on the technical development of the preliminary design, including drawings for a clear understanding of the project. To implement this proposal, a 11,500 m² plot of land was selected in the Mangabeira district. The plot of land satisfactorily met the needs of the shelter, as it had ample space and was close to the Zoonosis Control Center, which could easily serve as a support for such equipment. The project includes buildings such as kennels and catteries, leisure areas, adoption sites and a veterinary clinic to provide medical care for rescued animals. The central concept of the proposal lies in harmonious integration with nature, providing not only protection, but also a welcoming environment. Areas are designed to create a sense of belonging for the animals as well as for visitors and potential adopters, promoting a connection with the natural surroundings.

Keywords: animals, abandonment, shelter.

1 INTRODUÇÃO

A convivência entre humanos e animais de estimação tem evoluído ao longo do tempo, reconhecendo-se cada vez mais os benefícios físicos e emocionais que essa relação proporciona. Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 revelam que aproximadamente 46,1% dos lares brasileiros possuem pelo menos um cachorro, enquanto 19,3% têm pelo menos um gato. No entanto, a questão do abandono e dos maus-tratos a esses animais continua sendo um problema sério, com estimativas indicando cerca de 30 milhões de animais abandonados no Brasil, sendo 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Durante a pandemia de Covid-19, houve um aumento na adoção de animais de estimação, seguido por um aumento preocupante no abandono, atribuído a diversos fatores, incluindo medo de contágio, perda de renda e falecimento dos tutores. Apesar da atuação de várias ONGs e instituições de proteção animal, muitas delas enfrentam dificuldades financeiras para lidar com a demanda crescente. Na Paraíba, estima-se que há cerca de 80,5 mil animais em situação de abandono, com mais de 16 mil apenas em João Pessoa. O presente trabalho busca abordar esse problema, propondo um Abrigo Temporário para animais em situação de rua na cidade, reconhecendo o papel fundamental da arquitetura na promoção do bem-estar e da qualidade de vida desses animais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 RELAÇÃO ENTRE O HOMEM E OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

O capítulo dedicado ao referencial teórico busca fornecer um embasamento histórico e conceitual para compreender a relação entre humanos e animais, especialmente cães e gatos, e entre arquitetura e espaços destinados a esses animais. A convivência e domesticação de animais têm sido eventos significativos ao longo da história humana, sendo os cães uma das primeiras espécies a serem domesticadas, provavelmente por volta de 15 mil anos atrás, enquanto os gatos foram inicialmente domesticados para controle de ratos, mantendo seu comportamento selvagem. No entanto, essa convivência pode resultar em problemas, como aumento de agressões e transmissão de doenças, como a raiva.

Para garantir o bem-estar dos animais, é essencial acompanhamento veterinário, espaço confortável e companhia adequada. Estudos indicam que a presença de animais de estimação pode beneficiar o desenvolvimento emocional, educacional e comportamental de crianças e adolescentes, com cães e gatos sendo considerados os melhores provedores de suporte social. Pesquisas recentes mostram que crianças dão mais importância à companhia de animais de estimação do que de irmãos e irmãs, indicando o impacto positivo desses animais no desenvolvimento infantil. Em suma, o capítulo aborda a importância da relação homem-animal e os benefícios proporcionados pelos animais de estimação, destacando a necessidade de considerar esses aspectos na concepção de espaços destinados a esses animais.

2.2 O ABANDONO DE ANIMAIS

O abandono de animais é um problema crescente no Brasil, com estatísticas da OMS indicando que cerca de 30 milhões de animais são abandonados, sendo 60% deles cachorros. A falta de responsabilidade dos proprietários, muitas vezes adotando por impulso, é uma das principais razões para o abandono. A dificuldade na relação entre dono e animal, incluindo custos, trabalho e necessidade de adestramento, pode levar ao arrependimento da adoção. Animais abandonados enfrentam riscos de doenças nas ruas, sendo cães e gatos os principais transmissores de zoonoses para humanos. A castração é uma medida importante para controlar a reprodução desgovernada desses animais e reduzir a taxa de natalidade. O abandono é mais comum durante as festas de fim de ano e carnaval, quando as pessoas costumam viajar, deixando os animais sem cuidados médicos e sujeitos a agressões e acidentes. A legislação brasileira estabelece penalidades para o abandono e maus-tratos a animais, protegendo-os como parte do meio ambiente. É essencial garantir o cuidado e bem-estar dos animais abandonados para controlar os riscos de doenças e garantir sua proteção legal.

2.3 BEM-ESTAR ANIMAL EM ABRIGOS

O conceito de bem-estar animal enfatiza a importância de proporcionar condições que permitam aos animais se adaptarem ao ambiente em que vivem.

Elementos como liberdade, felicidade, controle, saúde e segurança são essenciais para promover o bem-estar geral dos animais. O papel das ONGs de proteção animal é fundamental na implementação de políticas públicas de Manejo Populacional de Cães e Gatos (MPCG) e na disseminação de conceitos como guarda responsável. Os abrigos desempenham um papel crucial na recuperação e reintrodução de animais abandonados para adoção, mas programas de conscientização e manejo populacional são igualmente importantes para abordar a questão do abandono. A avaliação do bem-estar animal pode ser realizada com base nas cinco liberdades dos animais, considerando suas necessidades físicas, comportamentais, cognitivas e ambientais. A medicina veterinária desempenha um papel vital na administração de vacinas e no cuidado da saúde dos animais em abrigos. Projetar abrigos adequados é essencial para garantir o bem-estar dos animais, levando em consideração fatores como espaço, iluminação, ventilação e segurança. Os abrigos devem seguir diretrizes específicas para garantir o conforto e a saúde dos animais, incluindo áreas de quarentena, baias individuais e coletivas, gatis e espaços para lazer. O projeto de abrigos deve ser cuidadosamente planejado, considerando as necessidades específicas dos animais e garantindo condições adequadas de vivência temporária.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico de um abrigo para animais em situação de rua na cidade de João Pessoa – PB foi dividida em cinco etapas essenciais:

Embasamento Teórico: Iniciou-se com uma revisão bibliográfica detalhada, explorando diversos acervos como revistas, dissertações, artigos, normas e outros materiais relevantes para criar uma base de conhecimento sólida sobre o tema. **Estudos de Correlatos:** Esta etapa concentrou-se na análise de projetos semelhantes, buscando identificar suas características e potenciais. Utilizou-se o método de Geoffrey H. Baker, que considera elementos como a característica única do local, a simbologia aplicada, a intenção por trás do uso, as dinâmicas de movimento e a estrutura dos projetos análogos.

Análise de Legislação e Condicionantes: Foi realizada uma análise detalhada da legislação e dos condicionantes relacionados à área de intervenção, incluindo estudos das normativas locais como o código de urbanismo e o plano diretor. O uso do software QGIS auxiliou na caracterização do entorno, condicionantes legais, climáticas e topografia.

Conceito, Partido e Anteprojeto: Nesta etapa, foram estudados e definidos o conceito e o partido arquitetônico para o projeto. Foram criadas ideias iniciais, conceitos-chave e diretrizes gerais que orientaram o desenvolvimento. Também foi apresentado um estudo inicial de anteprojeto, incluindo o programa de necessidades, pré-dimensionamento, fluxograma e setorização.

Desenvolvimento do Anteprojeto: Finalmente, toda a parte técnica do anteprojeto foi desenvolvida nesta fase. Isso incluiu a criação de desenhos técnicos detalhados, permitindo uma compreensão clara e completa do projeto arquitetônico proposto.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 DIAGNÓSTICO DO OBJETO DE ESTUDO

O projeto do abrigo para cães e gatos em situação de rua em João Pessoa, Paraíba, foi concebido com o objetivo de abordar o problema do abandono de animais, oferecendo uma estrutura que os receba e proporcione um ambiente integrado com a natureza. O conceito chave da proposta é a integração entre o interior e o exterior do abrigo, criando espaços acolhedores para animais e visitantes. O programa de necessidades foi elaborado considerando diretrizes técnicas e inspirações de projetos relacionados, abrangendo áreas administrativas, de suporte, canis, gatis, e áreas clínicas veterinárias. O fluxograma foi desenvolvido para garantir a funcionalidade integral do abrigo, promovendo a integração do espaço e a privacidade dos usuários. O memorial descritivo detalhou a setorização do terreno, a vegetação escolhida para proporcionar sombra e conforto térmico, e a estrutura do abrigo, que utiliza concreto armado e telhas termoacústicas. A caixa d'água foi dimensionada de acordo com as necessidades diárias dos usuários e

animais, com reservas para emergências. Quanto aos materiais, foram escolhidas esquadrias de alumínio preto, vidros refletivos, concreto aparente, brises verticais e detalhes em madeira para conferir uma estética moderna e acolhedora ao abrigo (Figuras 01 e 02). Painéis de PVC com a logo do abrigo foram utilizados para personalizar o espaço. Em conclusão, o projeto busca humanizar o espaço de acolhimento para animais de rua, incentivando a adoção responsável e proporcionando um ambiente mais adequado para os animais e a comunidade. A integração com a natureza e o cuidado com o bem-estar dos animais são aspectos fundamentais desta proposta (Figura 03).



Figura 01: Pet Shop Abrigo Soul Pet.

Fonte:



Figura 02: Pet Shop Abrigo Soul Pet

Fonte:



Figura 03: vegetação.

Fonte:

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo analisar espaços de abrigo para cães e gatos em situação de rua no município João Pessoa-PB, com foco na prestação de serviços gratuitos. A abordagem arquitetônica centrou-se no bem-estar animal, procurando compreender a funcionalidade do abrigo, apoio veterinário e soluções arquitetônicas que visam melhorar o conforto animal.

O principal objetivo da criação deste abrigo para cães e gatos de rua foi humanizar o espaço de atendimento e acolhimento e proporcionar um ambiente mais adequado aos animais. Além disso, trabalha para conscientizar e incentivar a adoção voluntária e responsável desses animais.

Após concluir este trabalho, sinto-me contente e realizada em entender e projetar um espaço que atenda às necessidades do público-alvo. Isto destaca a importância das interações entre humanos e animais, e dos ambientes que tornam essa convivência harmoniosa e benéfica para ambas as partes.

REFERÊNCIAS

1. PORTAL EDUCAÇÃO. **O abandono de animais**. 09 ago. 2013. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/cotidiano/o-abandono-de-animais/49783> . Acesso em: 22/03/2023.
 2. PUREWAL, R. et al. **Companion Animals and Child/Adolescent Development: A Systematic Review of the Evidence**. Int. J. Environ. Res. Public Health. v.14, n.3, p.234, 2017. Acesso em: 25/05/2023.
 3. REBELLO, Yopanan. **A Concepção Estrutural e a Arquitetura**. Disponível em: <https://tinyurl.com/y62n3r9v>. Acesso em: 26/10/2023
 4. SANTOS, A.C.J. **Projeto de um Centro de Acolhimento e Tratamento de Animais Domésticos de Pequeno e Médio Porte em Lagarto/SE**. Trabalho de Conclusão de Curso. Lagarto/PE. 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24911/1/ARTIGO%20-%20TFG%20-%20CENTRO%20DE%20ACOLHIMENTO%20E%20TRATAMENTO%20DE%20ANIMAIS%20DE%20M%C3%89DIO%20E%20PEQUENO%20PORTE%20DE%20LAGARTO%20SE%2C%20ANA%20CARLA.pdf>. Acesso em: 15/05/2023.
 5. SCHULTZ, S. **Abandono de animais – A dura realidade da vida nas ruas**. 16 fev. 2009. Disponível em: <http://www.portalnossomundo.com/site/mais/artigos/abandono.html>. Acesso em: 22/03/2023.
 6. SHOPCAIXA. **Caixas d'Água**. Disponível em: <https://shopcaixa.com.br/caixas-agua/8000/>. Acesso em: 26/11/2023.
 7. SOUZA, F. P. **Guia técnico para construção e manutenção de abrigos e canis**. Curitiba: CRMV-PR, 2016. 35 p. Acesso em: 17/05/2023.
 8. TATIBANA, L.S.; COSTA-VAL, A.P. **Relação homem-animal de companhia e o papel do médico veterinário**. Revista Veterinária e Zootecnia em Minas, n. 103, 2009. Acesso em: 01/05/2023
- APROBATO FILHO, N. Fidelidade e traição entre cães e seres humanos.

9. **Scientific American Brasil**, São Paulo, n. 56, p.51-59, 2013. Edição especial Vida Animal. Acesso em: 16/05/2023

10. ARONS EN GELAUFF ARCHITECTEN. **Animal Refuge Centre** / Arons en Gelauff ArchDaily. Disponível em:

<https://www.archdaily.com/2156/animal-refuge-centre-arons-en-gelauff-architecten>. Acesso em: 08/05/2023.

11. BAKER, G.H. **Análisis de la forma - Urbanismo e arquitetura**. México: Gustavo Gili, 1998. Acesso em: 10/05/2023

12. BARROS, P.N.M. et al. **Consequências do abandono animal nas áreas urbanas**. Anais CIC Fio. 2019. Disponível em: <http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2019/pdf/03.59.pdf> Acesso em: 03/04/2023.

13. BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 03/04/ 2023.

14. BROOM, D.M.; MOLENTO, C.F.M. **Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas - revisão**. Archives of Veterinary Science, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-11, 2004. Acesso em: 08/05/2023

15. CARVALHO, M.C. et al. **Abrigo para Animais Abandonados: Projeto Arquitetônico para Cães e Gatos em Situação de Abandono na Cidade de Aracaju, Bahia**. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/19745/1/ARTIGO.pdf>. Acesso em: 18/05/2023.

16. COBASI. **Abandono de animais domésticos cresce 70% durante a pandemia**. Disponível em:

<https://blog.cobasi.com.br/abandono-de-animais-domesticos-cresce-70-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 03/04/2023.

17. COSTA, E. C. **Animais de estimação: uma abordagem psico-sociológica da concepção dos idosos** (Dissertação de Mestrado em Saúde Pública). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006. Acesso em: 05/04/2023.

18. EDITORA BLUCHER. **Clínicas e Laboratórios - Guia Prático**. 2006. Disponível em: https://issuu.com/editorablucher/docs/issuu_manual_cl_nicas_laborat_rios_9788521205074. Acesso em: 02/09/2023
19. FARIAS, L.L.F. **Memorar retalhos**. Anteprojeto de abrigo temporário para cães e gatos em situação de na cidade de João Pessoa-PB. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário de João Pessoa-Unipê, João Pessoa-PB, 2020. Acesso em: 27/03/2023.
20. GALDIOLI, L. et al. **Medicina de abrigos – desafios e avanços no Brasil**. Revista Clínica Veterinária, v. 144, p. 28-34, 2020. Acesso em: 05/04/2023.
21. GONÇALVES, V.C.de S. **Das consequências jurídicas ao garantir castração a animais e seu impacto socioeconômico na saúde pública**. 2016. Monografia (Curso de Bacharel em Direito). Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, São Paulo, 2016. Acesso em: 07/05/2023.
22. HENZEL, M. **O enriquecimento ambiental no bem-estar de cães e gatos**. 2014. 53 f. Monografia (Especialização) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Acesso em: 07/05/2023.
23. Instituto Pet Brasil. **"País tem 39 milhões de animais em condição de vulnerabilidade"**. Disponível em: <http://institutopetbrasil.com/imprensa/pais-tem-39-milhoes-de-animais-em-condicao-de-vulnerabilidade/>. Acesso em: 20/03/2023.
24. LANGONI, H. **Conhecimento da população de Botucatu-SP sobre guarda responsável de cães e gatos**. Vet. e Zootec. v.18, n.2, p.297-305, 2011. Acesso em: 19/04/2023.
25. LAZZAROTTO, J. J. **Revisão de literatura relação entre aspectos nutricionais e obesidade em pequenos animais**. R. Un. Alfenas, Alfenas, p.33-35, 1999. Acesso em: 26/05/2023.
26. **METEO BLUE**. Disponível em: <https://www.meteoblue.com>. Acesso em: 15 de agosto de 2023.

27.MOUTINHO, F.F.B. et al. **Percepção da sociedade sobre a qualidade de vida e o controle populacional de cães não domiciliados**. Ciência Animal Brasileira, v. 16, n. 4, p. 5744-588, 2015. Acesso em: 24/05/2023.

28.OURIQUES, J.R. **Bem-estar animal**. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2018. Disponível em:

https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/12331/1/TCC_I_MAT_JOANA_OURIQUES.pdf. Acesso em: 18/05/2023.

29.PSACF. **Palm Springs Animal Care Facility** / Swatt Miers Architects. ArchDaily. Disponível em:

<https://www.archdaily.com/237233/palm-springs-animal-care-facility-swatt-miers-architects>. Acesso em: 08/05/2023.

30.PLANALTO.GOV.BR. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 20/03/2023.

31.PORTAL CORREIO. **Paraíba tem 80,5 mil cachorros e gatos em situação de rua e projeto de Tovar institui o Dia da Adoção Animal**. Portal Correio, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/paraiba-tem-805-mil-cachorros-e-gatos-em-situacao-de-rua-e-projeto-de-tovar-institui-o-dia-da-adocao-animal/>. Acesso em: 04/05/2023

ANTEPROJETO DE UM CENTRO CULTURAL DE ARTESANATO PARAIBANO PARA O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB.

João Victor de Almeida Monteiro¹⁹
Tayene de Oliveira Pinto²⁰

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta, a nível de anteprojeto, uma proposta de centro cultural de artesanato paraibano para o município de João Pessoa - PB, com o objetivo de valorizar essa tradição como fonte de cultura e educação para o nosso corpo social, e estimular a disseminação e aprendizado dessa técnica. Mediante ao que foi exposto anteriormente, foi realizado um estudo teórico sobre o conceito de centro cultural e sua composição, além de uma análise dos exemplares arquitetônicos de uso semelhante existentes no município que ele será inserido. Também foi realizado um estudo sobre o artesanato, analisando mais especificamente sobre o artesanato paraibano e suas tipologias mais trabalhadas nesse recorte, e ainda, a importância histórica, econômica e social desse costume. Ademais, foi efetuado um estudo de dois projetos com o mesmo uso do anteprojeto proposto para a determinação de técnicas, soluções e estratégias projetuais a serem usadas, com o intuito de promover um espaço adequado para os seus usuários. Por fim, foram analisados: localização, entorno, condicionantes legais e climáticas e caracterização do terreno de intervenção para a conclusão das diretrizes projetuais a serem desenvolvidas na proposta de anteprojeto do centro cultural de artesanato paraibano.

Palavras-chaves: Centro cultural; Artesanato; Paraíba.

ABSTRACT

The present final paper shows, in a preliminary design level, a proposal of a cultural center of Paraíba's craftsmanship placed in João Pessoa - PB, with the purpose of enriching this tradition as a source of culture and education to our community, and stimulate the propagation and learning about this technique. Based on what was previously explained, a theoretical study was accomplished about the concept of a cultural center and its composition, besides an analysis of the architectural buildings with the same typology in the city that it will be placed in. Also, a study about the Paraíba's craftsmanship was fulfilled, analyzing the crafts categories used in the estate, besides, its historical, economic and social values. Furthermore, a study of two architectural projects with the same typology as the proposition was accomplished to determine project techniques, solutions and strategies, to promote an appropriate accommodation to the people who's going to use the center. Lastly, the location, surroundings, legal and climatic conditions and the technical features of the intervention lot were analyzed in order that, the development to be projectual guidelines regarding the proposal of a cultural center of Paraíba's craftsmanship were fulfilled.

¹⁹ Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo E-mail: joaovictoralmeida14@gmail.com

²⁰ Arquitecta e Urbanista Especialista (UNIESP) E-mail: tayenepinto@iesp.edu.br

Key words: Cultural center; Craftsmanship; Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

O termo “centro cultural” possui um conceito de ampla apreensão, por isso existe uma fluidez sobre o que o caracteriza. Milanesi (1997) afirma que os centros culturais são espaços em que se assegura o funcionamento de todas formas de criação artísticas, principalmente de artes plásticas. Além disso, o autor também trata que equipamentos com funções semelhantes dependendo do lugar que se encontram não recebem o mesmo nome, bibliotecas, museus e teatro, juntos ou separados podem ser reconhecidos como centros de cultura.

Baseado nesse pressuposto, podemos estabelecer um centro cultural como um espaço atribuído para diversas manifestações culturais com intuítos sociais e educativos, no qual, esse único espaço sirva como um meio de reunir, contemplar e disseminar culturas materiais e imateriais, com o propósito de difundir e expor culturas advindas de naturezas distintas e incentivar as relações culturais entre as pessoas na sociedade.

A cultura é um fenômeno que se apresenta intrínseco ao desenvolvimento do ser humano que vive em sociedade, além de ser um resultado de experiências, valores e ideais de vivências sociais. Dentro de suas muitas vertentes, a cultura também apresenta a arte como um de seus grandes aspectos, no qual o artesanato se apresenta como um tipo de arte plástica, onde o trabalho feito à mão e técnicas advindas de uma herança social e cultural são os fatores principais que a caracterizam. O artesanato, muitas das vezes, faz o uso de técnicas simples e autênticas, decorrente de ser uma prática histórica, produzindo na maioria das vezes produtos diferentes um dos outros. Por consequência, os objetos criados trazem um significado, além de trazer consigo uma representação cultural (Scopel, Carvalho e Olivo, 2019).

Ademais, o artesanato sempre se mostrou como um grande fator econômico para o corpo social, onde desde a antiguidade se apresenta como um dos principais meios de mercantilização e lucro para a comunidade. O artesanato brasileiro movimenta cerca de 100 bilhões de reais por ano no território nacional que são geridos por mais de 8,5 milhões de artesãos distribuídos pelo Brasil (Da Redação Jota, 2022). Desta forma, além de sabermos da importância cultural da prática artesanal, também podemos reconhecer sua importância econômica para a

sociedade brasileira, onde além de movimentar a economia, diversas famílias ganham seu sustento com essa atividade.

Além disso, o Brasil se apresenta como um país que tem um valor cultural extremamente inoidável e significativo, que devido a sua grande extensão territorial mostra uma pluralidade e diversificação das culturas desenvolvidas no decorrer de sua história. O estado da Paraíba, onde se encontra a cidade de João Pessoa, terceira cidade mais antiga do país, apresenta uma cultura local muito rica, devido ao seu longo contexto histórico, e de grande importância para os brasileiros e paraibanos, em que sua vertente artística se apresenta como um dos maiores fatores para esse apreço cultural.

O artesanato paraibano é considerado um dos principais fatores que influenciam nessa afeição pela cultura local no estado no qual se apresentam diversas tipologias distribuídas regionalmente. Ainda mais, Damásio, Régis e Carvalho dizem que:

O artesanato assume características típicas da cultura nordestina, elementos como o bordado, o barro, o entalhe em madeira, o processamento do couro e a renda são as manifestações mais comuns da atividade (2014, p.01).

No qual, a cultura local e a ancestralidade do estado é celebrada e difundida por vários tipos de obras e elementos do artesanato.

O município de João Pessoa possui 825.726 habitantes em uma área territorial de 210.044 km² (IBGE, 2021). Examinando o âmbito artesanal é possível identificar que os equipamentos culturais de artesanato que se apresentam nesse contexto são: o Mercado de Artesanato Paraibano, o Centro de Artesanato de Tambaú - Júlio Rafael, a Feirinha de Artesanato de Tambaú, o Celeiro - Espaço Criativo, o Espaço Cultural José Lins do Rêgo, o Museu do Artesanato Paraibano - Janete Costa e o CRAP - Centro de Referência do Artesanato Paraibano.



Mapa 01: equipamentos de cultura e artesanato existentes em João Pessoa.
Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Analisando a distribuição geográfica destes equipamentos no Mapa 01, foi diagnosticado que os três primeiros equipamentos ficam localizados no bairro de Tambaú, o Celeiro - Espaço Criativo no bairro do Altiplano, o Espaço Cultural José Lins do Rêgo no Tambauzinho, o Museu do Artesanato Paraibano - Janete Costa no bairro do Centro e o CRAP - Centro de Referência do Artesanato Paraibano no bairro do Tambiá.

Ademais, a maioria desses equipamentos não apresentam as características de um centro cultural, como um “local de reuniões de produtos culturais, com a possibilidade de discuti-los e de praticar a criação de novos produtos” (Oliveira, 2006, p. 38 e 39), para disseminação da prática do artesanato paraibano, onde o Espaço Cultural José Lins do Rêgo e o CRAP - Centro de Referência do Artesanato Paraibano se mostram como as únicas exceções, no qual o Espaço Cultural não se tem um foco no artesanato, e o CRAP, mesmo possuindo um programa semelhante ao que será proposto, tem porte e alcance menores do que será apresentado. Além disso, todos os outros equipamentos funcionam como um espaço somente de venda e exposição de obras e elementos artesanais com foco no mercado turístico.

“A sociedade humana seria inimaginável sem arquitetura” (Tietz, 2008, p.6). Com isso, analisando a importância histórica, econômica e social que a cultura tem para a formação, desenvolvimento e participação ativa do ser humano na sociedade, associada à escassez de um equipamento eficiente para disseminação e ensino do artesanato paraibano na cidade de João Pessoa, considerando que a arquitetura é a

materialização de alguma necessidade, propõe-se um Centro Cultural de Artesanato Paraibano para João Pessoa, capital do estado Paraibano.

1.1 OBJETIVO GERAL

Propor um anteprojeto arquitetônico de um Centro Cultural de Artesanato Paraibano para o município de João Pessoa.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.2.1 Caracterizar o que é um centro cultural e a composição de seus espaços como um tipo de equipamento urbano.

1.2.2 Apresentar a importância histórica, econômica e social do artesanato paraibano como fonte de cultura e educação para a sociedade.

1.2.3 Desenvolver um anteprojeto arquitetônico de um centro cultural que atenderá as demandas de produção, promoção e ensino do artesanato paraibano.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CENTRO CULTURAL

2.1.1 Conceito

Milanesi (1997) afirma que os centros culturais foram criados na França próximo aos anos 1970, como um reflexo da importância que os franceses davam à cultura desde esse tempo. Com os efeitos da globalização, os países mais desenvolvidos começaram a construí-los, e somente após essa difusão mundial que chegaram ao Brasil. Os primeiros centros culturais brasileiros foram: o Centro Cultural do Jabaquara e o Centro Cultural de São Paulo, construídos na década de 1980 (Interliche e Padovan, p.04).

Não é possível saber quantos centros culturais temos no Brasil, ou quantos equipamentos foram registrados com essa nomenclatura, pois, teatros, bibliotecas e museus são centros culturais (Milanesi, 1997).

Com base nisso, Milanesi (1997) diz que após a disseminação da ideia de centros culturais pelo mundo, diversos lugares e políticos pretendiam construí-los, mas muitas das vezes não se eram discutidos o seu programa de atividades ou sua função.

Como já foi citado anteriormente, o centro cultural é um equipamento que tem uma diversificação sobre o que o caracteriza, diversos autores o interpretam e o contextualizam de maneiras diferentes, e com programas e necessidades que se divergem.

[...] o centro cultural pode ser definido pelo seu uso e atividades nele desenvolvidas. Podendo ser tanto um local especializado, de múltiplo uso, proporcionando opções como consulta, leitura em biblioteca, realização de atividades em setor de oficinas, exibição de filmes e vídeos, audição musical, apresentação de espetáculos, etc, tornando-se um espaço acolhedor de diversas expressões ao ponto de propiciar uma circulação dinâmica da cultura (Neves, 2012, p. 02).

A autora afirma que podemos definir o equipamento de centro cultural baseado em usos e as atividades que acontecerão nele, onde sempre as intenções dessas práticas serão de difundir e propagar a cultura. Baseado nisso, vemos que esse tipo de edificação, na maioria das vezes, terá um programa singular, feito especialmente para cada um com base em suas necessidades particulares.

[...] os centros culturais modernos são uma fusão desses espaços, são bibliotecas, museus, anfiteatros, galerias, salas de estudo, workshop e outros espaços que têm por objetivo a propagação da cultura e informação, além da unificação social, unidos em uma esfera de cultura e lazer (Interliche e Padovan, p. 03 e p.04).

Analisando o que foi dito pelos autores é possível reconhecer que o centro cultural independente do seu programa, ele abriga diversos propósitos e funções

dentro dele. No qual, mais uma vez estabelece que sua definição será estabelecida com base no que ele irá disponibilizar, na temática que ele vai focar, em quais atividades serão dispostas dentro dele. Também é perceptível que os autores concordam com Neves (2012), que o centro cultural se estabelece como um equipamento de celebração, ensino e propagação da cultura que é disseminada dentro dele.

Posteriormente em seu texto Neves (2012) conclui que os centros culturais em um processo crítico, criativo e dinâmico são espaços para se fazer culturas vivas por meio de obras de arte. Além disso, um centro cultural deve ser pensado em conjunto com o meio que ele está ou será inserido, pois ele é um lugar que diferente de alguns outros, o usuário deve viver uma experiência.

Tendo conhecimento da realidade social brasileira, os centros culturais também são espaços de proporcionar lazer aos indivíduos que o utilizam, onde grande parte da população brasileira não tem acesso a isso, mesmo sendo direito de todos. Então, não somente o centro cultural deve ser um lugar de disseminação da cultura, mas também, um lugar que proporcione lazer e bem-estar aos seus usuários (Interliche e Padovan, p. 06).

Ou seja, somando tudo que foi dito, o centro cultural deve ser um lugar bem analisado e estudado, para que o que ele proponha, consiga uma participação efetiva e satisfatória dos usuários que irão utilizá-lo. Ademais, esse lugar tem que ser um local de conversa e de debate, ele “não pode ser um espaço que funcione como uma distração, mas sim, ser conceituado como um local onde há centralização de atividades diversificadas [...]” (Neves, 2012, p. 03). Com isso, devemos estudar minuciosamente os elementos que compõem os espaços dentro desse tipo de edifício.

2.1.2 Sua Composição

Como já foi dito previamente, a composição do centro cultural deve ser feita e estudada com o máximo de atenção e detalhe possível, para que ele seja um espaço efetivo para a sociedade. Caso não sejam pensados elementos como:

funcionalidade, hospitalidade, acessibilidade, lazer e beleza, o objetivo de o centro cultural contemplar e atrair a sociedade será falho (Interliche e Padovan, p.07).

Para Neves, um centro cultural deve ter espaços em que os usuários consigam criar, conviver, discutir e ter acesso ao conhecimento. E estabelece que além de que terá diversidades programáticas, edificações desse tipo possuam espaços como:

[...] espaços de apoio, contendo dependências administrativas, almoxarifado, reservas técnicas, sanitários, espaços que proporcione suporte para a realização dos objetivos principais. Sendo acrescentadas aos espaços “complementares”, estendendo o programa de necessidades, visando atender a demanda relacionada aos interesses econômicos, tais como: as cantinas, restaurantes, lanchonetes, livrarias, lojinhas de artesanatos, dentre outros [...] (2012, p. 06).

E ainda acrescenta elementos que o projetista deve considerar como elementos hierárquicos no desenvolvimento do anteprojeto quando diz:

Com relação aos centros de cultura, os principais atributos são: possibilidade de vários acessos, democratização dos espaços, integração das diversas atividades através de visuais livres, adequação ambiental nas salas de exposições, integração do público (2012, p. 06).

Pensando no seu funcionamento, um centro cultural deve dispor de ambientes bem projetados não somente para o público alvo que irá frequentá-lo, mas também para os funcionários que estarão exercendo suas atividades por um maior período de tempo nesse espaço. Com isso podemos concluir que banheiros, almoxarifados, depósitos, reservas técnicas e salas do setor administrativo devem também ter uma maior atenção enquanto são projetados.

Considerando essa vertente programática da relação dos espaços de um centro cultural, pensando não somente no seu funcionamento administrativo, mas

também, no lazer que os usuários irão usufruir, Neves estabelece 3 verbos da língua portuguesa, que são: informar, discutir e criar; com o intuito de estabelecer melhor a formação desses espaços, especificando mais ambientes que podem ser abordados em uma edificação desse tipo:

As atividades programáticas exercidas nos espaços culturais resultam em uma composição de ambientes como: bibliotecas, salas de Internet, teatro, salas de exposição, entre outros (verbo informar); espaços de convivência e eventos, lanchonetes, salas de reunião, salas de jogos, etc, (verbo discutir); salas de múltiplo uso, ateliês, oficinas de arte, etc, (verbo criar); [...] (2012, pág. 10).

Ou seja, um centro cultural tem uma pluralidade de ambientes que podem ser projetados e estudados para fazerem parte de sua composição, onde muitas das vezes, para ter um maior alcance e fluidez projetual, os projetistas escolhem o uso de salas de multiuso para uma edificação desse tipo. Além disso, áreas de exposição e convivência, que tem como seu intuito fazer alguma divulgação ou passar alguma informação usualmente se mostram presentes.

Com isso, pensando sempre na liberdade cultural que deve ocorrer dentro de um centro cultural, essa edificação deve ser um âmbito de cultura viva, fazendo o melhor uso de seu espaço com ambientes que promovam coletividade e funcionamento para que o centro funcione como um equipamento urbano eficiente e promova a cultura.

2.1.3 Exemplos arquitetônicos com uso semelhante em João Pessoa

- Mercado de Artesanato Paraibano (MAP)

O Mercado de Artesanato Paraibano funciona como uma edificação para comércio de produtos artesanais focado no mercado turístico, onde são vendidos diversos elementos do artesanato paraibano em 120 lojas dispostas em 2

pavimentos com um pátio aberto, como pode ser visto na Figura 02, que compõem a edificação (Prefeitura de João Pessoa). A edificação está em estado conservado, dispondo de lojas de várias tipologias de artesanatos, lanchonetes, banheiros, área de convivência e elementos atrativos para turistas.



Figura 01: panorâmica da fachada de acesso principal.
Fonte: autor, junho de 2023.



Figura 02: lojas e pátio aberto.
Fonte: autor, junho de 2023.

- Centro de Artesanato de Tambaú - Júlio Rafael

Como o Mercado de Artesanato Paraibano, o Centro de Artesanato de Tambaú - Júlio Rafael também é um local de promoção do artesanato local com foco no mercado turístico. O Centro possui um programa menor do que o Mercado, possuindo 20 lojas de vendas dispostas em um corredor em uma planta baixa circular, como visto na Figura 04 (Prefeitura de João Pessoa).

A edificação está conservada, mas é perceptível a falta de investimento, onde não se tem áreas de convivência em seu interior, e alguns ambientes do prédio já apresentam marcas de descuidos.



Figura 03: acesso ao Centro de Artesanato.
Fonte: autor, junho de 2023.



Figura 04: corredor de Lojas.
Fonte: autor, junho de 2023.

- Feirinha de Artesanato de Tambaú

A Feirinha de Artesanato de Tambaú surgiu na década de 1980 e se localiza em frente ao Hotel Tambaú, um dos pontos turísticos mais importantes da cidade de João Pessoa. Com o mesmo intuito do Mercado de Artesanato Paraibano e do Centro de Artesanato de Tambaú - Júlio Rafael ele promove a venda de peças de artesanato em série e produtos turísticos, além disso, também vende alimentos regionais, dispostos em 45 boxes (Prefeitura de João Pessoa).

A edificação possui fachadas livres (Figura 06), ou seja, não apresenta muros, com isso, a estrutura da edificação é conservada, mas não dispõe lugares de convivência com mobiliário e funciona somente como um comércio.



Figura 05: fachada Feirinha de Artesanato.
Fonte: autor, junho de 2023.



Figura 06: lojas.
Fonte: autor, junho de 2023.

- Celeiro - Espaço Criativo

O Celeiro - Espaço Criativo é um espaço de exposição e promoção, no qual apresenta obras de mais de 140 artesãos e artistas plásticos paraibanos dispostos para visitação pública (Prefeitura de João Pessoa). A estrutura da edificação não está muito conservada, observando a Figura 08, as fachadas de acesso de serviço estão sujas e manchadas, além disso o paisagismo do terreno não é cuidado, e o agenciamento da edificação está tomado por plantas descuidadas. O equipamento também não propõe muitas atividades que despertem o interesse e uso pela sociedade.



Figura 07: fachada de Acesso principal.
Fonte: autor, junho de 2023.



Figura 08: acesso de serviço lateral.
Fonte: autor, junho de 2023.

- Espaço Cultural José Lins do Rêgo

O Espaço Cultural José Lins do Rêgo, um dos projetos arquitetônicos mais importantes da cidade de João Pessoa, foi inaugurado no ano de 1982. No local funcionam diversos tipos de programas e atividades culturais, como: Museu José Lins do Rêgo, Teatro Paulo Pontes, Planetário, Galeria Archidy Picado, dentre outros (Prefeitura de João Pessoa). A edificação dispõe de uma estrutura muito boa, onde com uma grande frequência são realizados eventos culturais, mas não se tem um foco no recorte de artesanato.



Figura 09: panorâmica da fachada de acesso principal.
Fonte: autor, junho de 2023.

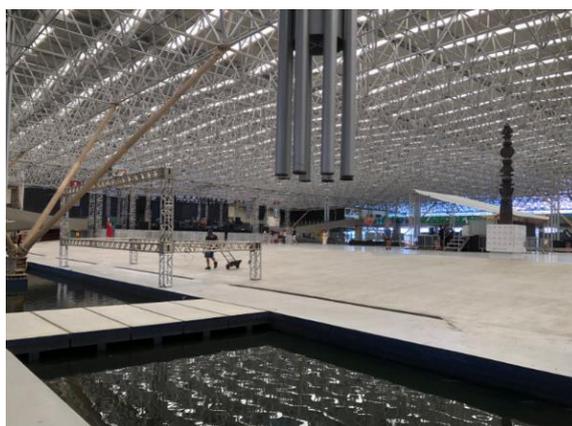


Figura 10: espaço interno.
Fonte: autor, junho de 2023.

- Museu do Artesanato Paraibano - Janete Costa

O Museu do Artesanato Paraibano - Janete Costa, também chamado de Casa do Artista Popular, foi inaugurado em 2005 e é um equipamento cultural instalado em um casarão histórico que expõe mais de mil peças do artesanato paraibano, além de possuir biblioteca, salas de exposição (Figura 12) e reuniões e cursos disponíveis em seus espaços (Governo da Paraíba, 2020). A edificação é muito bem conservada e dispõe de exposições muito ricas de elementos do artesanato paraibano, não existem espaços como: lanchonetes e salas de multiuso.



Figura 11: fachada de acesso principal.
Fonte: autor, junho de 2023



Figura 12: sala de Exposição.
Fonte: autor, junho de 2023.

- Centro de Referência do Artesanato Paraibano (CRAP)

O Centro de Referência do Artesanato Paraibano é um espaço de atendimento ao artesão que promove espaços como: sala de capacitação, sala de reunião, mini auditório, dentre outros. Na edificação também se faz presente o Programa de Artesanato Paraibano, onde inclusive pode ser emitida a Carteira Nacional de Artesão (Governo da Paraíba, 2020). É o equipamento mais semelhante com o que será proposto, no momento da visita pelo autor, em junho de 2023, estava passando por uma reforma (Figuras 13 e 14). Mesmo disponibilizando salas de multiuso, oficinas, mini auditório, entre outros, o equipamento tem um porte pequeno, onde só é disponibilizado um de cada ambiente citado anteriormente; e não dispõe de espaços de convivência e lanchonete.



Figura 13: fachada de acesso principal.
Fonte: autor, junho de 2023.



Figura 14: recepção do Centro.
Fonte: autor, junho de 2023.

Com isso, concluímos a necessidade de um equipamento capacitado e de maior porte para o município de João Pessoa.

2.2 ARTESANATO PARAIBANO

O artesanato paraibano é um dos maiores reflexos dos costumes, tradições e da história do estado da Paraíba, onde existem diversos tipos de produção e comercialização desses produtos, que refletem de maneira significativa na economia, nas práticas sociais e na valorização cultural estadual.

Primeiramente, para entendermos e caracterizarmos o que é o artesanato precisamos diferenciá-lo da arte popular. Em uma análise contemporânea, a arte popular é o tipo de arte que não é produzida em série, não se tem uma preocupação

com a funcionalidade da peça e normalmente está exposta em galerias e eventos artísticos (Lima, 2007).

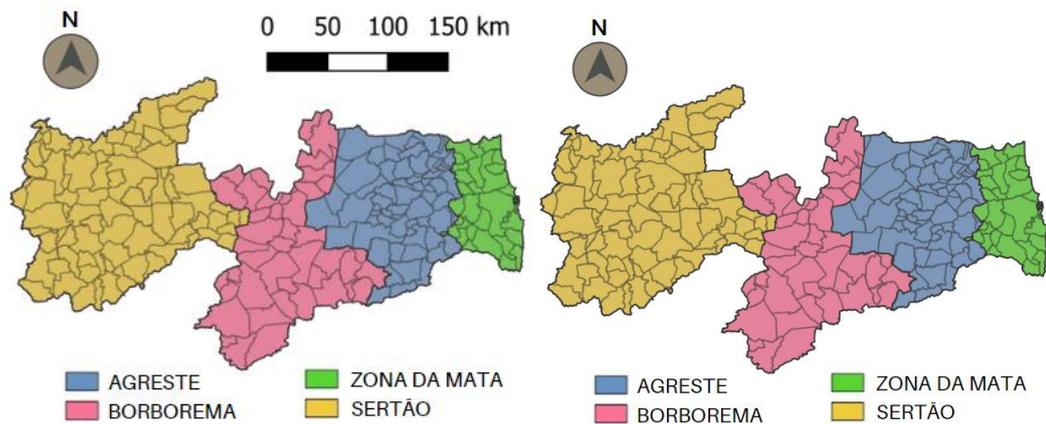
Já o artesanato, os artesãos buscam trazer a realidade em suas peças, costumes, tradições, lendas, identidade cultural e regional, por meio da criatividade, usando materiais como: couro, barro e madeira, e os produzindo em série (Lima, 2007).

Ademais, quase não existe uma distinção entre os dois, devido a distância entre a arte popular e o artesanato cada vez mais diminuir, e as obras começarem a apresentar um equilíbrio de características dos dois. Além disso, os dois caminham em conjunto, juntando o belo e o funcional para difusão da identidade cultural (Lima, 2007).

2.2.1 Contexto Histórico e Geográfico

A prática do artesanato se dá desde o início da sociedade, onde desde o período Neolítico os seres humanos já produziam suas ferramentas demonstrando a história e os costumes que viviam naquele período (Dantas, 2019 *apud* Scopel, Carvalho e Olivo, 2019).

Na Paraíba, também desde seu início, o artesanato vem sendo produzido com base nos costumes e práticas locais. Para entendermos a divisão das tipologias de artesanato que ocorrem dentro do estado, precisamos entender que ele está dividido em quatro mesorregiões não uniformes, que são elas: Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão, que podem ser vistas no Mapa 02 (Lima, 2007).



Mapa 02: mesorregiões da Paraíba.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Sendo um resultado dessas mesorregiões, Lima (2007), consegue setorizar as tipologias de artesanato paraibano, que são decorrentes da situação geográfica e dos hábitos de cada uma delas. A Zona da Mata, que é uma área de Mata Atlântica, tem um artesanato com “[...] objetos de coco, mariscos, ossos, conchas; além de bordado, cerâmica, cestaria, especialmente de cipó”. (Lima, 2007, p. 19)

Já o artesanato criado no Agreste, que tem uma cultura de economia policultora pecuarista, baseia-se em: “[...] trabalhos em renda, tecelagens, couro, cestaria, madeira, estopa e brinquedos.” (Lima, 2007, p. 19) No caso da Borborema, é uma mesorregião de baixos índices demográficos decorrente de seus baixos índices pluviométricos, possui um artesanato muito diversificado: “[...] rendas de bilro, renascença, labirinto, ao lado de artefatos de couro, cerâmicas e objetos em madeira.” (Lima, 2007, p. 20)

O sertão, última mesorregião, onde a ocupação humana se deu início a partir do século XVIII, tendo a prática da policultura de subsistência, tem uma tipologia mais sertaneja de artesanato com objetos feitos de barro, fibras e fios (Lima, 2007).

2.2.2 Tipos de Artesanato

- Cerâmica

Sendo uma técnica milenar na humanidade, a prática artesanal do uso do barro na produção cerâmica na Paraíba se dá desde a época pré-colonial brasileira, no qual essa técnica consiste em: umedecer o barro, amassar, modelar e queimar. Na

Figura 15 são apresentadas peças produzidas no estado, que tem uma produção utilitária grande, como telhas, vasos e louças, e acabam tornando-se objetos decorativos (Lima, 2007).



Figura 15: elementos do Artesanato Paraibano - Cerâmica.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

Segundo Lima (2007) a terracota (ou louça de barro) é a técnica mais utilizada para produção de cerâmicas, com a mistura de argilas naturais. Além disso, existem as faianças que são produzidas a partir de argilas mais claras, caulim e às vezes quartzo, onde são queimadas a temperatura entre 800 e 1000 graus celsius. E também, as porcelanas que são feitas a partir dos materiais: argila, feldspato e quartzo; e são queimadas em altas temperaturas, entre 1200 e 1350 graus celsius.

- Madeira

A região Nordeste, é em geral conhecida pelo uso de madeira em suas práticas artesanais, na Paraíba, a madeira mais usada é a umburana, usada principalmente no cariri paraibano por ter facilidade de ser trabalhada e ser uma madeira mais pesada. Além disso, o cedro e o cajá, são outros tipos de madeira muito utilizados por diversos artesãos paraibanos (Lima, 2007).



Figura 16: elementos do Artesanato Paraibano - Madeira.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

O artesanato em madeira pode ser dividido em cinco grandes agrupamentos:

- a santeria e as esculturas, incluindo os ex-votos, cujo processo tradicional de confecção vem sendo transmitido através de gerações;
- a movelaria e objetos de decoração, podendo ser incorporados os brinquedos e a marchetaria;
- a luteria, arte de fazer instrumentos musicais;
- construções e carpintaria naval, embarcações de pesca artesanal;
- objetos utilitários como gamelas, farinheiras, copos, pilões, colheres-de-pau, palitos, rolos de pastel, lápis, dentre outros (Lima, 2007, p. 79).
- Fios

Os fios mais utilizados na produção do artesanato paraibano são advindos do algodão, onde no caso das rendas e do crochê, os produtos são feitos a partir do fio, no labirinto e no crivo, a partir do tecido, e os bordados são feitos sobre o tecido (Lima, 2007).

A renda paraibana tem grande destaque nas mesorregiões do Agreste e do Cariri, onde a prática de rendar é passada de geração em geração, principalmente as mulheres, mas aos homens também, e acaba se tornando o sustento de diversas famílias. Onde diversos produtos são produzidos a partir dessa técnica, como: redes, colchas, toalhas e roupas (Lima, 2007).



Figura 17: elementos do Artesanato Paraibano - Fios.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

A Figura 17 apresenta tipos diferentes de técnicas de fios que são usadas na produção desses produtos, podemos citar como os principais: renda de ponto labirinto, renda renascença, renda de bilro, crochê, fuxico, retalhos e tecelagem. No qual podemos destacar as redes, que são feitas pela última técnica citada, tendo padronagens e cores bem diversificadas; as mais vendidas são dos tipos: Maria Bonita, tijubana, tapuarama (três panos) e exportação (Lima, 2007).

- Couro

O Cariri e o sertão nordestino, desde a época colonial, tem a pecuária como uma de suas principais atividades econômicas. Na Paraíba, como visto na Figura 18, encontramos a produção de calçados, roupas, malas e selaria feitos de couros animais, em municípios como: Campina Grande, Cabaceiras, Aparecida, Monteiro e Catolé do Rocha; usando diferentes técnicas e com peles de diversos animais, como: carneiros, peixes e cabras (Lima, 2007).



Figura 18: elementos do Artesanato Paraibano - Couro.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

- Fibras

Advinda de uma herança indígena, a técnica de trançar fibras vegetais, se faz presente até os dias de hoje no artesanato paraibano. Fibras como: piaçaba, folha de bananeira, sisal, coco e vime são muito usadas em produtos como: poltronas, tapetes, bolsas, cestos e bandejas (Lima, 2007).



Figura 19: elementos do Artesanato Paraibano - Fibras.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

- Brinquedo Popular

Os brinquedos fazem parte do desenvolvimento cognitivo, motor e intelectual de qualquer criança, e como o artesanato busca uma utilidade, eles também estão incluídos dentro dos tipos de artesanato presentes na Paraíba. No qual, são brinquedos que possuem uma identidade cultural muito grande, são produzidos a partir de materiais de custo mínimo, que acabam se tornando uma resistência cultural (Lima, 2007).



Figura 20: elementos do Artesanato Paraibano - Brinquedos.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

Os brinquedos populares paraibanos mais conhecidos são os carrinhos, de madeira e de lata, as bonecas de pano, bonecos de barro e de madeira, mobiliário,

bola de meia, bola de gude, peteca, pipa, pião, patinete, ossinho e carrosséis (Lima, 2007, p. 139).

- Metal

Desde muito tempo o metal é usado para fabricação de instrumentos humanos, e até hoje metais como: prata, ouro, cobre, ferro, zinco, latão e chumbo são usados inclusive na fabricação de peças de artesanato. Trazendo para o recorte da Paraíba, o metal é muito usado em práticas da umbanda onde podemos observar na Figura 21. Figuras dos orixás são produzidas desse material, além de também ser usado em peças de sucata (Lima, 2007).



Figura 21: elementos do Artesanato Paraibano - Metal.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

- Outros materiais e técnicas

Além dos materiais mais utilizados citados anteriormente, também é importante citar outros elementos que são usados no artesanato paraibano, como: pedras e papel machê, e também a arte indígena e a xilogravura se fazem muito presentes no artesanato local, onde pode ser observado na Figura 22 alguns exemplares (Lima, 2007).



Figura 22: elementos do Artesanato Paraibano - Outros Materiais.
Fonte: LIMA, 2007. Colagem desenvolvida pelo autor, 2023.

2.2.3 Importância econômica e social

O artesanato é uma expressão da cultura local e dos hábitos de uma sociedade, a partir dele história, vivências e patrimônio simbólico são repassados e conservados, honrando e enaltecendo as experiências sociais da sociedade. Se faz de extrema importância programas, eventos e equipamentos que celebrem o artesanato, para que com isso, a sociedade tenha um maior acesso a esse tipo de cultura e os artesãos consigam continuar disseminando essa identidade.

Analisando a perspectiva econômica do artesanato, 67% dos municípios do Brasil contam com a contribuição que o mercado do artesanato gera para sua economia (UFMG, 2021). Como já citado, o artesanato no ano de 2022 movimentou aproximadamente cerca de 100 bilhões, cerca de 3% do Produto Interno Bruto nacional, e nesse mesmo ano, 14.398 novos artesãos foram cadastrados oficialmente (Da Redação Jota, 2022).

Além disso, a renda de muitas famílias vem a partir do artesanato. Na Paraíba, o programa “Paraíba em suas mãos” incentiva que a atividade artesanal ganhe importância social e econômica, incentivando novos trabalhos e a garantia de uma boa renda para os artesãos. No qual, o programa no ano de 2006 conseguiu realizar muitos feitos para esse âmbito, onde foram realizadas 13 feiras e eventos estaduais, 21 feiras e eventos interestaduais, 4 feiras internacionais e ações promocionais, 2.200 horas de aula de capacitação, 3.800 artesãos beneficiados, entre outros (Lima, 2007).

Segundo Coelho, citado por Da Redação Jota (2022), precisam-se ser criados meios e mecanismos que aumentem a valorização do artesão e do artesanato no Brasil. Ou seja, além da importância cultural e social, o artesanato pode ser um grande gerador de rendas e promover um desenvolvimento econômico, já que ele engloba vários mercados, como: gastronomia, moda e decoração, além de diminuir desigualdades no âmbito social brasileiro, e consequentemente paraibano (Da Redação Jota, 2022).

2.3 REFERENCIAL PROJETUAL

Para a aquisição de conhecimento e adquirir um repertório de soluções projetuais baseado no tipo de equipamento que será proposto no anteprojeto, foram selecionados os projetos correlatos que apresentam aspectos semelhantes com o que será apresentado, sendo eles: o Centro Cultural PILARES, projetado pelo escritório de arquitetura Rozana Montiel | Estudio de Arquitectura na Cidade do México no México, e o Centro Cultural Porto Seguro, projetado por Yuri Vital e Miguel Muralha, em São Paulo no Brasil.

A análise foi realizada com o método elaborado pelo Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) citado por Lucena (2021), que foi desenvolvido em parceria com o departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, conforme os três parâmetros apresentados na tabela abaixo:

PARÂMETROS	ITENS DE ANÁLISE
FUNCIONAL	ENTORNO IMPLANTAÇÃO TOPOGRAFIA ORIENTAÇÃO SOLAR/INSOLAÇÃO ZONEAMENTO/SETORIZAÇÃO CIRCULAÇÃO E ACESSOS ORGANIZAÇÃO ESPACIAL
FORMAL	GEOMETRIA DA FORMA DE OCUPAÇÃO VOLUMETRIA FACHADAS PAISAGISMO
CONSTRUTIVO	LÓGICA ESTRUTURAL COBERTURA ELEMENTOS DE ADEQUAÇÃO CLIMÁTICA SISTEMAS DE ABERTURAS MATERIAIS

Tabela 01: parâmetros de Análise do LPPM.

Fonte: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) *apud* Lucena, 2021.
Tabela desenvolvida pelo autor, 2023.

Tendo como base esses três parâmetros foram desenvolvidas as 3 tabelas correspondente a cada um deles, estabelecendo tópicos mais detalhados para análise de correlato:

PARÂMETROS FUNCIONAIS	ITENS DE ANÁLISE
ENTORNO	IDENTIFICAR A RELAÇÃO DO EDIFÍCIO COM OS ELEMENTOS DO ENTORNO, CONSIDERANDO OS ATRIBUTOS DO LUGAR.
CIRCULAÇÕES E ACESSOS	IDENTIFICAR COMO AS RELAÇÕES DE ACESSO E CIRCULAÇÃO OCORREM NO INTERIOR DO LOTE, IDENTIFICAR OS ACESSOS DO EXTERIOR E INTERIOR DO EDIFÍCIO, E COMO SE ORGANIZA A CIRCULAÇÃO NO INTERIOR DA EDIFICAÇÃO, PRINCIPAIS FLUXOS ENTRE OS AMBIENTES E/OU SETORES.
ZONEAMENTO/SETORIZAÇÃO	IDENTIFICAR OS USOS DOS AMBIENTES E AGRUPÁ-LOS SEGUNDO ZONAS/SETORES AFINS E ANALISAR A CONEXÃO ENTRE OS SETORES.
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	ANALISAR O ESPAÇO NO INTERIOR DO EDIFÍCIO E AS IMPLANTAÇÕES DAS SOLUÇÕES ESPACIAIS EM TERMOS DE CONFORTO, FUNCIONALIDADE, LUMINOSIDADE, RELAÇÕES DE AMPLIAÇÃO/CONFINAMENTO, JOGOS DE PISO EM NÍVEL, ETC.

Tabela 02: Parâmetros Funcionais para Análise de Correlato.
Fonte: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) apud Lucena, 2021.
Tabela desenvolvida pelo autor, 2023.

PARÂMETROS FORMAIS	DESCRIÇÃO
GEOMETRIA DA FORMA DE OCUPAÇÃO	IDENTIFICAR COMO SE ORGANIZAM OS ESPAÇOS: DE FORMA LINEAR, RADIAL, CONCÊNTRICA, RELAÇÕES HIERARQUIA, ESTANQUEIDADE E CONTINUIDADE ESPACIAL.
VOLUMETRIA	IDENTIFICAR OS PRINCÍPIOS ADOTADOS PARA PROPOSTA DE VOLUMETRIA: ESPAÇOS DELIMITADOS/DEFINIDOS POR PLANOS, VOLUME ÚNICO, JOGO DE VOLUMES, VOLUMES DIFERENTES PARA CADA BLOCO DE ATIVIDADES, EDIFICAÇÃO SOB SOBRE TETO, "ESTRATÉGIAS COMPOSITIVAS" SIMÉTRICAS OU ASSIMÉTRICAS, RELAÇÃO CHEIOS/VAZIOS. VERIFICAR QUE ELEMENTOS GERAM A PROPOSTA VOLUMÉTRICA: O ENTORNO, O PROGRAMA, A ESTRUTURA OU UMA IDIOSINCRASIA QUALQUER.
FACHADAS	IDENTIFICAR QUE ELEMENTOS DA PROPOSTA VOLUMÉTRICA CONFORMAM AS "FACHADAS" OU SE AS FACHADAS SÃO INDEPENDENTES; SE HÁ OCORRÊNCIA DE ESTRATÉGIAS COMPOSITIVAS (DE ALINHAMENTOS, MATERIAIS, ETC.) E DO USO DE ORNAMENTOS.

Tabela 03: Parâmetros Formais para Análise de Correlato.
Fonte: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) apud Lucena, 2021.
Tabela desenvolvida pelo autor, 2023.

PARÂMETROS CONSTRUTIVOS	DESCRIÇÃO
LÓGICA ESTRUTURAL	ATRAVÉS DE DESENHOS ANALÍTICOS BUSCA-SE ENTENDER QUAIS SÃO OS DIFERENTES COMPONENTES ESTRUTURAIS DO PROJETO (VIGAS, PILARES, ARCOS, PORTICOS, PAREDES ESTRUTURAIS, ETC.) E EVIDENCIAR O PAPEL QUE EXERCEM NO CONJUNTO.

Tabela 04: Parâmetros Construtivos para Análise de Correlato.
Fonte: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) apud Lucena, 2021.
Tabela desenvolvida pelo autor, 2023.

2.3.1 Centro Cultural PILARES

- Ficha Técnica

Autor: Rozana Montiel.

Coautores: Cristóbal Pliego, Margherita Vegro e Adriana Rodríguez.

Área Total: 710m².

Ano do projeto: 2021.

Local: Cidade do México, México.



Figura 23: Centro Cultural PILARES.
Fonte: Archdaily, 2022. Acesso em: jun. 2023.

- Entorno

A edificação se encontra na Colonia Presidentes de México, Iztapalapa, que é um dos bairros mais populosos da Cidade do México, sendo também um dos mais violentos e de baixa renda, onde o projeto foi inserido com o intuito de trazer e promover impacto social urbano.

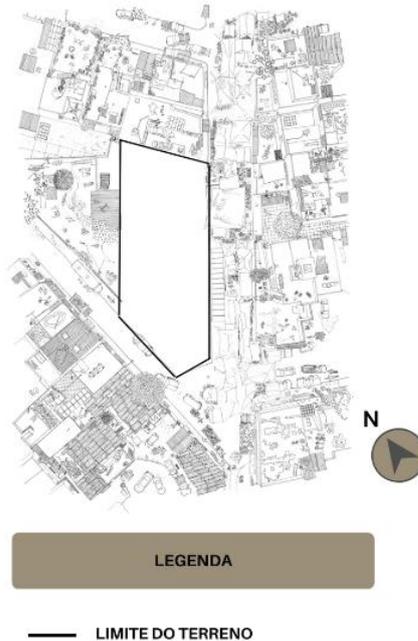


Figura 24: entorno Centro Cultural PILARES.

Fonte: Montiel, 2022. Acesso em: jun. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Analisando a Figura 24 é possível perceber que a obra tem um entorno muito contemplado, com várias edificações de diferentes usos e tipologias, ou seja, ela se encontra em um lugar urbano.

- Circulação e Acessos

Como podemos ver na Figura 25, existem dois acessos à edificação, um de pedestres que se localiza na fachada frontal do edifício, que é o acesso principal e é incorporado por um embaçamento, e o acesso secundário, que é um acesso de veículos que se dá pela via que fica rente ao terreno da edificação, nessa via se passam linhas de ônibus e existe uma parada feita no agenciamento da edificação para um ponto de ônibus em sua lateral.



Figura 25: acessos Centro Cultural PILARES.
Fonte: Montiel, 2022. Acesso em: jun. 2023. Editado pelo autor, 2023.

A partir da análise das circulações internas do edifício feita na Figura 26 percebe-se que a circulação horizontal se mostra bem mais presente do que as circulações verticais, onde toda a planta baixa do térreo é recortada por uma grande circulação de espaços livres abrangendo todo o edifício.

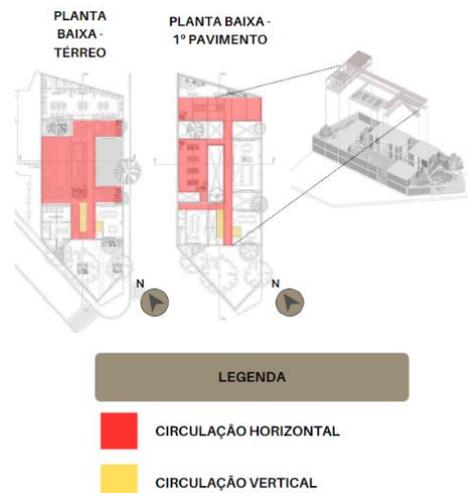


Figura 26: circulações internas Centro Cultural PILARES.
Fonte: Archdaily, 2022. Acesso em: jun. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Além disso, o pavimento superior também apresenta uma circulação horizontal considerável, com duas passarelas ligando as duas circulações/espços livres com

um vazio entre elas para o pátio central no pavimento térreo. As circulações verticais se apresentam próximas ao acesso principal, no qual existe uma escada e um elevador.

- Zoneamento/Setorização

A edificação tem dois pavimentos, térreo e superior, onde temos um pouco de cada setor neles dois. De acordo com a Figura 27 podemos identificar que cada pavimento é suprido por ambientes sociais internos, como salas de multiuso e oficinas, também se tem ambientes sociais externos, onde as duas plantas baixas apresentam diversos vazios para a permeabilidade solar e ventilação, deixando esses espaços de convivência mais confortáveis para os usuários.



Figura 27: setorização Centro Cultural PILARES.
Fonte: Archdaily, 2022. Acesso em: jun. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Ademais, o setor de serviços se concentra praticamente todo no pavimento superior, e sobre o setor íntimo, a bateria de banheiros fica somente concentrada no térreo e tem banheiros individuais no primeiro pavimento.

- Organização espacial

As soluções espaciais usadas no Centro Cultural são bem notórias ao analisar o projeto. Os arquitetos responsáveis deixaram a edificação com diversos espaços

abertos (Figura 28), com várias circulações, jardins internos, vazios entre os dois pavimentos, para que com isso, toda a edificação seja contemplada pela ventilação e insolação prioritárias. Além disso, ambientes do mesmo setor ficam separados, exatamente para que exista um fluxo e dinâmica entre os espaços do centro cultural.

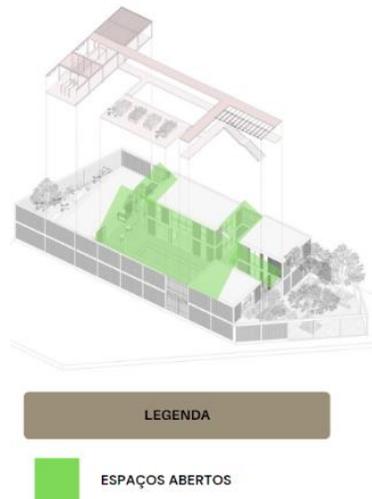


Figura 28: organização Espacial Centro Cultural PILARES.
Fonte: Archdaily, 2022. Acesso em: jun. 2023. Editado pelo autor, 2023.

- Geometria da forma de ocupação

A geometria da edificação acompanha o formato do terreno em que ela está inserida, com traços retilíneos e algumas angulações para acompanhar o pentágono irregular que o terreno forma. O volume do prédio em si, é um quadrilátero com uma de suas retas anguladas para acompanhar o limite do terreno.

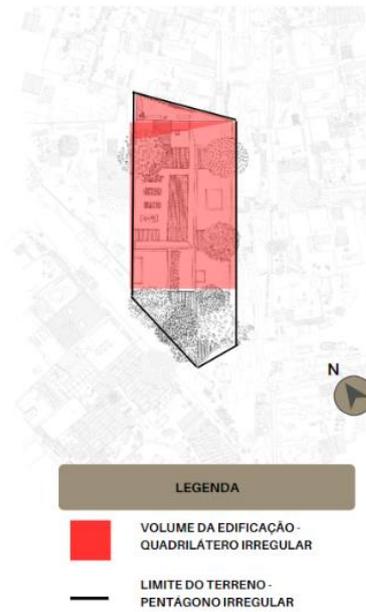


Figura 29: geometria da forma de ocupação Centro Cultural PILARES.
Fonte: Montiel, 2022. Acesso em: jun. 2023. Editado pelo autor, 2023.

- Volumetria

A volumetria da edificação é composta por um jogo de cheios e vazios, inclusive com o uso de sobreposição de blocos estriados que acaba ficando parcialmente vazio em grande parte da edificação promovendo uma permeabilidade visual, como pode ser visto na Figura 30.



Figura 30: volumetria do Centro Cultural PILARES.
Fonte: Montiel, 2022. Acesso em: jun. 2023. Editado pelo autor, 2023.

- Fachadas

As fachadas são todas em blocos estriados e concreto aparente, onde usam a técnica da sobreposição dos blocos em que fica meio vazio, semelhante a um cobogó, trabalhando com materiais baratos e trazendo soluções estéticas bonitas. Além disso, os vazios sempre têm presença de vegetações no que resulta em uma permeabilidade visual e privacidade ao mesmo tempo.



Figura 31: fachada Centro Cultural PILARES.
Fonte: Montiel, 2022. Acesso em: jun. 2023.

- Lógica Estrutural

De acordo com ArchDaily (2022) a edificação só usou materiais como: placas pré-fabricadas de concreto e perfis de aço, associados aos blocos estriados que já percebemos nas fachadas.



Figura 32: estrutura Centro Cultural PILARES.
Fonte: Montiel, 2022. Acesso em: jun. 2023.

Com isso, percebemos que a lógica estrutural se baseia com o módulo dos ambientes dispostos na edificação, com pilares e vigas de aço ou concreto acabado, a Figura 32 mostra o uso dos materiais na estrutura do edifício.

2.3.2 Centro Cultural Porto Seguro

- Ficha Técnica

Autores: Yuri Vital e Miguel Muralha.

Área Total: 3800m².

Ano do projeto: 2016.

Local: São Paulo, Brasil.



Figura 33: Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Vital, 2020. Acesso em: set. 2023.

- Entorno

A edificação se encontra inserida no bairro Campos Elíseos, em São Paulo, no qual essa região central da cidade possui um grande interesse na revitalização urbana. O bairro passou por um desenvolvimento muito conturbado nos últimos anos, e é um lugar de diversos problemas sociais, onde podemos encontrar muitos casarões antigos abandonados e também onde se encontra a “cracolândia”.

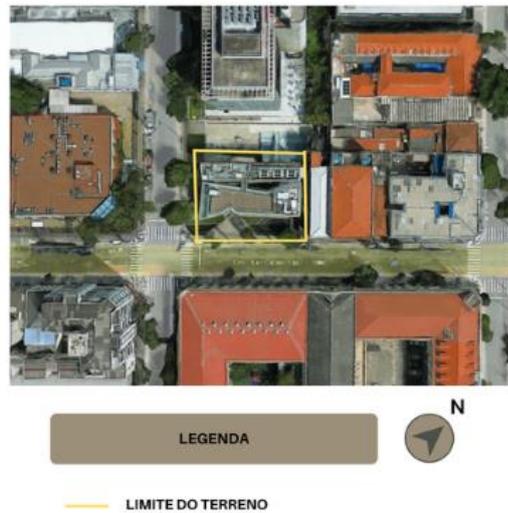


Figura 34: entorno Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Google Earth Pro, 2023. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

- Circulação e Acessos

Como visível na Figura 35, a edificação possui um acesso de veículos para seu subsolo e dois acessos de pedestres, cada um em uma das ruas da esquina em que ele está implantado, e também, um acesso administrativo mais restrito na fachada interna do centro. Para torná-lo mais convidativo, os arquitetos optaram por não fazer uso de barreiras no entorno da edificação, e usaram estratégias projetuais para realizar tal feito, como a praça presente na área externa do edifício no pavimento térreo.



Figura 35: acessos Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Analisando as circulações internas da edificação é possível perceber que devido a existência de alguns ambientes que tem como intuito a circulação dos visitantes, como as salas de exposição, as plantas baixas possuem grandes vãos de circulação que já funcionam como esses ambientes do programa do centro cultural.

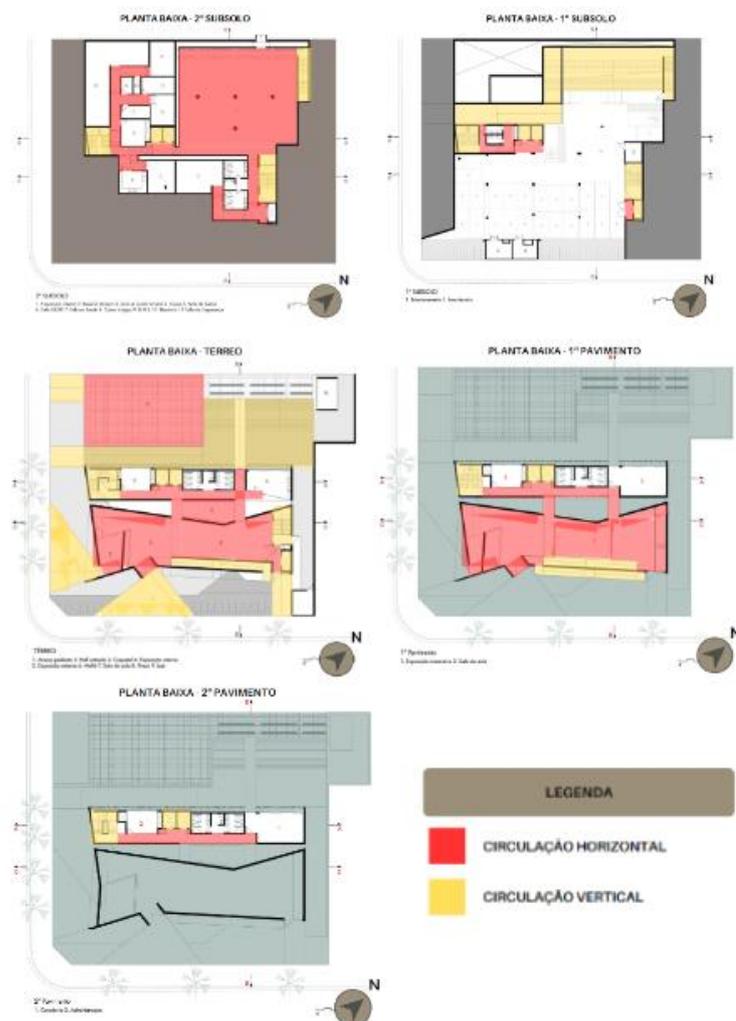


Figura 36: circulações internas Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Além disso, como pode ser visto na Figura 36, os arquitetos fazem o uso de paredes anguladas para determinar o fluxo dos visitantes no pavimento térreo e no primeiro pavimento, e por outro lado as circulações internas de setores administrativos são mais retilíneas e direcionadas. Analisando as circulações verticais, o prédio possui duas baterias de escadas e três elevadores distribuídos em suas plantas baixas.

- **Zoneamento/Setorização**

O centro cultural possui cinco pavimentos: dois subsolos, pavimento térreo, primeiro pavimento e segundo pavimento. Analisando a setorização dos subsolos, o 2º subsolo contém ambientes de serviço e até mesmo ambientes sociais, e o subsolo 1 possui estacionamento e áreas técnicas da edificação.



Figura 37: setorização Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Como apresentado na Figura 37, o pavimento térreo e no primeiro pavimento, vemos uma grande quantidade de ambientes sociais, como áreas de exposição e salas de aula contemplados por baterias de banheiro e circulações verticais. E no segundo pavimento vemos a presença de ambientes administrativos, ficando mais reclusos dos ambientes sociais do restante do prédio.

- Organização espacial

Com o intuito de tornar o centro cultural um espaço convidativo, os arquitetos implantaram o bloco do edifício concentrado mais próximo ao centro do terreno, deixando assim o espaço à sua volta como um espaço aberto, fazendo o uso de jardins e de uma praça em seu agenciamento.



Figura 38: organização espacial Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Ademais, decorrente da volumetria da edificação, eles também fazem o uso de um vão aberto no espaço entre os dois blocos do prédio, tornando mais leve a brutalidade trazida pelos blocos, sendo possível entender essa estratégia na Figura 38.

- Geometria da forma de ocupação

A geometria da edificação se dá de maneira bem assimétrica, onde podemos perceber o uso de ângulos nas paredes externas dos dois blocos do centro cultural. Como podemos ver na Figura 39, o bloco de maior tamanho mostra de maneira mais significativa essa assimetria, onde todos seus ambientes são contemplados com a forma assimétrica do edifício.

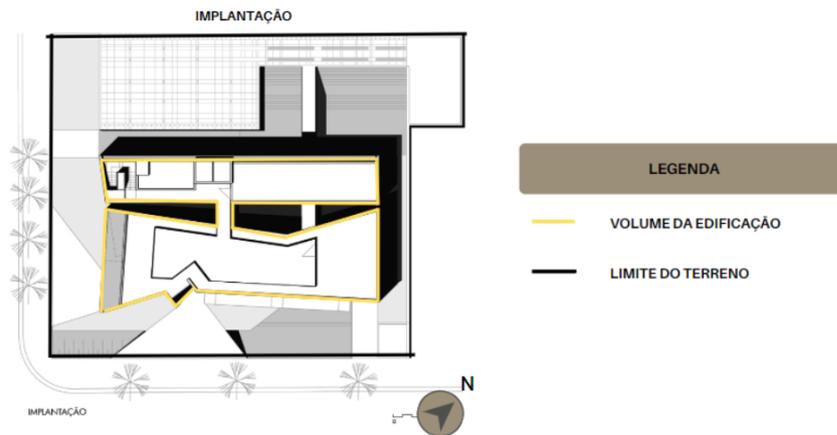


Figura 39: geometria da forma de ocupação Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

- Volumetria

O bloco robusto, com mais cheios do que vazios, traz traços geométricos e retilíneos decorrentes da geometria nas plantas, que resultam em uma volumetria assimétrica impactante, onde os arquitetos usam dessa assimetria como um meio de trazer aberturas de iluminação e ventilação para os ambientes internos do centro cultural.



Figura 40: volumetria Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Vital, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

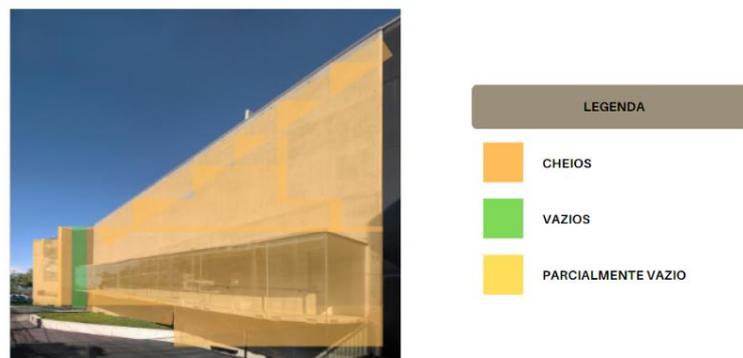


Figura 41: volumetria Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Vital, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

- Fachadas

A plasticidade das fachadas se dá em maior parte pelo material usado na construção do edifício, o concreto armado, que em conjunto com as grandes aberturas em vidro causam um equilíbrio na robustez do centro cultural (Archdaily, 2020).



Figura 42: fachada principal Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023.

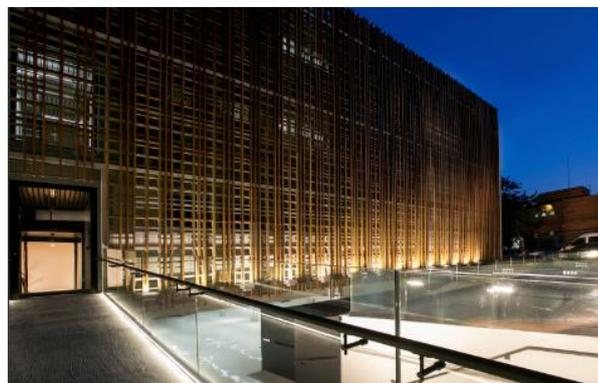


Figura 43: fachada com elemento vazado Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023.

Além disso, para a proteção da irradiação solar, os arquitetos usaram de uma grande segunda pele de madeira e concreto (Figura 43), funcionando como um elemento vazado em uma das fachadas (Archdaily, 2020).

- Lógica Estrutural

De acordo com Archdaily (2020) o edifício é todo construído com o sistema de concreto armado para atender o rigor funcional e plástico proposto. Também, analisando as plantas e cortes do centro cultural na Figura 44 é possível perceber

que as vigas e pilares são de grandes dimensões e robustos, para conseguirem suprir os grandes vãos entre pilares das áreas de exposição do edifício.

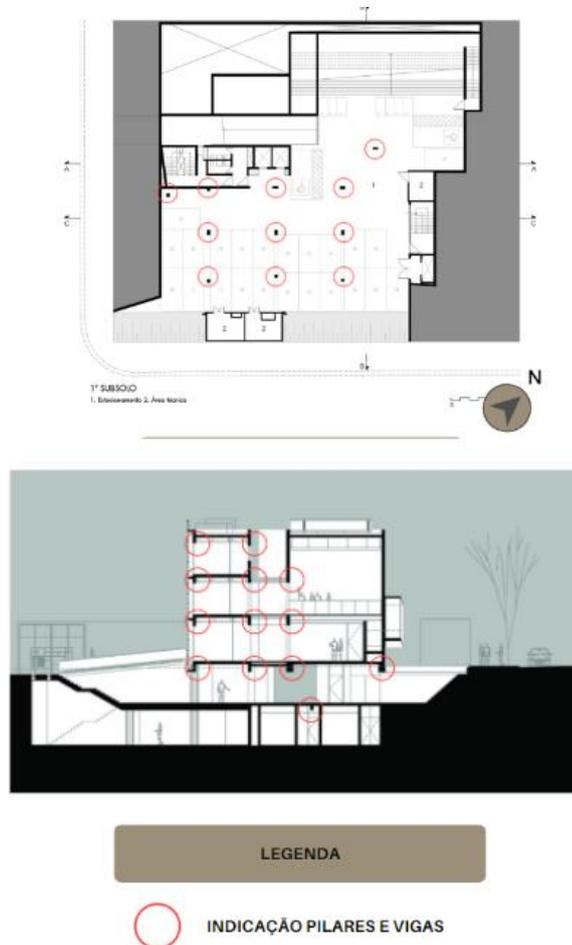


Figura 44: lógica Estrutural Centro Cultural Porto Seguro.
Fonte: Archdaily, 2020. Acesso em: set. 2023. Editado pelo autor, 2023.

CORRELATO	DIRETRIZES
CENTRO CULTURAL PILARES	ESPAÇOS ABERTOS JARDINS INTERNOS VAZIOS ENTRE OS PAVIMENTOS PASSARELAS DE CIRCULAÇÃO ELEMENTOS VAZADOS MATERIALIDADE MODULAÇÃO
CENTRO CULTURAL PORTO SEGURO	ESTRATÉGIAS CONVIDATIVAS PAREDES ÂNGULADAS SETOR POR PAVIMENTO VOLUMETRIA GEOMÉTRICA ELEMENTOS VAZADOS MATERIALIDADE USO DE CONCRETO ARMADO

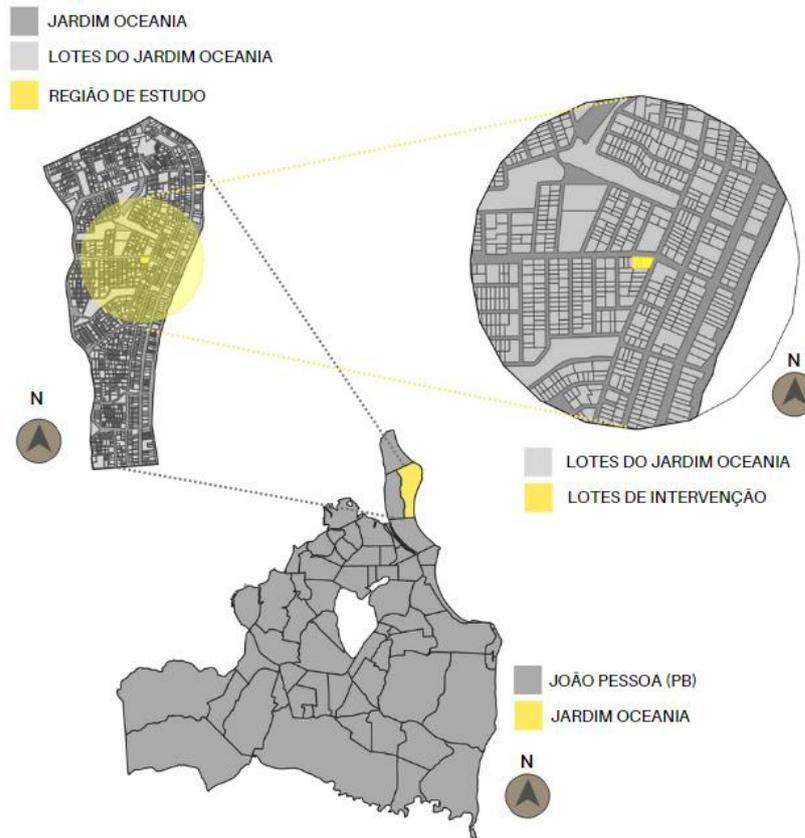
Tabela 05: diretrizes dos Correlatos.
Fonte: tabela desenvolvida pelo autor, 2023.

Após analisar os parâmetros funcionais, formais e construtivos do Centro Cultural PILARES e do Centro Cultural Porto Seguro, foram estabelecidos, por meio de uma tabela de diretrizes dos correlatos estudados (Tabela 05), quais aspectos e características serão usados no desenvolvimento do anteprojeto proposto para o alcance de melhores estratégias projetuais.

2.4 ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

2.4.1 Localização

Os três terrenos que foram escolhidos para implantação do centro cultural se localizam no bairro Jardim Oceania (Mapa 03), na Rua Poeta Luiz Raimundo Batista de Carvalho, sendo um deles de esquina com a Rua Norberto de Castro Nogueira, se fazendo necessário um remembramento dos lotes.



Mapa 03: localização do Terreno.

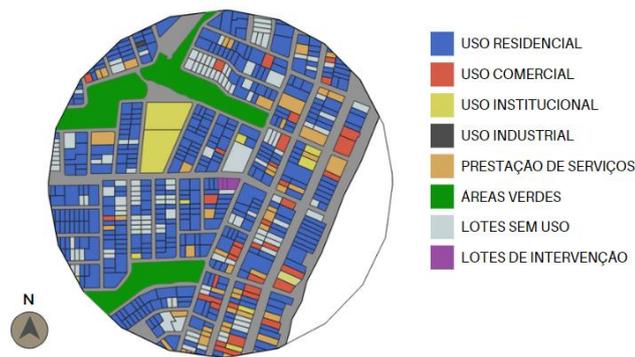
Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Essa área foi definida devido ao bairro ser em grande parte de uso residencial e não possuir equipamentos desse porte e tipologia para seus moradores usufruírem. Ademais, o bairro é um bairro litorâneo, onde a distância do terreno selecionado fica somente três quadras de distância da praia e muito próximo das avenidas: Governador Argemiro de Figueiredo e Fernando Luiz Henriques dos Santos, duas avenidas de grande importância na Zona Norte de João Pessoa.

2.4.2 Caracterização do entorno

O estudo do entorno do lote de intervenção parte a partir de um raio de 500 metros a partir dele, no qual a análise é feita através de mapas de uso e ocupação do solo, equipamentos públicos, entorno imediato e de hierarquia viária e mobilidade urbana.

Estudando o Mapa 04, de uso e ocupação do solo, percebemos que no raio de estudo do lote ainda existem muitos lotes sem uso e também, que o uso identificado em maior quantidade é o uso residencial.

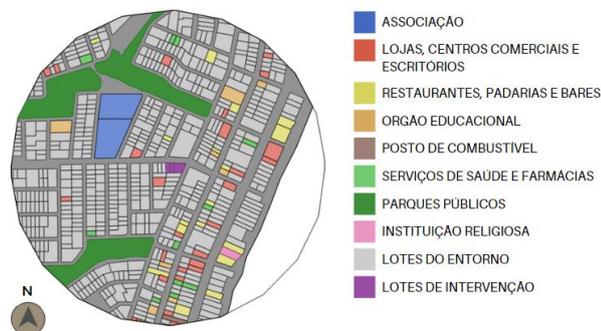


Mapa 04: mapa de Uso e Ocupação do Solo.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Além disso, o uso comercial e o de prestação de serviços é bem perceptível nesse recorte, onde o institucional é pouco visível no mapa e o uso industrial só conseguimos diagnosticar um lote. É importante ressaltar as áreas verdes que funcionam como espaço públicos de lazer para os moradores do bairro e pessoas de fora.

Observando o mapa de equipamentos públicos (Mapa 05) podemos concluir que o entorno do lote de intervenção é muito bem servido de equipamentos com diversas tipologias, onde percebemos que existe uma grande quantidade de lojas comerciais e de restaurantes e padarias. Ademais é importante ressaltar 8 órgãos educacionais, contendo escolas e cursos de idiomas, e também o Parque Linear Parahyba e o Parque Linear Parahyba 2, no qual o lote escolhido se localiza entre eles. Além de que existem duas associações que oferecem diversos serviços sociais e de esporte.

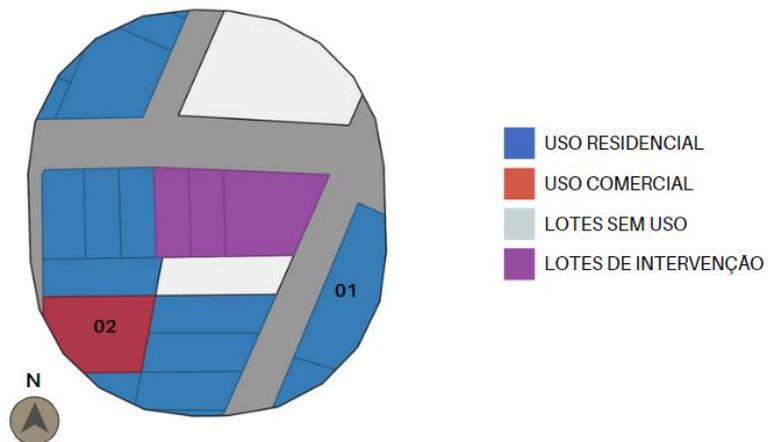


Mapa 05: mapa de Equipamentos Públicos.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

No entorno imediato do terreno, podemos ver que praticamente só se tem uso residencial, onde somente um deles é um residencial multifamiliar. Também

estudando o Mapa 06 e a Figura 45, é perceptível que existe um lote que se tem o uso comercial, onde se localiza um centro de treinamento de artes marciais, e dois lotes sem uso, um deles vizinho ao terreno de intervenção.



Mapa 06: mapa de Entorno Imediato.

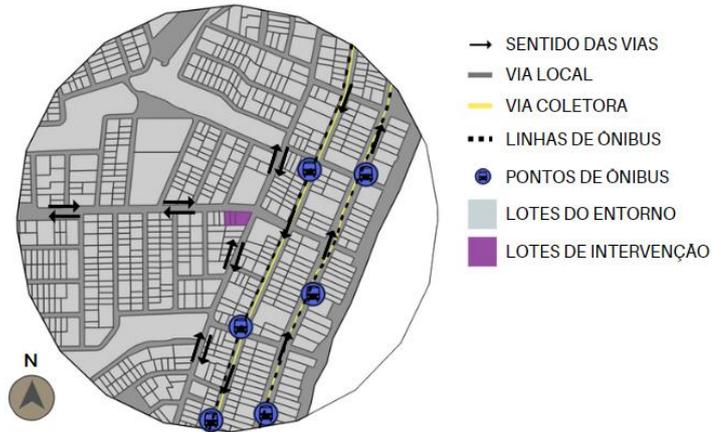
Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.



Figura 45: Entorno Imediato.

Fonte: autor, outubro de 2023.

Analisando a hierarquia viária do raio de estudo (Mapa 07) é notória que a maioria das vias são locais, onde as duas exceções são as Av. Governador Argemiro de Figueiredo e Av. Fernando Luiz Henriques dos Santos, que são vias coletoras, e como citado anteriormente, são vias muito importantes para essa área do município de João Pessoa.



Mapa 07: mapa de Hierarquia Viária e Mobilidade Urbana.
Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Além disso, analisando a parte de mobilidade urbana por meio do Mapa 07, é diagnosticado que existem 6 pontos de ônibus nessas vias e as linhas de ônibus que passam nesse contexto também são por elas. As vias do lote de intervenção possuem sentido duplo, no qual a Rua Poeta Luiz Raimundo Batista de Carvalho é pavimentada com asfalto e a Rua Norberto de Castro Nogueira é pavimentada com calçamento (Figuras 46 e 47).



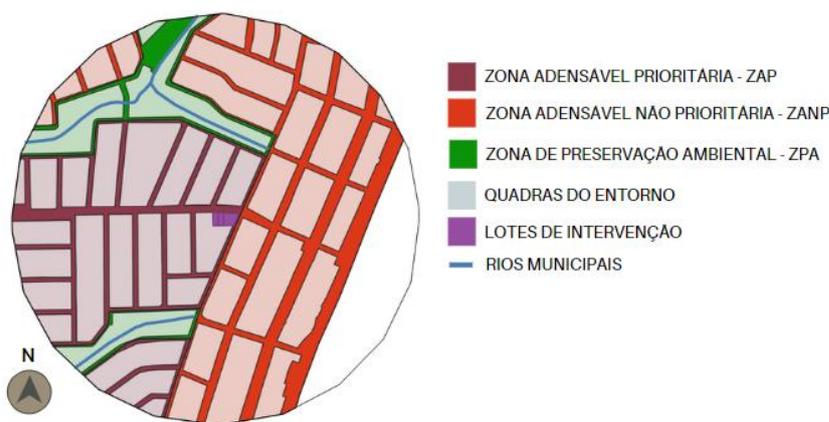
Figura 46: Rua Poeta Luiz Raimundo Batista de Carvalho.
Fonte: Autor, outubro de 2023.



Figura 47: Rua Norberto de Castro Nogueira.
Fonte: autor, outubro de 2023.

2.4.3 Condicionantes Legais

Para realização da proposta de anteprojeto foi necessária a consulta em legislações para termos conhecimento das possibilidades projetuais que poderiam ser realizadas. Com isso, houve consulta nas seguintes normas: Código de Obras, Plano Diretor e Código de Urbanismo de João Pessoa, Portaria STTRANS nº 047/2.002, Decreto municipal de João Pessoa nº 9.718/2021, além dos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento municipais.



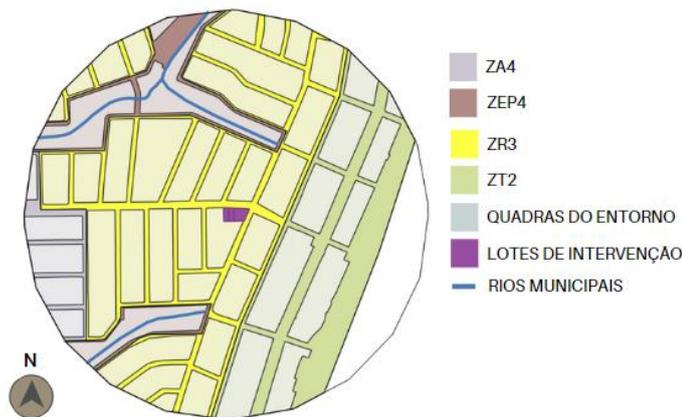
Mapa 08: mapa de Macrozoneamento de João Pessoa-PB.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Ao realizar a análise do mapa de macrozoneamento de João Pessoa (Mapa 08) foi diagnosticado que o terreno de intervenção da proposta se localiza na Zona Adensável Prioritária - ZAP, e de acordo com o Plano Diretor Municipal:

Zona Adensável Prioritária é aquela onde a disponibilidade de infra-estrutura básica, a rede viária e o meio ambiente permitem a intensificação do uso e ocupação do solo e na qual o índice de aproveitamento básico poderá ser ultrapassado até o limite de 4,0, e nos termos desta lei. (2009, p.07)

De acordo com o estudo do mapa de zoneamento (Mapa 09) foi concluído que o lote de intervenção se localiza na Zona Residencial 3 (ZR3). Com isso, analisando o Decreto municipal de João Pessoa nº 9.718/2021 foi atribuído ao centro cultural proposto o uso de Institucional Geral - INST1, com o tipo de: estabelecimentos de cultura e difusão artística.



Mapa 09: mapa de Zoneamento de João Pessoa-PB.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Ademais, consultando o quadro de zoneamentos e indicadores urbanísticos dos usos e ocupação do solo na Figura 48, podemos reconhecer que o anteprojeto poderá ter ocupação máxima de 50% no pavimento térreo e 40% nos demais pavimentos, além de gabarito com no máximo 5 pavimentos.

ZONA RESIDENCIAL 1 (ZR1) E 3 (ZR3)								
USOS	LOTE (*)				EDIFICAÇÃO			
	ÁREA MÍNIMA (m ²)	FRENTE MÍNIMA (m)	OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	ALTURA MÁXIMA	FRENTE (AFT)	LATERAL (AFL)	FUNDOS (AFD)	
H1	360,00	12,00	60	3PV	5,00	1,50	3,00	
H2	360,00	12,00	50	2PV	5,00	1,50	3,00	
H3	360,00	12,00	50	2PV	5,00	1,50	3,00	
H8	360,00	12,00	55	3PV	5,00	1,50	3,00	
H5	HSA	450,00	15,00	40	4PV	5,00	3,00	3,00
	HSB	600,00	20,00	40	5PV	5,00	4,00	4,00
H6	720,00	24,00	30	-	5,00	TE + 2 = 1,50 DE = 4+(H/10)	TE + 1 = 1,50 3º = 3,00 DE = 4+(H/10)	
C1/S1	360,00 (1)	12,00	60	3PV	5,00	1,50	3,00	
	450,00	15,00	TE=50 DE=40	4PV	5,00	3,00	3,00	
	600,00	20,00	TE=50 DE=40	5PV	5,00	4,00	4,00	
HT2	450,00	15,00	TE=50 DE=40	4PV	5,00	3,00	3,00	
	600,00	20,00	TE=50 DE=40	5PV	5,00	4,00	4,00	
	720,00	24,00	TE=70 DE=40	-	5,00	TE + 2 = 3,00 DE = 3+(H/10)	TE + 2 = 3,00 DE = 3+(H/10)	
HT3	360,00 (1)	12,00	60	3PV	5,00	1,50	3,00	
INST 1	450,00	15,00	TE=50 DE=40	4PV	5,00	3,00	3,00	
	600,00	20,00	TE=50 DE=40	5PV	5,00	4,00	4,00	
IND 1	360,00 (1)	12,00	60	3PV	5,00	1,50	3,00	

OBS.: (1) AS EXIGÊNCIAS SÃO AS MESMAS PARA O USO H1, EM VIRTUDE DESSES USOS OCORREREM SIMULTANEAMENTE.

LEGENDA
DE = DEMAIS PAVIMENTOS
TE = TÉRREO = 1º PAVIMENTO
PV = PAVIMENTO

Figura 48: tabela de Zoneamento ZR1 E ZR3.

Fonte: Decreto municipal de João Pessoa nº 9.718/2021. Editado pelo autor, 2023.

E a última legislação consultada foi a Portaria STTRANS nº 047/2.002 (Figura 49) para estabelecer a quantidade de vagas de estacionamento suficientes para o

centro cultural proposto, no qual foi estabelecido com o uso de museus, galerias, exposições por ser o uso mais semelhante com a proposta, com isso, fica definido que é uma vaga a cada 50m² de área construída.

Tipo de Edificação		Relação para uma vaga
Bares Restaurantes, Churrascarias, Lanchonetes, Sorveterias e similares.	8	Lugar
Boates	4	
Igrejas e Velórios	10	
Capelas	20	
Teatros e Auditórios	8	
Repartições Públicas de ordem administrativa, Sindicatos e Associações de Classe	40	Metro Quadrado de Área Construída
Supermercados, Shopping Center, Centros Comerciais	20	
Bancos e Congênes	20	
Industriais	200	
Comercio Atacadista, Depósitos, Armazéns e Similares	100	Metro Quadrado de Área Construída
Hóteis	4	Apartamento
Móteis	1	Apartamento/ Quarto
Cinemas, Ginásio de Esportes	12	Lugar
Biblioteca	10	
Estádios e Praças de Esportes descobertas	20	
Escolas	1º Grau	Aluno
	2º Grau e Técnicas de Ensino Básico	
	Pré-Vestibulares	
	Superiores	
Hospitais, Maternidades, Casas de Saúde, Sanatórios	8	Leito
Clínicas, Consultórios, Laboratórios, Escritórios e Salas de Prestação de Serviços	50	Metro Quadrado de Área Construída
Museus, Galerias, Exposições	50	
Clubes Sociais e Esportivos	50	

Figura 49: tabela de Vagas de Estacionamento.

Fonte: Portaria STTRANS Nº 047 / 2.002. Acesso em: set. 2023.

Editado pelo autor, 2023.

2.4.4 Condicionantes Climáticos

Para o desenvolvimento de um bom projeto sempre devemos buscar o máximo de conforto térmico para os usuários da edificação que está sendo desenvolvida. Para alcançarmos isso, devemos procurar saber como os agentes naturais, de insolação e ventilação, estão afetando a área de intervenção e propor soluções e estratégias projetuais para o conforto no anteprojeto.

Com o auxílio do Software Analysis SOL-AR, foi possível analisar a rosa dos ventos e as cartas solares que incidem sobre o lote de intervenção, que por conta da ausência do município de João Pessoa no software, foi escolhida o município de Recife-PE como referência, por ser o local mais próximo e possuir características de longitude e latitude muito parecidas com as do município em estudo.

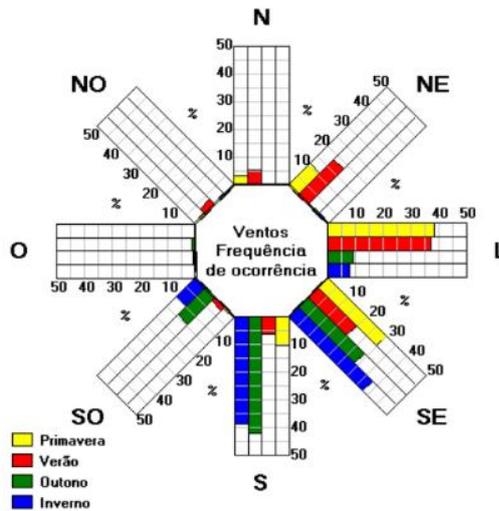


Figura 50: Rosa dos Ventos de Recife.
Fonte: Analysis SOL-AR. Acesso em: set. 2023.

Analisando a rosa dos ventos na Figura 50, percebe-se que a ventilação predominante durante a maior parte do ano advém da direção Sudeste, com um aumento para o Leste durante as estações primavera e verão, e para o Sul no outono e inverno.

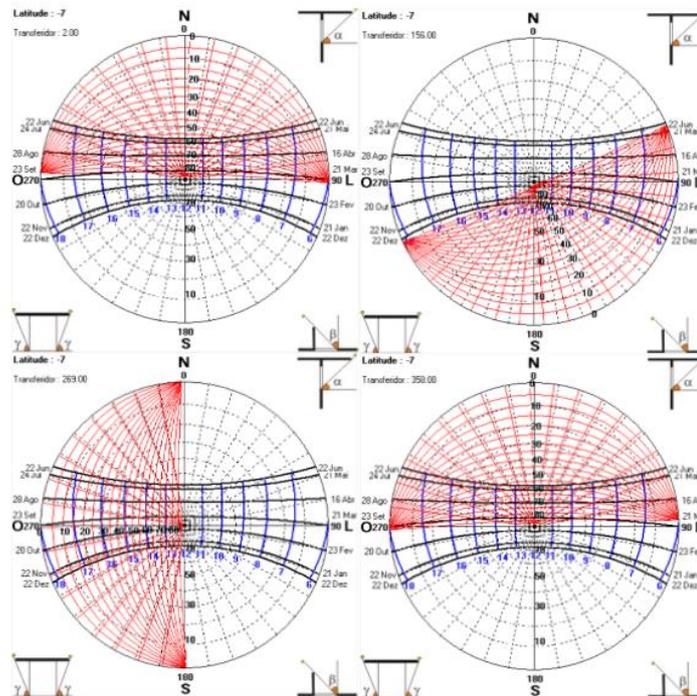
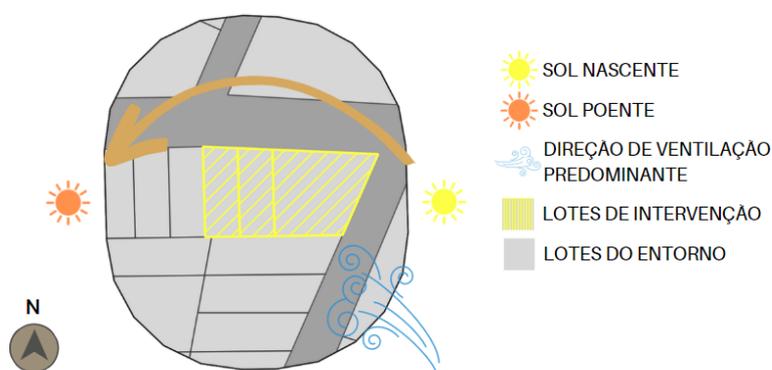


Figura 51: Cartas Solares do Terreno de Intervenção.
Fonte: Analysis SOL-AR. Acesso em: set. 2023.

Estudando as cartas solares na Figura 51, com as orientações e ângulos do terreno de intervenção já estabelecidos, podemos perceber que as fachadas leste e oeste são as que mais recebem radiação solar direta durante o ano, e por conta da

fachada leste possuir uma inclinação mais acentuada fica mais intensa nela. Além disso, a fachada norte recebe parcialmente nos meses entre março e setembro, e a fachada sul entre junho e dezembro.

Com o estudo de como a insolação e ventilação atingem o terreno de intervenção na Mapa 10, podemos concluir que a ventilação prioritária vem da direção sudeste durante maior parte do ano, ou seja, ambientes de longa permanência como salas de multiuso, salas de administração e de exposição devem ser setorizados em lugares privilegiados com essa ventilação.



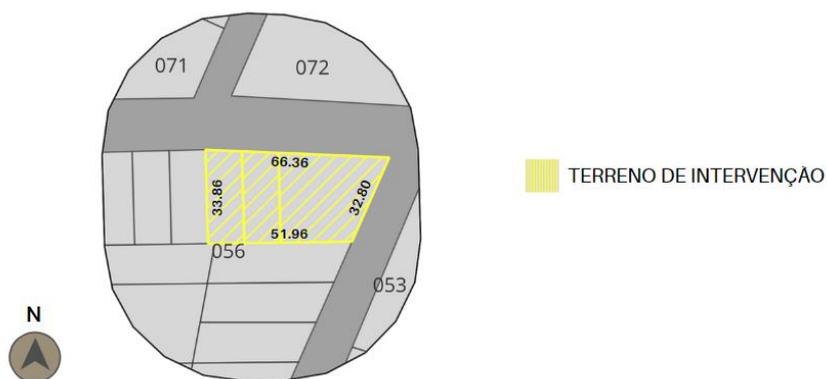
Mapa 10: mapa de Estudo de Insolação e Ventilação do Terreno de Intervenção.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023. Editado pelo autor, 2023.

Ademais, ambientes como banheiros, almoxarifados e depósitos devem ficar concentrados na fachada oeste, devido a essa fachada ter exposição de insolação direta em um momento mais quente do dia e esses ambientes não terem prioridade de conforto térmico pois são ambientes de curta permanência dos usuários.

2.4.5 Caracterização do Terreno

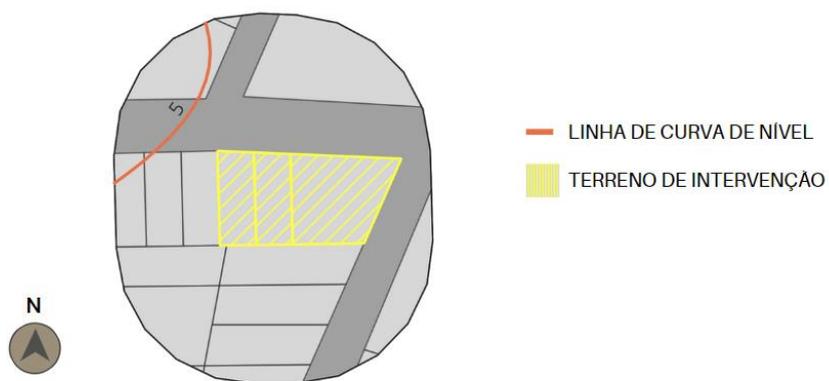
Como já dito anteriormente, o terreno de intervenção escolhido faz parte do remembramento de três lotes na quadra 56, no setor 3 do zoneamento de João Pessoa. Analisando o lote após o remembramento, ele possui 1890.90m² de área total, no qual ele é de esquina com duas frentes pras ruas Poeta Luiz Raimundo Batista e Norberto de Castro Nogueira.



Mapa 11: mapa de Caracterização do Terreno de Intervenção.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023. Editado pelo autor, 2023.

De acordo com o Mapa 12, de curvas de nível, o terreno de intervenção não é atingido por nenhuma curva, sendo considerado um terreno plano, não possuindo desníveis topográficos consideráveis para serem tratados no anteprojeto.



Mapa 12: Curvas de Nível do Terreno de Intervenção.

Fonte: mapa elaborado pelo autor, desenvolvido pelo software QGIS. 2023.

Analisando as Figuras 52 e 53, é concluído que o terreno de intervenção não possui nenhuma árvore, nem plantas de médio e grande porte, além disso, a vegetação presente nele se dá praticamente por vegetação rasteira com arbustos e grama por todo o lote.



Figura 52: vegetação do Terreno de Intervenção.
Fonte: Autor, outubro de 2023.



Figura 53: vegetação do Terreno de Intervenção.
Fonte: Autor, outubro de 2023.

2.5 ANTEPROJETO

2.5.1 Conceito e Partido Arquitetônico

Tendo em mente o intuito de trazer um espaço de disseminação e celebração da cultura e do artesanato, o anteprojeto proposto tem como conceito o acolhimento e pertencimento dos usuários que irão frequentar esse lugar. Também pensando em como o artesanato surgiu em nossa sociedade, o centro cultural deve ser uma junção do funcional e da plástica, ou seja, os elementos necessários para o seu funcionamento devem ser esteticamente interessantes e autênticos, sendo inspirados em elementos naturais, como o barro, e nos traços geométricos usados nas peças de artesanato.

Com isso, para atingir o conceito, serão usados ambientes de convivência social externos e internos, onde espaços como salas e oficinas também terão esse intuito. Além disso, também se farão presentes: o uso de paisagismo e a ausência de barreiras entre rua e edificação, para que o centro cultural fique mais convidativo e permeável.

Ademais, para sua forma serão usados traços geométricos marcantes, no qual com o uso de concreto armado, arcos e ângulos se farão presentes, além de plantas baixas com formas e proporções diferentes e uso de elementos naturais nas fachadas, que resultarão em uma volumetria original e atemporal, assim como o tipo arte celebrada dentro da edificação.

2.5.2 Diretrizes Projetuais

Após tudo que foi apresentado no referencial teórico e projetual, além do estudo preliminar, diretrizes projetuais a serem seguidas no anteprojeto foram estabelecidas, sendo elas:

- Integração entre nível de rua e edificação.
- Integração entre áreas de exposição e áreas de convivência.
- Uso de biofilia pela edificação, internamente e externamente.
- Gentileza urbana para ciclistas (bicicletário e compressor de pneus).
- Gentileza urbana para pedestres (espelhos d'águas, bancos e arborização).
- Conforto térmico com ventilação cruzada.
- Conforto lumínico para áreas de exposição e oficinas/salas de multiuso/multimeios.
- Uso de cobogó para proteção da radiação solar e melhoria da ventilação das áreas internas.
- Mobiliário sensorial para crianças.
- Uso de placas fotovoltaicas nas cobertas.

2.5.3 Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento

O programa de necessidades estabelecido para o desenvolvimento do anteprojeto foi desenvolvido a partir do estudo dos referenciais projetuais e das normas NBR 9050, NR-17, e STTRANS nº 047/2.002, previamente analisados, e do livro “Arte de Projetar em Arquitetura” escrito por Ernst Neufert, edição de 1998.

SETOR	AMBIENTE	ÁREA PRÉ DIMENSIONADA(M ²)	FONTE
PÚBLICO	ÁREA DE EXPOSIÇÃO	80M ²	NEUFERT
	ÁREA DE EXPOSIÇÃO EXTERNA	80M ²	NEUFERT
	OFICINA/ SALA DE MULTIUSO/ MULTIMEIO	25M ²	CORRELATO
	SALA DE PROFESSORES	25M ²	CORRELATO
	CAFETERIA	50M ²	CORRELATO
	COPA ALUNOS	20M ²	CORRELATO
	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	100M ²	CORRELATO
	LOJA	45M ²	NEUFERT
	PARQUINHO	50M ²	CORRELATO
ADMINISTRATIVO	RECEPÇÃO	45M ²	CORRELATO
	RECEPÇÃO - ADMINISTRATIVO	10M ²	CORRELATO
	DIRETORIA GERAL	25M ²	CORRELATO
	SALA DE REUNIÕES	25M ²	CORRELATO
ÍNTIMO	WC FEMININO	15M ²	NBR 9050
	WC MASCULINO	15M ²	NBR 9050
	WC PCD	2M ²	NBR 9050
	WC/ VESTIÁRIO FUNCIONÁRIOS	15M ²	NBR 9050
	FRALDÁRIO	8M ²	CORRELATO
SERVIÇO	GUARITA	5M ²	CORRELATO
	GUARDA VOLUMES	10M ²	CORRELATO
	COPA FUNCIONÁRIOS	20M ²	CORRELATO
	DEPÓSITO	8M ²	CORRELATO
	AMBULATÓRIO	12M ²	NEUFERT
	ABRIGO DE LIXO	5M ²	CORRELATO
	ÁREA TÉCNICA	10M ²	CORRELATO
	ESTACIONAMENTO	-	STTRANS nº 047/2.002

Tabela 06: Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento.

Fonte: tabela desenvolvida pelo autor, 2023.

O programa foi definido a partir das necessidades e atividades que são realizadas pelos usuários dentro de um equipamento como um centro cultural, além da determinação de ambientes específicos decorrentes da temática estabelecida. Ou seja, todo o programa foi estabelecido para o funcionamento correto e harmonioso, e para o conforto de todos os usuários que usarão essa edificação.

2.5.4 Fluxograma

O fluxograma (Figura 54) foi desenvolvido a partir do estudo do fluxo principal dos usuários de cada setor estabelecido no programa de necessidades: social, administrativo e serviço, procurando deixar os fluxos os mais separados possível, ficando somente conectados por circulações e acessos.

Com isso, o fluxo social e o fluxo administrativo se originam a partir do acesso principal, dando para a circulação horizontal e a circulação vertical que direcionam o restante do fluxo para os ambientes de cada setor. E o fluxo de serviço, como é originado de um acesso diferente, é direcionado por uma circulação específica de seu setor para todos os outros ambientes.

Também é importante ressaltar o ambiente da loja, que pode ser acessado pela área de exposição e pelo acesso secundário público, no qual não permite a entrada do usuário no restante dos ambientes.

Esse segundo bloco se difere por ambientes do setor administrativo no pavimento térreo e primeiro pavimento, e pela cafeteria/lanchonete no segundo pavimento, que é um ambiente do setor público. Além disso, também temos ambientes de serviço no pavimento térreo, as guaritas, o guarda volumes e a copa dos funcionários, além do estacionamento, e no primeiro pavimento a sala dos professores e a copa dos alunos, que pertencem ao setor público e o ambulatório que é de serviço.



Figura 55: Setorização Pavimento Térreo.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 56: Setorização 1º Pavimento.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 57: Setorização 2º Pavimento.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Após os estudos e definições estabelecidos a partir do conceito, partido arquitetônico, diretrizes projetuais, programa de necessidades, pré-dimensionamento, fluxograma e setorização, somado aos estudos anteriores, se faz possível a realização da proposta de anteprojeto arquitetônico da edificação, com soluções projetuais relevantes e precisas.

3 METODOLOGIA

A metodologia usada para o desenvolvimento deste trabalho aborda três etapas, iniciando por meio de pesquisas bibliográficas, sendo seguida pela análise de correlatos, e por último, análise de normas e legislações, que resultam na sistematização e análise de dados, para o cumprimento dos objetivos estabelecidos anteriormente.

3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Além de demonstrar aspectos, necessidades e importâncias sociais, a pesquisa bibliográfica tem como intuito estudar, entender e ter um maior domínio do tema abordado no trabalho. Onde por meio da leitura e pesquisa em livros, no qual podemos citar: Silvia Almeida de Oliveira Cunha Lima, Luís Milanesi, Vanessa G. Scopel, Agatha Muller de Carvalho e Paula B. Olivo, como importantes autores para

o desenvolvimento dessa pesquisa. Além disso, também foram usados sites, dissertações, artigos científicos, reportagens, monografias e consulta de dados para podermos perceber as necessidades do objeto de estudo para uma boa proposta.

3.2 ANÁLISE DE CORRELATOS

Esta etapa do trabalho consiste na análise de projetos arquitetônicos que contribuirá para as soluções projetuais, construtivas e espaciais com relação à temática do trabalho, onde serão analisadas duas edificações da mesma tipologia do que será proposto. Para o estudo desses edifícios, foi escolhido o método de análise estabelecido pelo Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) em conjunto com o departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, desenvolvido por: Márcio Cotrim, Nelci Tinem e Wynna Vidal. Esse método aborda três parâmetros gerais de estudo: funcional, formal e construtivo, e depois os reparte em parâmetros mais minuciosos de análise dos projetos.

3.3 NORMAS E LEGISLAÇÕES

Serão consultadas todas as normas e legislações necessárias para realização do trabalho, com a intenção de direcionar o desenvolvimento do anteprojeto elaborado, no qual podemos identificar: Código de Obras, Plano Diretor e Código de Urbanismo de João Pessoa, Portaria STTRANS nº 047/2.002, Decreto municipal de João Pessoa nº 9.718/2021, entre outras. E também, a NBR 9050 que trata sobre acessibilidade em edificações, equipamentos e mobiliários, a NBR 9077, sobre saídas de emergências em edifícios, e a NR-17, que trata sobre ergonomia adaptada ao trabalho.

3.4 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Após o estudo das etapas anteriores, é possível fazer um estudo completo, por meio de mapas, da área de implantação do equipamento abordado neste trabalho. A partir disso serão analisados o entorno, uso e ocupação do solo e questões de mobilidade urbana, além de características, os acessos e questões de insolação e ventilação do terreno de implantação. Com isso, esses dados irão

auxiliar na escolha apropriada para a implantação do centro cultural proposto e na definição do programa de necessidades e diretrizes projetuais do anteprojeto desenvolvido.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 PROPOSTA DO ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

Nomeado em homenagem à Regina Lúcia von Sohsten de Almeida, artesã paraibana, o VON - Centro Cultural de Artesanato Paraibano se apresenta como uma proposta de anteprojeto arquitetônico com o intuito de valorizar o artesanato paraibano como fonte de cultura e educação para o nosso corpo social, e estimular a disseminação e aprendizado dessa técnica.

4.1.1 Implantação e Acessos

A implantação da edificação proposta no lote de intervenção se deu com base em todos os condicionantes legais e climáticos estudados previamente, obedecendo os afastamentos, número de pavimentos, taxa de ocupação e número de vagas de estacionamento estabelecidos, além dos ambientes serem implantados para maior conforto térmico dos usuários. O centro cultural ficou do centro para o lado direito do lote, afastados das ruas de sua esquina, com vagas de estacionamento distribuídas acompanhando o limite do terreno, dentro dos recuos.



Figura 58: implantação e Acessos do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Analisando a Figura 58, a partir da distribuição de ambientes após o estudo de fluxograma, foram estabelecidos 4 acessos de pedestres à edificação: o acesso principal público e administrativo, pela recepção, o acesso secundário público, na loja, o acesso principal de serviço, na lateral esquerda, e o acesso secundário de serviço, ao lado do primeiro acesso citado; para melhor fluxo dos usuários na edificação. No qual os dois acessos principais são controlados por guaritas para melhor controle dos fluxos na edificação. Além disso, nas duas frentes do lote foram propostos 3 acessos de veículos, 2 para as vagas de estacionamento e 1 para a área de embarque e desembarque, além de 1 acesso de bicicletas para o bicicletário.

4.1.2 Coberta

A coberta foi projetada com base nas hierarquias projetuais estabelecidas nas plantas baixas, resultando em uma coberta com uma laje impermeabilizada plana recuada do limite da edificação, formando um telhado “solto”, com acabamento em perfil metálico tipo I preto.



Figura 59: cobertura do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Como pode ser visto na Figura 59, para melhor funcionamento e diminuição de manutenção, o restante da cobertura é em telhado de fibrocimento com placas fotovoltaicas para geração de energia sustentável, e elementos como: calha e algeroz; além do reservatório superior e do acesso à casa de máquinas da edificação. Ademais, o restante do centro cultural é aberto, onde a área de convivência no segundo pavimento e o parquinho de crianças são cobertos por pergolados.

4.1.3 Reservatório de Água

O pré-dimensionamento do reservatório de água da edificação foi feito a partir das orientações da NBR 5626 de Instalação Predial de Água Fria e no estudo de Carvalho (2017). Com isso, segundo a NBR 5626, um edifício não pode ter reservatório menor do que ao seu consumo diário, então se calculou:

Em um edifício público, é considerado o uso de 50 litros de uso diário per capita. Atribuindo que 100 pessoas usem o centro cultural (número estabelecido pelas funções essenciais para o seu funcionamento e layout dos ambientes) resulta em 5.000 litros de água usados no consumo diário dentro dele.

Considerando a reserva de dois dias, ficamos com 10.000 litros (5.000 x 2), somando esse valor mais 1,5 litros para cada metro quadrado de jardim (312m² na

edificação), 468 litros, resulta em 10.468 litros. Além disso, também é necessário adicionar mais 20% desse valor (2.093 litros) para combate a incêndio, totalizando 12.561 litros de reservatório necessário.

O reservatório superior proposto no anteprojeto possui capacidade para 17.280 litros.

4.1.4 Pavimento Térreo

No pavimento térreo (Figura 60) estão localizados ambientes de interação social externos e internos, de controle de acesso da edificação, de serviços e os ambientes públicos de menor permanência do público, como áreas de exposição e a loja. Com base no fluxograma e na setorização foi analisado que seria necessário recepção (com guarda volumes) e guaritas (social e de serviço), para maior controle dos fluxos no edifício, e também para direcionar os usuários para suas atividades específicas dentro do centro cultural, além de um parquinho de crianças. Ademais, ambientes de serviço e de suporte para os funcionários também ficaram setorizados nesse pavimento, além da bateria de banheiros e depósito que se apresenta em todos os pavimentos.

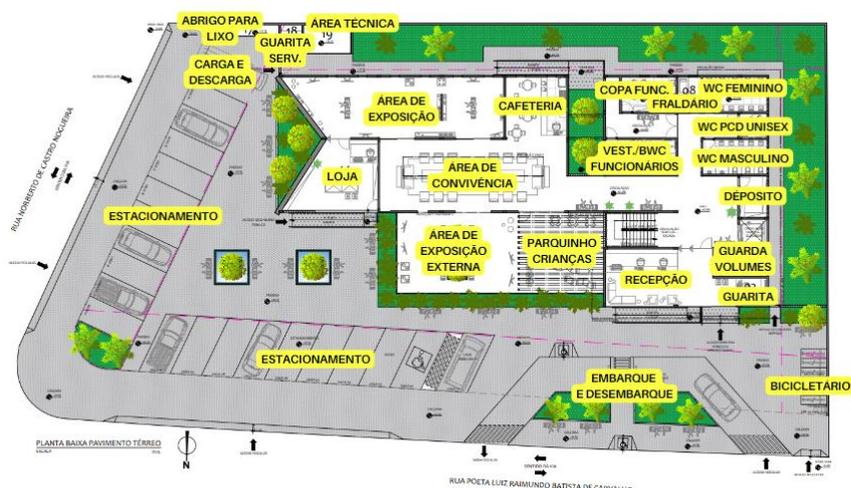


Figura 60: pavimento térreo do Centro Cultural.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

As vagas de estacionamento foram calculadas com base na Portaria STTRANS nº 047/2.002, onde a cada 50 metros quadrados de área de uso social na edificação equivalem a uma vaga de estacionamento. Com isso, resultaram-se 14

vagas mínimas para o centro cultural, no qual o anteprojeto propõe 20 vagas de estacionamento, incluindo vagas para pessoas PCD, com autismo, idosos e para ambulância. Além disso, existem 6 vagas de bicicletas em um bicicletário que disponibiliza de um compressor de pneus, e um espaço em frente ao acesso principal de serviço para carga e descarga de veículos maiores, melhorando as questões de abastecimento do centro cultural.

Ademais, no pavimento térreo também se encontra o abrigo para lixo, localizado em frente ao acesso principal de serviço, deixando essa área mais reclusa dos fluxos sociais e mais próximo dos ambientes de serviço, para praticidade no descarte e maior cuidado nos fluxos da edificação.

4.1.5 Primeiro Pavimento

Como mostrado na Figura 61, o primeiro pavimento é o pavimento dos usuários que vão aprender ou ensinar algo sobre a prática do artesanato. Com isso, temos 5 oficinas/salas de multiuso/multimeios, cada uma com um layout apropriado para cada tipologia de artesanato, além de ambientes de suporte aos seus usuários, como sala dos professores e copa dos alunos.



Figura 61: primeiro pavimento do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Também temos o ambulatório e o setor administrativo, com diretoria geral, sala de reuniões e mais uma recepção para suporte desse setor, além da bateria de WC Masculino, WC Feminino, WC PCD Unisex, Depósito, elevador e escada que se repete em todos os pavimentos do centro cultural.

4.1.6 Segundo Pavimento

O segundo pavimento tem uma setorização mais pública, onde grande parte se dá com uma área de convivência (solarium) a céu aberto, no qual a presença de paisagismo se mostra como um elemento hierárquico projetual, e possui uma cafeteria ligada a esse espaço por uma passarela suspensa que não é apresentada nos pavimentos mais baixos. Além disso, este pavimento possui área menor do que os anteriores, já apresentando uma parte da cobertura em telhado de fibrocimento com placas fotovoltaicas.



Figura 62: segundo pavimento do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Como apresentado na Figura 62, este pavimento tem o foco principal de proporcionar ambientes que estimulem interações sociais entre os usuários que frequentam o centro cultural e momentos de contato com a natureza, com espelhos d'águas e diversos mobiliários dispostos por toda sua extensão a céu aberto, além de uma cafeteria.

4.1.7 Cortes e Fachadas

Para um melhor entendimento das alturas do centro cultural, foram desenvolvidos 3 cortes pela edificação, onde cada um deles mostra estratégias e soluções projetuais para melhor aproveitamento dos espaços e seus componentes.



Figura 63: corte AA do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 64: corte BB do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 65: corte CC do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Após a análise das Figuras 63, 64 e 65, é importante ressaltar que o pé esquerdo da edificação ficou com 3.40 metros de altura, onde com o uso do espelho de 17 centímetros de altura, a escada resulta com 20 degraus necessários. Ademais, o barrilete e o reservatório superior possuem 1.80 metros de altura cada,

para praticidade de manutenção e limpeza. Com isso, a maior altura do centro cultural resulta em 14.91 metros de altura.

As fachadas apresentam diversas formas, ângulos, saques, cheios e vazios inspirados nas formas das peças e utensílios do artesanato paraibano, onde a materialidade e a junção com a biofilia se mostram como dois aspectos importantes para sua formação, como pode ser visto na Figura 66:



Figura 66: fachadas do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

4.1.8 Sistema Construtivo

O sistema construtivo adotado para o anteprojeto do centro cultural proposto foi de concreto armado, devido a sua possibilidade de ser modelado, de ser um material esteticamente usado na arquitetura e de conseguir suprir as necessidades estruturais dos vãos da edificação. Analisando o 3D estrutural na Figura 67, podemos compreender melhor sua disposição:

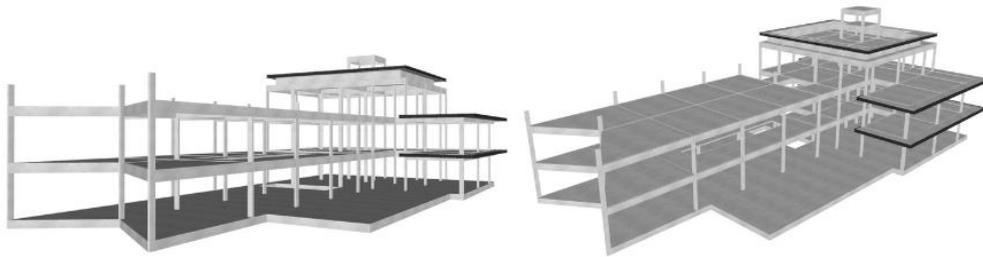


Figura 67: 3D Estrutural do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

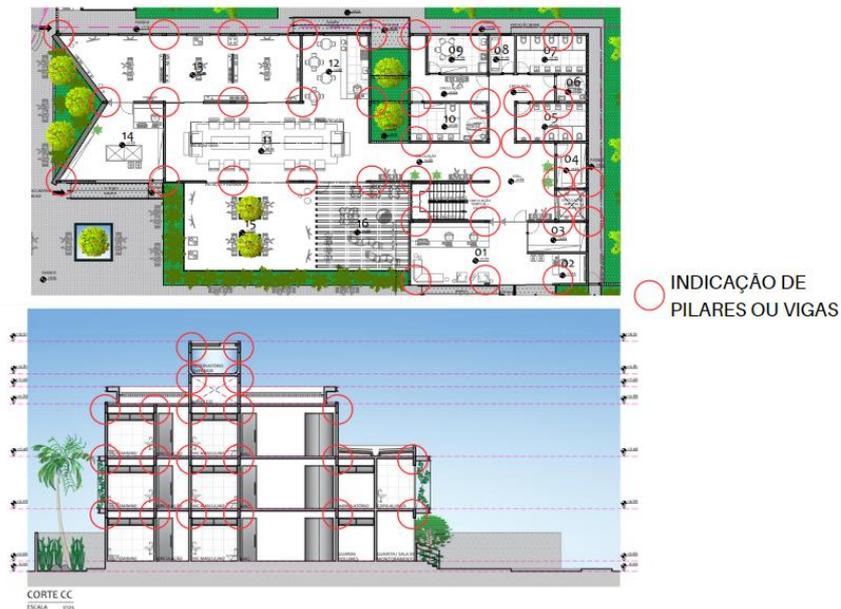


Figura 68: Lógica Estrutural do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Após observar a Figura 68, devido aos dois quadriláteros que formam as plantas baixas do prédio, temos dois alinhamentos/distribuições de pilares diferentes. Com isso, foi realizado um pré-dimensionamento dos pilares e vigas (Azeredo, 2017) no qual resultou em: pilares de 15cmx35cm e vigas de 60cm para suprir os vãos da

edificação, com lajes maciças. As esquadrias são todas de alumínio anodizado com acabamento preto fosco e vidro incolor e o cobogó feito a partir de barro.

4.1.9 Volumetria

Por meio da volumetria é possível compreender de maneira visual o uso de materiais, aberturas, paisagismo, alturas e disposição dos ambientes e setores anteriormente estudados e desenvolvidos no processo criativo da proposta do anteprojeto arquitetônico do centro cultural.



Figura 69: Volumetria - Fachada Norte do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 70: Volumetria - Fachada Leste do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 71: Volumetria - Área de Exposição Ext. do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 72: Volumetria - Área de Exposição Ext. e Parquinho do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 73: Volumetria - Bicicletário do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 74: Volumetria - Fachada Norte do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 75: Volumetria - Fachadas Oeste e Sul do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 76: Volumetria - Área de Convivência (Solarium) do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.



Figura 77: Volumetria - Área de Convivência (Solarium) do Centro Cultural.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

4.1.10 Cobogó e Mobiliário

O cobogó usado na volumetria do anteprojeto arquitetônico foi desenvolvido pelo autor, onde o desenho da peça de 30cmx40cm é inspirado no desenho formado pela planta baixa do centro cultural proposto.



Figura 78: Cobogó VON.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

Além disso, também foram desenvolvidas 3 peças de mobiliário pelo autor (Figura 79). As peças são inspiradas nas três letras que nomeiam o centro cultural: V, O e N, no qual usando referências do design paraibano com o uso de peças do artesanato local foram desenvolvidos: o Banco V, a Mesa de Centro O e a Poltrona N.



Figura 79: Banco V, Mesa de Centro O e Poltrona N.
Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho teve como objetivo geral propor o anteprojeto de um centro cultural de artesanato paraibano para o município de João Pessoa-PB atendendo as demandas de produção, promoção e ensino desta técnica. Com isso, não somente a justificativa do tema escolhido, mas também os estudos de todo referencial teórico e projetual contribuíram para o aprofundamento na temática do trabalho, além do desenvolvimento projetual da proposta.

Ademais, a edificação teve como o intuito celebrar a cultura paraibana e proporcionar um ambiente apropriado e confortável para todos os seus usuários. No qual, a materialidade com o uso de concreto armado e cobogós feitos de barro, somados ao paisagismo e disposição dos ambientes procuram trazer uma edificação em que o convívio social e a sensação de pertencimento sejam prioridades dentro dele.

Por fim, após o desenvolvimento deste trabalho, pode-se concluir que ele intenta ser usado como referência para trabalhos e pesquisas acadêmicas a serem desenvolvidos com as temáticas abordadas, em arquitetura e urbanismo ou outras áreas de estudo similares.

REFERÊNCIAS

- 1.ARCHDAILY, Brasil. **Centro Cultural PILARES / Rozana Montiel | Estudio de Arquitectura**. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991674/centro-cultural-pilares-rozana-montiel-estudio-de-arquitectura?ad_medium=gallery> Acesso em: jun. 2023.
- 2.ARCHDAILY, Brasil. **Centro Cultural Porto Seguro / Yuri Vital**. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/786322/porto-seguro-cultural-center-sao-paulo-arquitetura?ad_source=search&ad_medium=projects_tab> Acesso em: set. 2023.
- 3.ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5696**: Sistemas prediais de água fria e água quente - Projeto, execução, operação e manutenção. 2020. Disponível em: <<https://viniuspereira.arq.br/wp-content/uploads/2023/03/NBR-5626-2020.pdf>> Acesso em: set. 2023.
- 4.ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos. 2020. Disponível em: <https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf> Acesso em: set. 2023.
- 5.ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077**: Saídas de emergência em edifícios. 2001. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/s/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Sa%C3%ADdas_de_emerg%C3%Aancia_em_edif%C3%ADcios-2001.pdf> Acesso em: set. 2023.
- 6.AZEREDO, Dr. Givanildo Alves de. **Estruturas de Concreto Armado II**. João Pessoa. UFPB, 2017. Acesso em: out. 2023.
- 7.CARVALHO, Roberto de. **Interfaces Prediais: hidráulica, gás, segurança contra incêndio, elétrica e telefonia**. Editora Blucher. 2017. Acesso em: set. 2023.
- 8.DA REDAÇÃO JOTA. **Artesanato movimentada 100 bilhões de reais por ano no Brasil**. Brasília. 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/coberturas-especiais/brasil-empendedor/artesanato-movimentada-100-bilhoes-de-reais-por-ano-no-brasil-21122022>> Acesso em: mar. 2023.

9. DAMÁSIO, Mariane de Aquino; RÉGIS, Maria Nazaré Martins; CARVALHO, André Luiz Piva de. **O Artesanato Paraibano como elemento identitário da cultura local.** ENEX UFPB, 2014. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/XVENEX/resumos/Cultura/344/enex%202014%20-%20artesanato%20paraibano.pdf>> Acesso em: abr. 2023.

10. DECRETO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA Nº 9.718/2021. **Instruções Normativas de aprimoramento da Legislação Urbanística.** João Pessoa. 2021. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2021/05/2021_Edi%C3%A7%C3%A3o_Especial_13-05.pdf> Acesso em: set. 2023.

11. GOOGLE EARTH PRO. **Espaço Cultural Porto Seguro.** 2023. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Espa%C3%A7o+Cultural+Porto+Seguro/@-23.5313983,-46.6446684,48m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x94ce5869b93a7667:0xbd4f185ae6dc78b6!8m2!3d-23.5314287!4d-46.6446241!16s%2Fg%2F11b6dhsbfm?entry=ttu>> Acesso em: set. 2023.

12. GOVERNO DA PARAÍBA. **CRAP - Centro de Referência do Artesanato Paraibano.** Paraíba. 2020. Disponível em: <<https://pap.pb.gov.br/equipamentos/crap-centro-de-referencia-do-artesanato-paraibano>> Acesso em: jun. 2023.

13. GOVERNO DA PARAÍBA. **Museu do Artesanato Paraibano Janete Costa.** Paraíba. 2020. Disponível em: <<https://pap.pb.gov.br/equipamentos/museu-casa-do-artista-popular>> Acesso em: jun. 2023.

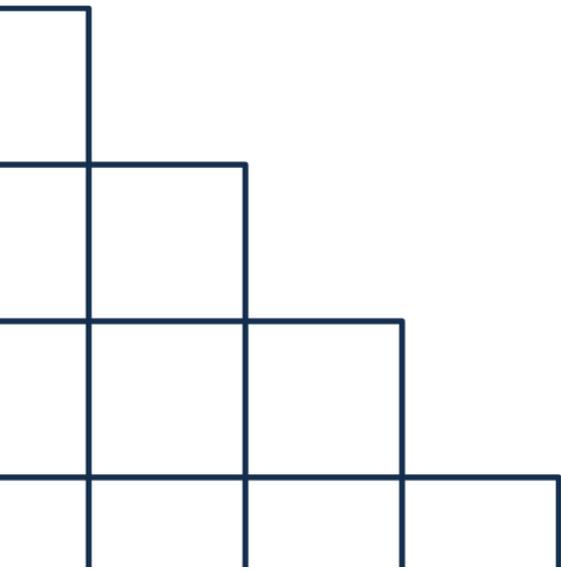
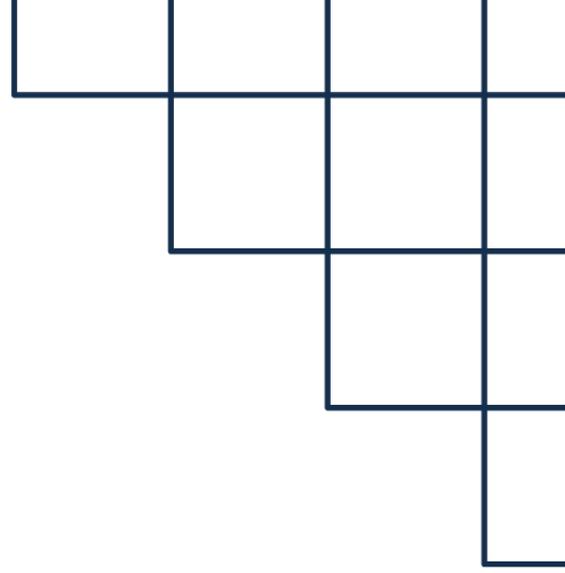
14. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades e Estados. João Pessoa.** 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/joao-pessoa.html>> Acesso em: mar. 2023.

15. INTERLICHE, L. R. F.; PADOVAN, L. **A implantação de centros culturais como elemento mediador na transformação e revalorização da sociedade.** São Paulo. FIO/FEMM. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/190085486-A-implantacao-de-centros-culturais-como-elemento-mediador-na-transformacao-e-revalorizacao-da-sociedade.html>> Acesso em: mai. 2023.

- 16.LIMA, Silvia Almeida de Oliveira Cunha. **Artesanato e Arte Popular = Craftwork and Popular Art**. Recife. Gráfica Linceu, 2007. Acesso em: mai. 2023.
- 17.LUCENA, Eduarda Ribeiro Gama Lira. **Um novo olhar para as Moradias Estudantis: Anteprojeto Residência Estudantil Universitária**. UNIESP. Cabedelo. 2021. Acesso em: jun. 2023.
- 18.MILANESI, Luís. **A Casa da Invenção: Biblioteca e Centro Cultural**. 3ª ed. São Caetano, do Sul: Ateliê Editorial, 1997. Acesso em: abr. 2023.
- 19.MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **NR 17: Ergonomia**. Brasília. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-17-atualizada-2022.pdf>> Acesso em nov. 2023.
- 20.MONTIEL, Rozana. **Pilares**. 2022. Disponível em: <<https://rozanamontiel.com/pilares/>> Acesso em: jun. 2023
- 21.NEUFERT, Ernst. **Arte de Projetar em Arquitetura**. 13ª Edição. 1998. Editorial Gustavo Gili, S.A. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5696284/mod_resource/content/0/NEUFERT.pdf> Acesso em: set. 2023.
- 22.NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura**. Goiânia. Instituto de Pós-graduação - IPOG. 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/11115918-Centro-cultural-a-cultura-a-promocao-da-arquitetura.html>>. Acesso em: mai. 2023.
- 23.NR 17. **Ergonomia**. Brasília. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-17-atualizada-2022.pdf>> Acesso em nov. 2023.
- 24.OLIVEIRA, A. S. D. A. D. **Acessibilidade Espacial em Centro Cultural: Estudo de Casos**. Florianópolis. UFSC, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88860>> Acesso em abr. 2023.

25. PLANO DIRETOR, de João Pessoa. **Decreto N.º 6.499**. João Pessoa. 2009. Disponível em: <<http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/planodiretor2009.pdf>> Acesso em: set. 2023.
26. PORTARIA STTRANS Nº047/2.002. **Código de Urbanismo**. João Pessoa. 2001. Disponível em: <<http://www.planmob.joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/C%C3%B3digo-de-Urbanismo.pdf>> Acesso em: set. 2023.
27. PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Celeiro Espaço Criativo**. Turismo João Pessoa. Disponível em: <<https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/o-que-fazer/pontos-turisticos/artesanato/celeiro-espaco-criativo/>> Acesso em: jun. 2023.
28. PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Centro de Artesanato Júlio Rafael**. Turismo João Pessoa. Disponível em: <<https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/o-que-fazer/pontos-turisticos/artesanato/centro-de-artesanato-de-tambau-julio-rafael/>> Acesso em: jun. 2023.
29. PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Espaço Cultural**. Turismo João Pessoa. Disponível em: <<https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/o-que-fazer/pontos-turisticos/monumentos-historicos/espaco-cultural/>> Acesso em: jun. 2023.
30. PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. **Mercado de Artesanato Paraibano**. João Pessoa. Turismo João Pessoa. Disponível em: <<https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/o-que-fazer/pontos-turisticos/artesanato/mercado-de-artesanato-paraibano/>> Acesso em: jun. 2023.
31. SCOPEL, Vanessa G.; CARVALHO, Agatha Muller de; OLIVO, Paula B. **Artesanato e cultura brasileira**. Porto Alegre. Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029422. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029422/>>. Acesso em: mar. 2023.
32. TIETZ, Jurgen. **História da Arquitectura Contemporânea**. Konemann, 2008. ISBN 9783833147784. Acesso em: mar. 2023.
33. UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). **Pesquisa vai mapear demandas do artesanato brasileiro**. Minas Gerais. 2021. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisa-vai-mapear-demandas-do-artesanato-brasileiro>> Acesso em: jun. 2023.

34.VITAL, Yuri. **Museu ECPS**. 2020. Disponível em: <<https://yurivital.com.br/ecps>>
Acesso em: set. 2023



ISBN: 978-6-55825-230-6



9 786558 252306